

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSIANE DE LIMA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS MIGRAÇÕES:
PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO CANADÁ**

Santana do Livramento

2015

JOSIANE DE LIMA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS MIGRAÇÕES:
PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO CANADÁ**

Monografia de graduação apresentada
como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais
pela Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Professor Msc. Rafael
Balardim

Santana do Livramento

2015

JOSIANE DE LIMA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS MIGRAÇÕES:
PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO CANADÁ**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Rafael Balardim (orientador)
Universidade Federal do Pampa

Prof. Dra. Alessandra Troian
Universidade Federal do Pampa

Prof. Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz
Universidade Federal do Pampa

Santana do Livramento
2015

*“A meus pais, Edna e José, e ao meu irmão,
Emerson, pelo exemplo de luta e sobrevivência.”*

AGRADECIMENTOS

Em um momento considerado como término de uma fase e início de outros grandes desafios, tenho muito a agradecer a tantas pessoas queridas que tornaram esta conquista possível.

Primeiramente, a Deus que me conhece como ninguém e tem sempre me dado a força e a persistência necessárias para vencer não apenas as batalhas diárias destes anos como universitária, mas durante toda a minha trajetória.

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) pela oportunidade de realizar o curso de Relações Internacionais, pela assistência social oferecida por meio da Casa João de Barro e por criar um ambiente propício a um aprendizado cheio de descobertas.

A todos os professores e corpo técnico por, ao proporcionar o conhecimento, demonstrar também dedicação, compreensão, respeito e carinho para com os alunos.

Em especial, aos professores Rafael Balardim e Flávio Augusto Lira, pelo auxílio, paciência e apoio na elaboração deste trabalho e durante a minha formação acadêmica como um todo.

A toda a equipe do meu trabalho, como docente no SENAC, aos meus colegas professores e a minha chefe pela amizade e confiança em mim depositada.

Aos meus amigos mais chegados e colegas de graduação que dividiram comigo os “dias de glória e dias de fúria” nestes anos e fizeram esta caminhada muito mais divertida e calorosa.

E, principalmente, a meus pais e meu irmão por mesmo longe estarem comigo e acreditarem em mim. Por me ensinar que o esforço, a garra e a luta podem ser recompensados ao lado daqueles que nos amam e que a alegria só vale a pena se for compartilhada.

Meu muito obrigada!

RESUMO

As migrações internacionais – fenômeno envolvendo a mobilidade humana permanente ou semipermanente de um país a outro – têm demonstrado um papel estratégico nas relações internacionais. No contexto da migração como causa do desenvolvimento; e o desenvolvimento, por sua vez, como a principal motivação de movimento da população e redistribuição: as migrações e o desenvolvimento econômico operam com estreita sinergia. O presente trabalho visa investigar acerca desta relação entre migrações internacionais e desenvolvimento econômico com enfoque no Canadá. Considerando a continuidade e abertura de suas políticas migratórias, buscar-se-á realizar uma análise histórico-comparativa do período de 2002 a 2012. Faz-se relevante, ainda, levantar dados estatísticos junto aos órgãos oficiais do governo canadense, a fim de atender os objetivos propostos e responder a indagação se o intenso fluxo migratório canadense é ou não determinante para o desenvolvimento econômico do país.

PALAVRAS-CHAVE: Canadá. Imigração. Desenvolvimento econômico. Políticas migratórias.

ABSTRACT

International migration – a phenomenon involving human mobility permanently or semi-permanently from one country to another – has demonstrated a strategic role in international relations. In the context of migration as a cause of development; and development, in turn, as the main motivation for population movement and redistribution: migration and Economic Development operate with close synergy. The present study aims to investigate about this relation between international migration and economic development with a focus on Canada. Considering the continuity and openness of the State migration policies, it will be sought to perform a comparative-historical analysis of the period 2002-2012. It is also relevant to raise statistical data from official sources of the Canadian government in order to meet the proposed objectives and answer the question whether the intensive Canadian migration flow is or not decisive for the economic development of the country.

KEYWORDS: Canada. Immigration. Economic development. Migration policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – A teoria da dependência e a migração internacional	26
FIGURA 02 – Ciclo: dualismo tecnológico em mercado segmentado	32
FIGURA 03 – Região de origem dos imigrantes por períodos	44
FIGURA 04 – Fluxo migratório para o Canadá de 1860 a 2012	45
FIGURA 05 – Origem e volume de investimentos e pedidos de visto.....	52
FIGURA 06 – Metas para a entrada de imigrantes no Canadá em 2014.....	54
FIGURA 07 – Níveis de emprego nos setores de produtos e serviços.....	62
FIGURA 08 – Níveis de crescimento do PIB.....	63
FIGURA 09 – Salário mínimo por hora no Canadá	64
FIGURA 10 – Taxa de crescimento populacional: países do G7.....	65
FIGURA 11 – População canadense por região	66
FIGURA 12 – Modelo de excedente da migração	67
FIGURA 13 – Impacto da oferta de mão de obra.....	70
FIGURA 14 – Elasticidade da curva de oferta de trabalho	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Sistema de pontos: fatores de seleção em 2014	50
TABELA 02 – Taxas de emprego e desemprego no Canadá (2000 a 2012)	71
TABELA 03 – Despesas e impostos no Canadá (2002 a 2012)	74
TABELA 04 – Níveis de crescimento econômico, produto e renda	78
TABELA 05 – Níveis de igualdade de distribuição de renda (0-100).....	81
TABELA 06 – Índice de desenvolvimento humano (2013)	83
TABELA 07 – Porcentagem evolutiva CIW (1994 a 2010).....	84

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO	12
1 MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA ...	16
1.1 Interdependência Complexa.....	19
1.2 Teoria da Dependência.....	23
1.3 Teoria Neoclássica.....	27
1.4 Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado.....	31
1.5 Debate teórico sobre as migrações.....	35
2 A POLÍTICA MIGRATÓRIA CANADENSE	39
2.1 História da migração no Canadá.....	41
2.2 Panorama da política migratória canadense.....	46
2.3 Economic Immigrants.....	49
2.4 Migração: Canadá vs. EUA.....	55
3 O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO CANADÁ: 2002-2012	59
3.1 Dinâmica da economia canadense.....	61
3.2 Impacto sobre empregos e salários.....	65
3.3 Impacto sobre gastos governamentais.....	72
3.4 Impacto sobre PIB e produtividade.....	75
3.5 Do crescimento ao desenvolvimento.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	96
NOTAS	98

“Passáros criados em gaiolas acreditam que voar é uma doença.”

(Alejandro Jodorowsky)

INTRODUÇÃO

O fenômeno das migrações internacionais – ato envolvendo a mobilidade permanente ou semipermanente de indivíduos e grupos de um país a outro – atrelado aos conceitos de fertilidade e mortalidade humana tem, através dos séculos, apresentado reflexos junto aos processos de desenvolvimento econômico, tanto como causa quanto como consequência. A migração, ao contrário do evento da mortalidade e relativamente da fertilidade, incorpora, contudo, uma grande parcela das decisões humanas, impactando diretamente o nível de desenvolvimento do migrante e, em concomitância, da nação receptora. As assimetrias do modelo econômico internacional, desta forma, têm revelado a necessidade e a complexidade da mobilidade humana, na busca por estabilidade econômica.

A relação entre as migrações internacionais e o desenvolvimento econômico pode ser aprofundada com base na aplicação da teoria da interdependência complexa, teoria da dependência, bem como outras teorias de migrações internacionais – teoria neoclássica das migrações e teoria do mercado de trabalho segmentado. Em um contraste entre as teorias de interdependência e dependência econômica, a primeira abrange a ideia de expansão da cooperação econômica entre os Estados, tendo como arcabouço as instituições internacionais. A teoria da dependência, todavia, é explanada para destacar que ainda que a interdependência possa aproximar as nações e seus indivíduos, esta apresenta limitações no que tange às especificidades socioeconômicas de cada país. Em uma contraposição entre as duas teorias, serão elencados elementos que sustentam o argumento da cooperação internacional – neste contexto, mediante as migrações – sem desconsiderar a observância de seus entraves.

A intensificação dos fluxos migratórios e sua participação no desenvolvimento econômico, tanto do país receptor (como suprimento frente à escassez de mão de obra e envelhecimento da população local, promovendo um aumento de produtividade) quanto do país de origem (pelo desenvolvimento humano de seus migrantes, transferência de qualificações, envio de remessas de divisas), pressupõe a relevância das políticas migratórias internacionais com um viés de cooperação.

O presente trabalho busca analisar como os Estados e outros entes envolvidos neste processo poderiam, ainda que com o objetivo principal de dinamizar a sua

economia interna e maximizar seus ganhos, ter em conta, destarte, as disparidades de desenvolvimento e demografia globais, ao formular suas políticas de migração.

O Canadá, como objeto desta pesquisa, apresenta o índice anual de 0,7% de fluxo de imigrantes permanentes, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCED), o qual o categoriza como o país com maior concentração de imigrantes em situação permanente (legal) dentre os Estados mais desenvolvidos na América do Norte e Europa, 20,6% da população total. Infere-se ao Canadá, por alguns autores, o conceito de “*modelo canadiano*” como um exemplo a se seguir por outras economias desenvolvidas. Em um estudo das políticas migratórias canadenses, buscar-se-á elevar um panorama histórico de sua política, bem como identificar as principais razões que levam o Canadá a solidificar como uma de suas metas a entrada de imigrantes de alta qualificação no país.

O período abordado – de 2002 a 2012 – traz como recorte histórico para a observância da temática a promoção do *Immigration and Refugee Protection Act* (IRPA) – Lei de Imigração e Proteção de Refugiados – de 2002. Segundo relatório emitido pela agência *Citizenship and Immigration Canada* (Cidadania e Imigração do Canadá), o programa de imigração canadense foi baseado no IRPA e seus regulamentos. O IRPA, criado a fim de substituir o *Immigration Act* (Lei de Imigração) de 1976, delibera três categorias básicas de residentes permanentes, as quais remetem aos principais objetivos do programa: reunir famílias migrantes, contribuir para o desenvolvimento econômico do Canadá e corroborar para a proteção de refugiados.

Dentre as categorias mencionadas, o presente trabalho delimitará seu estudo na migração como fomento ao desenvolvimento econômico do país. Os assim chamados imigrantes econômicos (*economic immigrants*) consistem em pessoas criteriosamente selecionadas – através de métodos específicos, os quais serão aprofundados na pesquisa, posteriormente – por suas habilidades e capacidade de contribuir para o crescimento da economia do Canadá. Incluem-se nesta classe: trabalhadores federais altamente qualificados, empreendedores estrangeiros, nomeados por províncias e *live-in caregivers* (cuidadores de idosos e crianças com relevante experiência comprovada).

Analisa-se, por fim, o impacto destas migrações no desenvolvimento econômico do Canadá e os novos desafios enfrentados em um contexto de constantes transformações conjunturais e da indispensabilidade de reformulação ou, até mesmo, inovação das políticas migratórias canadenses.

O **problema** do trabalho consiste em que ao estabelecer uma ligação entre as migrações internacionais e o desenvolvimento econômico, em especial no Canadá, considerando a continuidade de suas políticas migratórias e uma análise comparativa do período de 2002 a 2012, indaga-se: a entrada de imigrantes no país apresenta-se, de fato, como um fator determinante para o seu desenvolvimento econômico?

A **hipótese** do trabalho propõe que, ao considerar o cenário global, onde as migrações internacionais e o desenvolvimento econômico não apenas coexistem, mas atuam de forma correlativa, toma-se como evidência um país desenvolvido, e com uma contínua abertura em sua política migratória, a saber, o Canadá.

Com base na assertiva da influência positiva do país na economia internacional, equiparada ao seu intenso fluxo migratório – com enfoque na última década –, infere-se que a entrada de imigrantes no Canadá, visando atender às demandas domésticas do país, tem agido como um fator determinante para o seu desenvolvimento econômico.

O **objetivo central** do trabalho busca investigar a relação entre migrações internacionais e desenvolvimento, em uma análise das políticas governamentais que visam o fluxo de imigrantes como instrumento de desenvolvimento econômico, adotando como objeto de estudo as políticas migratórias do Canadá.

Os **objetivos específicos** são associados ao objetivo central, como pontos principais a serem analisados, abrangendo:

- Conceituar as migrações internacionais e contextualizá-las no processo de desenvolvimento econômico, empregando elementos das teorias de interdependência, dependência econômica e teorias de migrações;
- Caracterizar a política migratória canadense e elencar as principais razões que levam o Canadá a busca por imigrantes de alta qualificação (*economic immigrants*);

- Identificar o impacto das migrações no desenvolvimento econômico do Canadá, através de uma análise de dados estatísticos de seu fluxo migratório, com enfoque na década de 2002–2012.

A **justificativa** do trabalho afirma que as migrações internacionais tem desempenhado um status estratégico nas relações internacionais, incluindo aspectos históricos, geopolíticos, sociológicos, étnicos e, notoriamente para este estudo, econômicos, no cerne do desenvolvimento econômico.

Arelada diretamente à economia internacional situa-se o fenômeno da globalização. A globalização, por sua vez, tem gerado fluxos cada vez mais rápidos e maiores de recursos econômicos, de insumos, de capitais, de serviços, de tecnologia e de conhecimento. Destaca-se como uma característica essencial dessa interação: os fluxos cada vez mais frequentes de pessoas. A mobilidade humana seria, destarte, um sintoma primário e causa do desenvolvimento; ao passo que o desenvolvimento consistiria na principal causa de movimento da população e redistribuição. As migrações e o desenvolvimento econômico, neste contexto, operam com estreita sinergia.

Ao explorar, então, a hipótese das migrações como facilitadoras ou, infere-se em alguns casos, condicionantes do desenvolvimento econômico dos Estados, torna-se justificável a investigação desta relação a fim de incentivar uma reformulação das políticas migratórias, principalmente em nações mais desenvolvidas e com maior fluxo migratório. Com o objetivo, ainda, não apenas de atender às demandas internas do país, como também assegurar aos imigrantes garantias fundamentais.

Neste contexto, o Canadá, além de definir metas anuais de admissão de imigrantes, abrangendo todas as modalidades ou por categorias específicas, apresenta o índice de 20,6% de imigrantes permanentes legais no país¹. Desta forma, faz-se relevante para a presente pesquisa, o estudo de caso sobre o Canadá. Em uma sondagem de como, a fim de assegurar a prosperidade de sua economia, a acessibilidade das políticas migratórias canadenses poderiam consistir em um exemplo bem sucedido universalmente.

¹ Segundo dados da Citizenship and Immigration Canada.

1 MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

A fim de analisar o fenômeno das migrações internacionais (suas causas e variáveis), relacionando-as ao processo de desenvolvimento econômico, com enfoque no Canadá, faz-se necessário empregar, em concomitância, tanto teorias quanto conceitos que apresentem aspectos relevantes ao trabalho. Primeiramente, busca-se evidenciar quais serão os conceitos utilizados acerca dos dois principais termos do tema proposto: *migrações* e *desenvolvimento econômico*.

No tocante às *migrações*, segundo o pensador neoclássico Everett Lee (1966), a definição de migração consiste na mudança permanente ou semipermanente de residência. Nenhuma restrição, destarte, é colocada no que tange à distância do movimento ou à natureza involuntária do ato, bem como entre a mobilidade interna e a migração internacional. Assim, um movimento de um lado do corredor de um apartamento para outro é considerado um ato de migração tanto ou quanto um movimento, por exemplo, da capital das Filipinas, Manila, em direção à província de Alberta, no Canadá² – embora, naturalmente, a motivação e as consequências de tais movimentos sejam bastante distintas. Toda trajetória de migração envolve uma origem e um destino e há, comumente, um conjunto de obstáculos – a distância, o tempo empregado ou a complexidade do movimento. A abordagem adotada aqui será aquela referente à migração internacional.

Ao tratar do conceito de *desenvolvimento* empregado neste estudo, salienta-se a ampla gama de interpretações, ambiguidades e indefinições relacionadas ao tema, segundo Krueger e Roques:

O tema desenvolvimento [...] não é novo, se for pensado como uma visão, descrição ou medida do estado de ser de uma sociedade desejável, via transformação por etapas sucessivas e instituições tidas como perfeitas do ponto de vista burocrático. Todavia, é novo se for pensado como ideal de realização social, com menos assimetrias e maior equidade social e humana (KRUEGER; ROQUES, 2013, p.132).

² Tal exemplo foi adaptado. No caso, Everett Lee (1966) utiliza o exemplo da migração internacional de Mumbai, Índia em direção à cidade de Cedar Rapids, Iowa, Estados Unidos.

A relevância do cunho social e humano, desta forma, gera um debate recorrente no âmbito acadêmico em referência à conceituação de *crescimento* e *desenvolvimento* econômico. Diversos autores consideram apenas componentes econômicos – nível de renda, aumento no PIB (Produto Interno Bruto), volume de exportações, por exemplo – como pressuposto para se atingir o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Contudo, dentre as muitas concepções de desenvolvimento existentes, em qualquer uma delas ressalta-se que o crescimento econômico deve trazer como resultado o desenvolvimento, o qual consiste em: “alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social” (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205). O crescimento, então, é associado ao desenvolvimento, assumindo um caráter não apenas econômico (seu primeiro enfoque), mas relacionado a termos mais hodiernos como *humano*, *social*, *eco-* e *sustentável* (KRUEL; ROQUEKLERING, 2013).

No contexto do Canadá, destaca-se como ponto de investigação: o crescimento econômico do país e seus elementos de relação com os fluxos migratórios. Todavia, eleva-se como essencial, além do crescimento, o desenvolvimento social e humano tanto do cidadão nativo canadense quanto do cidadão migrante. As medidas adotadas a fim de assegurar o crescimento econômico do país em conjunto à defesa de valores associados ao desenvolvimento refletiriam, deste modo, nas políticas migratórias do Canadá. Ou seja, a migração seria um fator prevalente não apenas para o crescimento econômico, como também para o desenvolvimento, sendo o último derivado do primeiro. Infere-se, portanto, tal definição de desenvolvimento para a presente pesquisa.

Após conceituar *migrações* e *desenvolvimento*, o objetivo fundamental deste primeiro capítulo será demonstrar que o ponto de vista econômico apresenta-se responsável por uma parte considerável do arcabouço teórico da migração internacional. Logo, o fenômeno da migração e componentes da economia do trabalho estariam interligados, segundo George Borjas:

The study of migration lies at the core of labor economics because the analysis of labor flows – whether within or across countries – is a central ingredient in any discussion of labor market equilibrium. Workers respond to regional differences in economic outcomes by voting with their feet. These labor flows improve labor market efficiency (BORJAS, 2000, p. 01)¹.

Ademais, propõe-se fornecer uma introdução à questão da aplicação de teorias de Relações Internacionais e das migrações sobre a formulação de hipóteses acerca da relação entre a migração internacional e os determinantes sócio-econômicos, juntamente com seus impactos nos capítulos analíticos a seguir (JENNISSEN, 2004).

Uma variedade de modelos teóricos tem sido propostos para elucidar as razões da migração internacional ocorrer. Embora cada corrente teórica possa trazer como objetivo explicar o mesmo fenômeno, estas empregam radicalmente diferentes conceitos, pressupostos e quadros de referência.

No que tange às teorias de migrações internacionais, serão exploradas duas teorias acerca da temática – a teoria neoclássica e a teoria do mercado de trabalho segmentado, ambas centralizadas em sua abordagem macroeconômica. Como elemento da literatura de relações internacionais, eleva-se a teoria da interdependência complexa, sendo esta contraposta pela teoria da dependência.

Padrões e tendências nas migrações internacionais atuais sugerem que um pleno entendimento dos processos migratórios contemporâneos não será alcançado pelo uso de métodos ou instrumentos provenientes de uma disciplina por si só, ou concentrando-se em um único nível de análise. Ao contrário, a natureza complexa e multifacetada das migrações demanda uma “teoria superior” (ou um conjunto de teorias) que incorpore uma variedade de abordagens e premissas (MASSEY et. al., 1993).

Não obstante as teorias utilizadas – a fim de explicar a origem e a continuidade do fenômeno das migrações – apresentem elementos que possam parecer essencialmente opostos, as diversas interpretações só seriam necessariamente contraditórias ao se adotar uma posição demasiado restrita, operando em um único nível. Justifica-se, deste modo, certo ceticismo em relação às teorias que negam a importância de estrangulamentos estruturais (nível macro) sobre as decisões individuais, como a teoria neoclássica em sua ótica microeconômica. Comportamento semelhante se aplica frente às teorias estruturais que negam ou atribuem menor ênfase ao papel da tomada de decisão dos indivíduos e famílias (nível micro) para a migração, como a teoria do mercado de trabalho segmentado, a teoria da interdependência complexa e a teoria da dependência (PAPADEMETRIOU; MARTIN, 1991).

Constata-se, ainda, a existência de outras teorias compatíveis com a pesquisa proposta. Contudo, segundo o entendimento deste trabalho, as teorias escolhidas – quando sobrepostas – contribuirão de forma clara frente à investigação da relação entre a mobilidade humana e o desenvolvimento econômico no Canadá.

1.1 TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

O conceito de interdependência complexa – “Na política mundial, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 08) – aplica-se à temática das migrações internacionais no que concerne à busca por uma maior cooperação interestatal diante do fenômeno do intercâmbio de fatores, com enfoque no estudo da mobilidade humana. Como objeto do presente trabalho e aplicação da teoria da interdependência, o Canadá – segundo estudo acerca das atitudes da população face à migração e à diversidade cultural – destaca-se ao lado da Austrália como o país mais receptivo em relação ao seu intenso fluxo migratório, em comparação com outras nações ocidentais como a Grã-Bretanha e a Alemanha (MARKUS, 2014).

Historicamente, a teoria da interdependência ressurgiu no contexto da tradição liberalista, na década de 1970, com os autores Robert Keohane e Joseph Nye, atuando como uma linha de pensamento com base na existência de vínculos de dependência mútua global, na qual convergem elementos distintos frente à dicotomia realismo-liberalismo. Tal teoria, destarte, reconhece o protagonismo dos Estados no Sistema Internacional, na observância da intensificação das interações entre os demais atores – empresas transnacionais, organizações, igrejas, indivíduos – em outras esferas.

A relação causa e efeito, exemplificando o conceito desta inevitável interdependência, segundo Nogueira e Messari (2005), expressa como os acontecimentos decorrentes em um determinado país apresentam consequências diretas aos demais. No que tange às migrações internacionais, por exemplo, na mudança de um indivíduo ou grupo de um país a outro, de forma permanente. Conforme relatório emitido pelo *Statistics Canada* (agência federal de estatísticas do governo canadense), em 2011, acerca da migração e da diversidade etnocultural no Canadá, um a cada cinco cidadãos canadenses é estrangeiro, apontando um índice de 20,6% da população total do país, sendo este o nível mais alto dentre os países membros do G7³. Tal conjuntura de multietnicidade revela um cenário de interdependência complexa, entre o Canadá e os países de origem destes migrantes, provenientes em sua maioria da Ásia.

³ G7: grupo composto pelos sete países com as economias mais industrializadas e desenvolvidas globalmente – segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional): Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido – com a finalidade de discutir questões de cunho econômico.

Segundo Keohane e Nye (2001), a teoria da interdependência complexa tende a se aproximar mais da realidade do que a própria corrente puramente realista, ao questionar explicações convencionais do realismo no que concerne às mudanças no Sistema Internacional. A teoria, destarte, elenca três principais características: (1) a existência de múltiplos canais, (2) a ausência de uma hierarquia temática e (3) o afastamento do uso militar como única réplica para conflitos.

Os canais múltiplos de negociação e comunicação apresentam a finalidade de conectar as sociedades, seja através de laços formais ou informais. Os laços informais podem atuar no âmbito tanto das elites governamentais, quanto de organismos transnacionais e não governamentais (como, por exemplo, bancos e empresas multinacionais), tornando paulatinamente mais dinâmicas as relações interestatais. A ampliação dos atores influenciadores na formulação da agenda da política – doméstica e externa – dos países se expande, em concomitância, para a sociedade civil, na qual, mediante este modelo de interação, a opinião pública pode ser apontada como um ente participativo. No que tange ao tema da migração canadense, de acordo com uma pesquisa lançada, em fevereiro de 2012, pelo *Institute for Canadian Citizenship* (Instituto para Cidadania Canadense) em que uma amostra da população – aproximadamente 2300 pessoas – foi questionada acerca do significado de se pensar, sentir e agir como um cidadão canadense. O estudo concluiu que 89% da população afirma que um estrangeiro (que tenha adquirido cidadania) qualifica-se como um cidadão tão digno e compromissado quanto um canadense nativo. Ressaltando o papel da opinião pública atrelado a sua aceitação *vis-à-vis* a migração no Canadá, influenciando, assim, ainda que de forma relativa, a concepção e manutenção da política migratória abrangente aplicada pelo governo. As conexões formais, dentre os canais múltiplos de interdependência, são exemplificadas pelas relações diplomáticas, envolvendo acordos e tratados internacionais, reuniões e participação em organismos governamentais, tornando-se uma ferramenta frequente e pacífica para resolução de conflitos e obtenção de interesses, sem custos altos ou riscos incongruentes.

A ausência de uma hierarquia temática conforme a teoria da interdependência complexa apresenta-se oposta à, outrora aplicada, divisão convencional da pauta da política internacional: *High Politics* (questões de segurança, energia, armamentos, etc.) e *Low Politics* (questões econômicas), transformando, assim, a margem entre o doméstico e o internacional imprecisa, desde o fim da Guerra Fria. Uma ampla gama de temas econômicos, financeiros e comerciais é estabelecida, expandindo-se também aos

novos temas abrangidos pela *Soft Law* como o meio ambiente, os direitos humanos, o terrorismo, o multiculturalismo e, com enfoque no presente trabalho, as migrações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Infere-se, assim, uma diversidade contínua na agenda dos Estados e uma indagação de como estes devem administrá-la:

Foreign affairs agendas – that is, sets of issues relevant to foreign policy with which governments are concerned – have become larger and more diverse. No longer can all issues be subordinated to military security. [...] When there are multiple issues on the agenda, many of which threaten the interests of domestic groups but do not clearly threaten the nation as a whole, the problems of formulating a coherent and consistent foreign policy increase (KEOHANE; NYE, 2001, p. 22).²

A mobilidade humana enquanto questão de política internacional mescla-se, desta forma, com questões internas dos Estados como a formulação de políticas públicas (leis migratórias, por exemplo) e os enclaves e divergências inerentes deste processo.

No que tange ao decrescente uso da força como única réplica para conflitos, reconhece-se o papel dominante do poderio militar nas relações interestatais e validação da soberania. Contudo, toma-se como base a teoria da interdependência e a aplicação do conceito de cooperação mútua entre países industrializados, pluralistas e desenvolvidos ou em desenvolvimento. Destarte, onde há envolvimento recíproco e cenário de negociações com pautas diversas, como também transações comerciais, a prática do confronto armado tem-se apresentado progressivamente não factível – considerando os altos custos orçamentários, a ameaça à manutenção de relações vantajosas e o próprio desenvolvimento econômico dos Estados envolvidos.

Eleva-se como ilustração do conceito de interdependência e incentivo à cooperação o comunicado, em 25 de maio de 2013, da Comissão Europeia direcionado ao seu Parlamento, em virtude de um diálogo de alto escalão promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), acerca de como maximizar o impacto da migração no desenvolvimento:

Effective international partnerships between countries are essential to maximize the **positive impacts of migration on countries of origin, destination and on migrants themselves**. [...] All states should engage in international dialogue and cooperation with relevant partners to identify shared priorities and strengthen bilateral and regional migration governance. Effective engagement of civil society in global, regional, national and local planning on migration and development must also be pursued (Comissão Europeia, 2013, p. 08, grifo nosso).³

Como corolário da internacionalização do processo produtivo, da multiplicação das interconexões mundiais e da aceleração dos fluxos financeiros, de bens, serviços, informações e demográficos – a interdependência complexa se reflete nas áreas econômica, cultural, social e política. No campo econômico, as assimetrias na alocação de recursos e de poder determinam o *status* do Estado na esfera global, gerando implicações diretas às nações envolvidas.

Os autores, Keohane e Nye, destacam dois tipos distintos de efeitos oriundos da interdependência: a *sensibilidade* – nível de influência e de impacto que alterações (sociais, políticas e econômicas) em um dos atores exercem em relação aos demais – e a *vulnerabilidade* – capacidade de ação que um determinado ator possui como contrapartida aos acontecimentos ou às medidas adotadas pelos outros (KEOHANE; NYE, 1977). O conceito de *sensibilidade* pode ser relacionado à evolução ou recuo da política migratória canadense ao impactar não apenas a economia interna do Canadá, bem como os demais países e seus emigrantes, os quais anualmente migram para o Estado norte-americano. Na análise de um caso específico, destaca-se a Ucrânia que, em 2011, segundo a *National Household Survey, NHS* (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD), apresentava a estimativa de 1.251.170 ucranianos – ou parcialmente – residindo no Canadá. Tal dado eleva os ucranianos como o nono maior grupo étnico do Canadá e destaca o país pela terceira maior população ucraniana, após somente a própria Ucrânia e a Rússia. Ao passo que o conceito de *vulnerabilidade* – com enfoque nas estruturas políticas doméstica e externa – pode ser aplicado a constante readequação da política migratória do Canadá frente às cinco distintas ondas de migração (explanadas no próximo capítulo), através de um período de quase dois séculos, datando do início da colonização do território canadense à intensa entrada de migrantes nos últimos anos. As diretrizes da política migratória canadense caracterizam-se, desta forma, por sua contínua readaptação conforme a demanda e a oferta de migrantes direcionadas ao Canadá e apontam o país com um baixo nível de *vulnerabilidade*, na temática das migrações internacionais.

A expansão das políticas migratórias internacionais *vis-à-vis* a teoria da interdependência, por fim, reside na premissa da cooperação mútua, tal como uma teia – em que paulatinamente o doméstico e o internacional se entrelaçam –, sem desconsiderar os desafios inerentes à complexidade de um Sistema Internacional assimétrico.

1.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Em uma sondagem acerca dos efeitos macroeconômicos da migração, questiona-se: as migrações internacionais favorecem ou restringem o desenvolvimento dos países? Neste contexto, a fim de abordar a identificação de tais benefícios, elevam-se duas teorias essencialmente opostas: a teoria da interdependência complexa e a teoria da dependência. O contraponto mediante a teoria da dependência frente ao argumento da cooperação mútua na interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1977) ocupa-se fundamentalmente de como as formas de desigualdade se manifestam na economia internacional.

Enquanto as teorias neoliberais baseiam-se nos modelos de equilíbrio e presumem que a mobilidade humana beneficiaria tanto o país de origem quanto o de destino, ainda que sem uma simetria de fato, as teorias dependentistas defendem que os movimentos migratórios apenas enfatizam este *gap* – como um abismo econômico – entre os dois países envolvidos (GOULD, 2009). Segundo Nogueira e Messari (2005, p. 118), “a assertiva mais importante dos dependentistas acerca da dinâmica do capitalismo mundial aponta o subdesenvolvimento como *produto* do desenvolvimento das economias dos países do *centro* capitalista”.

Cabe ressaltar que ao considerar que as teorias da dependência não apresentam homogeneidade absoluta, esta análise terá enfoque em autores que fizeram recurso ao marxismo-leninismo⁴, tais como André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein. Dentre os seguimentos da teoria, emprega-se a análise de Gunder Frank. O autor contrapõe as teses clássica e neoclássica, as quais, em sua ótica:

defendiam uma divisão internacional do trabalho e a ampliação do mercado através do livre comércio e do lucro relativo, o que levaria à especialização de alguns países na produção e exportação de matérias-primas básicas em troca de manufaturas produzidas em outros países. (FRANK, 1980, p. 121)

Segundo Frank (1980), o globo estaria fragmentado entre países metrópole e países satélite, no qual a principal causa da divisão do mundo constitui-se na extração do excedente de forma mais vantajosa para os Estados desenvolvidos – por meio da

⁴ Marxismo-leninismo é uma linha teórica política expandida do Marxismo, a qual enfatiza o conceito Leninista do imperialismo como a fase superior do capitalismo e muda o foco da luta dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos.

troca desigual, do investimento direto e do financiamento aos desequilíbrios dos balanços de pagamentos – não sendo esta causa unitária para o fenômeno do subdesenvolvimento, entretanto, pré-condição ao mesmo (DORE, 1988). O investimento externo, o qual impulsiona a globalização econômica é gerenciado por um número restrito de *centros* globais, cujas características estruturais – concentração dos sistemas financeiro, bancário, profissional e administrativo, como também de produção tecnológica – tendem a criar uma alta demanda por mão de obra estrangeira. Deste modo, no que tange à migração, esta força de trabalho altamente qualificada oriunda de uma nação subdesenvolvida consistiria no *excedente* extraído por um país desenvolvido (MASSEY et. al., 1993), aplicando-se ao conceito do fenômeno da *fuga de cérebros*.

Considerando, então, o subdesenvolvimento como um processo corrente nas economias de mercado – conforme a teoria da dependência – um dos principais mecanismos pelos quais países são diferenciados é a migração internacional. Ao passo que no processo da migração, ocorre o aumento da produção para as regiões de destino, ampliando a sua força de trabalho assalariada e possibilitando a acumulação de capital nas cidades e nas áreas de agricultura comercial envolvidas (GOULD, 2009). As migrações internacionais com o propósito de trabalho, neste contexto, atuariam apenas como ferramentas para os países mais desenvolvidos condicionarem sua preponderância sobre aqueles em desenvolvimento, sem benefícios relevantes para os países dependentes e seus emigrantes.

Com base no trabalho de Immanuel Wallerstein, uma variedade de teóricos da sociologia tem relacionado as origens da migração internacional não ao mercado de trabalho segmentado⁵ das economias nacionais particulares, mas à estrutura do mercado mundial que se desenvolveu e expandiu desde o século XVI (MASSEY et. al., 1993). A teoria do sistema-mundo de Wallerstein, como uma das correntes dependentistas, ocupa-se, assim, com o desenvolvimento desigual hierárquico que define o capitalismo global e o arcabouço de dominação proveniente deste. Segundo Nogueira e Messari (2005, p. 123), “seu ponto de partida está no conceito de sistema-mundo, por meio do qual Wallerstein trata o sistema internacional como uma única estrutura integrada, econômica e politicamente, sob a lógica da acumulação capitalista”.

⁵ **Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado:** parte da premissa da bifurcação do mercado nacional laboral em setores primário e secundário, com a oferta de cargos mais estáveis e melhores salários no primeiro setor e o oposto no segundo.

A migração, de acordo com a teoria do sistema-mundo, eleva-se como consequência natural de rupturas e deslocamentos que emergem inevitavelmente durante o processo de acumulação de capital, organizados no *tempo* e no *espaço*. Destarte, a lógica da acumulação capitalista discorre acerca do porquê os *centros* de poder econômico mundiais evoluem de forma temporal, como também se deslocam geograficamente. Tais deslocamentos apresentam-se compatíveis com os *ciclos* de expansão e declínio econômico das grandes potências. Ou seja, a função das oscilações na distribuição do poder no âmbito global consiste em dinamizar o movimento do capital no Sistema como um todo. Segundo Nogueira e Messari (2005, p. 124): “Os Estados desenvolvem sua ação política sob os condicionamentos do mercado mundial e segundo a posição que ocupam na divisão internacional do trabalho”.

Destarte, o Canadá – como um país economicamente desenvolvido – estabelece como política e resposta a sua demanda por mão de obra estrangeira: metas anuais de entrada de imigrantes no país. Segundo relatório emitido pelo *Statistics Canada*, para 2014, fora estabelecida a admissão de 240.000 a 265.000 imigrantes. Logo, a adoção desta política visa a suprir suas demandas internas e manter seu alto posicionamento.

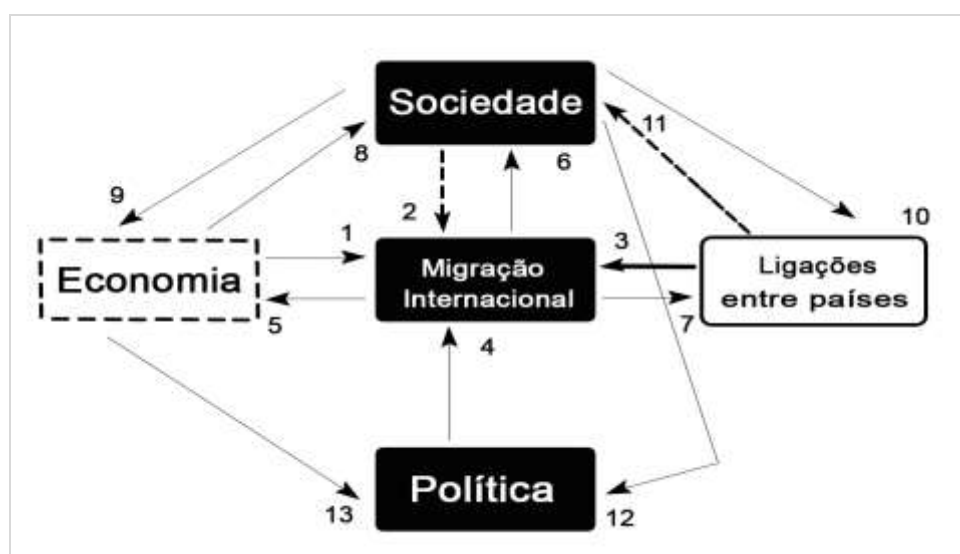
Na análise de Wallerstein (1996), por meio de uma organização espacial do sistema-mundo, os países seriam categorizados em três grupos: o *centro*, a *periferia* e a *semiperiferia*. Os países *centro* concentram as atividades econômicas e financeiras de alto valor agregado e, normalmente, se situam em posições altas em relação aos índices globais de desenvolvimento humano e social – o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o Coeficiente de Gini, por exemplo. Inclui-se entre estes países o Canadá. Os países da *periferia*, em contraposição, tendem a se especializar em produtos de baixo valor agregado, com uma economia voltada para fora e dependentes de importação de bens de capital. Ao passo que os países da *semiperiferia* apresentam um perfil intermediário, compatibilizando aspectos tanto do centro quanto da periferia.

As correntes da teoria dependentista apresentam um enfoque em aspectos econômicos da dependência ao invés de uma teoria própria de política internacional. Por conseguinte, agrega-se à concepção de Estado um caráter instrumental para a administração da função dependente dessas economias na divisão internacional do trabalho, bem como no processo acumulativo global de capital (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A teoria da dependência, como observa-se na figura 1, pode ser vista como uma explicação para as assimetrias no sistema econômico internacional, determinando o

volume da migração internacional diretamente (seta 1) ou indiretamente (por exemplo, setas 8 e 2). Contudo, ao considerar outras variáveis, torna-se pertinente o uso da teoria da dependência, igualmente, como uma elucidação do aumento de vínculos entre países geograficamente distantes e, conseqüentemente, da existência de fluxos migratórios (determinados pela seta 3). Considera-se, conforme o tema deste trabalho, o alto fluxo migratório proveniente da Ásia em direção ao Canadá⁶. Ademais, por meio do elemento da sociedade atrelado ao intercâmbio cultural (setas 11 e 2), as ligações entre os Estados podem, em concomitância, ter uma influência indireta sobre as migrações internacionais e as atitudes da população do país de destino para com os imigrantes (JENNISSSEN, 2004). Ao aplicar o modelo ao caso do Canadá, conclue-se também que determinantes econômicos (seta 13) podem influenciar a formulação de políticas migratórias (seta 4), impactando no acréscimo ou declínio do volume de migrantes para o país.

Figura 01 – A teoria da dependência e a migração internacional



Fonte: JENNISSSEN, 2004.

Infere-se, por fim, que as teorias dependentistas consideram a migração internacional a partir de uma perspectiva global. Percebe-se, também, que a teoria da dependência pode ser aplicada a presente investigação no que tange às limitações das políticas migratórias canadenses e sua relação com a perpetuação de um modelo econômico mundial assimétrico, com reflexos nas migrações internacionais, como um todo.

⁶ Estima-se que, nos anos de 1991 a 2011, cerca de 60% dos imigrantes no Canadá eram naturais da Ásia (incluindo o Oriente Médio); esta tendência permanece no período atual (*Statistics Canada*, 2014).

1.3 TEORIA NEOCLÁSSICA DAS MIGRAÇÕES

Na qualidade de precursora na teorização dos movimentos migratórios, a teoria neoclássica das migrações ainda aponta elementos para a base das teorias migratórias hodiernas. As premissas da teoria neoclássica partem de duas distintas abordagens que se entrelaçam: a macroeconômica e a microeconômica, destacando a prerrogativa de combinar a perspectiva da tomada de decisão individual e fornecer os elementos microeconômicos para os resultados macroeconômicos no tocante ao processo migratório.

Como pressuposto, a teoria neoclássica da migração, tanto em seu enfoque macro quanto microeconômico, incorpora os seguintes elementos: escolha racional; maximização da utilidade esperada; mobilidade dos fatores de produção; diferenças salariais e contrastes nas ofertas de emprego. Desta forma, a perspectiva macroeconômica da migração apresenta-se permeada por uma ênfase em aspectos conjunturais. Entende-se, então, a mobilidade populacional como a movimentação dos fatores de produção, de acordo com a necessidade de realocação do capital e da mão de obra globais, dados pelo índice de oferta e demanda. Ao passo que segundo os princípios básicos da teoria – ótica microeconômica – o processo migratório seria proveniente apenas das vontades individuais e racionais, no âmbito do indivíduo, família ou domicílio (BORJAS, 1989 *apud* CASTLES e MILLER, 2003).

A análise macroeconômica concentra-se nas discrepâncias de salários e condições de trabalho entre os países de origem e de destino inseridos no evento da migração. Segundo Massey et al. (1993), de acordo com esta teoria e suas variáveis, a migração internacional, como também a migração doméstica, seria causada por diferenças geográficas na oferta e na demanda por trabalho. Nos Estados em que há uma maior porcentagem de mão de obra disponível versus seu capital, persiste uma situação de baixo equilíbrio com relação ao nível dos salários e o mercado de trabalho como um todo. Ao passo que os países que apresentam índices elevados em sua acumulação de capital frente à mão de obra atuante podem ser caracterizados por um mercado laboral marcado pela competitividade e salários altos, sendo este o caso do Canadá. Tal assimetria promoveria a migração de trabalhadores provenientes dos países com salários menos vantajosos em direção aos países com alta concentração de capital. Como corolário deste movimento, ocorre, então, um declínio na oferta de trabalho e um

acréscimo no nível dos salários no país com mão de obra em abundância, enquanto, no país rico em capital, há uma alta na oferta de trabalho e uma queda na média salarial.

O pensador Ernest George Ravenstein (geógrafo inglês que, no século XIX, empregou dados censitários da Inglaterra e do país de Gales abordando a temática da mobilidade de indivíduos de áreas mais populosas para as mais remotas) elaboraria as chamadas sete “*Leis da Migração*”: 1) a maioria dos migrantes viaja apenas uma curta distância; 2) os migrantes que migram para longas distâncias geralmente se estabelecem em áreas urbanas; 3) a maior parte da migração ocorre em estágios; 4) a maior parte da migração é no sentido rural-urbana; 5) cada fluxo migratório produz um movimento na direção oposta (*counterflow*); 6) A maioria dos migrantes é adulta; 7) a maioria dos migrantes internacionais são homens jovens, enquanto as migrantes internas são mulheres (RAVENSTEIN, 1885). Na posição de historiador econômico, Ravenstein (1889) declarou-se favorável a migração, por considerá-la um incentivo ao crescimento industrial, ao transferir mão de obra de regiões com escassas oportunidades econômicas para regiões com uma conjuntura mais adequada e coadjuvar, em concomitância, para o incremento dos níveis de vida dos migrantes. As *leis migratórias* de Ravenstein ainda que tenham sido contestadas – e, posteriormente, reformuladas – evidenciam certa atemporalidade em sua abordagem macro e microeconômica das migrações internacionais.

O conceito de “*push and pull factors*”, conforme a teoria neoclássica, implica que a migração é governada por fatores de repulsão (no país de origem do migrante) e atração (no país de destino), respectivamente. O *push factor* (fator de repulsão) consiste em elementos no país de origem que conduzem um indivíduo a migrar de um país a outro. Tais elementos compreendem: insuficiência de oportunidades no mercado laboral, desigualdade socioeconômica acentuada, carência em cuidados médicos, perseguição política, ausência de liberdade religiosa, etc. No que diz respeito ao *pull factor* (fator de atração), este se apresenta como algo referente ao país no qual um indivíduo migra. Dentre os fatores que podem atrair imigrantes, destacam-se: probabilidade de empregos estáveis ou com salários mais elevados, sistemas de educação mais qualificados, segurança, melhores cuidados médicos, clima favorável, reunificação familiar, entre outros (RAVENSTEIN, 1889).

A este respeito, ressalta-se uma assimetria significativa na comparação entre os fatores de repulsão e aqueles associados com a área de destino. A migração, destarte, ocorreria apenas após considerar a relação custo-benefício desta cinesia. Todavia, na

tomada de decisão, o migrante normalmente tem um conhecimento mais empírico e realista sobre o local de origem, enquanto o seu conhecimento sobre o local de destino pode consistir em algo consideravelmente inexato, sem aprofundamento de fato e vulnerável à influência de vínculos culturais inconsistentes – tal qual o uso da mídia como instrumento de atração – ou à expectativa de um futuro mais promissor no país de destino.

Em referência ao Canadá, analisa-se um estudo realizado pela *International Organization for Migration* (Organização Internacional para as Migrações), em 2013, acerca do reconhecimento de qualificações e competências de imigrantes. Na última década, as políticas migratórias canadenses mudaram seu alvo – antes direcionado a imigrantes oriundos de países “semelhantes” ao Canadá – para imigrantes que indicassem uma possibilidade maior de assegurar uma contribuição econômica para o país, em virtude de seu alto nível educacional, proficiência no idioma (inglês ou francês) e experiência profissional. Os recém-chegados, porém, se veem confrontados com desafios significativos de integração no mercado de trabalho canadense, pois tanto a formação acadêmica quanto o tempo de experiência dos imigrantes são, frequentemente, desvalorizados e considerados deficientes impedindo a validação de suas certificações. Segundo o *Migration Policy Institute* (Instituto de Política Migratória), aproximadamente 8% da população total canadense consiste de migrantes naturais da China, os quais apesar de representarem uma amostra altamente qualificada acadêmica e profissionalmente no Canadá, atuam em postos aquém suas habilidades e qualificações. Este seria um exemplo de uma migração motivada por expectativas, as quais acabam se revelando nulas ou de difícil cumprimento no país de destino.

Outro pensador neoclássico, Everett Lee (1966), a fim de promover uma maior ênfase aos fatores internos referentes à atração de imigrantes, reformularia a teoria de Ravenstein – quase um século mais tarde e preconizando a atemporalidade da obra – ao adicionar à combinação dos fatores de repulsão e atração, a influência dos chamados *obstáculos intervenientes* e de fatores pessoais. Ele apontaria, por conseguinte, para o impacto destes obstáculos como sendo uma série de variáveis dependentes no processo migratório, tais como: distância entre origem e destino (ainda que com os avanços tecnológicos este elemento tenha sido atenuado), barreiras físicas, embargos burocráticos e impedimentos de leis migratórias, presença de dependentes, entre outros.

Cabe salientar, contudo, que este impacto não se revela absoluto e pode ser interpretado de maneira distinta por cada migrante, segundo Lee:

Different people are, of course, affected in different ways by the same set of obstacles. What may be trivial to some people – the cost of transporting household goods, for example – may be prohibitive to others. The effect of a given set of obstacles depends also upon the impedimenta with which the migrant is encumbered. For some migrants these are relatively unimportant and the difficulty of surmounting the intervening obstacles is consequently minimal; but for others, making the same move, the impedimenta, among which we must reckon children and other dependents, greatly increase the difficulties posed by intervening obstacles. (LEE, 1966, p. 51).⁴

O silogismo dos fatores pessoais, finalmente, é de extrema importância, pois, a percepção do indivíduo faz-se determinante para o ato de migração, em vez dos fatores macroeconômicos associados ao local de origem ou de destino. Lee (1966) argumenta que a decisão de migrar nunca se revela completamente racional e, portanto, segue-se que é sempre possível encontrar exceções a qualquer tipo de generalização sobre migração. Outro ponto a se considerar, neste contexto, seria que nem todos os indivíduos migram como resultado de sua própria decisão; por exemplo, os dependentes (cônjuges, crianças ou idosos) geralmente necessitam acompanhar seus familiares, sem uma autonomia decisória, de fato. Aplicando-se o conceito da *migração sequencial*.

Ao contrastar a teoria neoclássica da migração com a teoria da dependência, evidencia-se como elemento em comum a assertiva do desequilíbrio do modelo econômico global, no qual economias de países *periferia* e *semiperiferia* (segundo conceitos utilizados pela teoria dependentista do sistema-mundo) se encontram em desvantagem frente aos países *centro*. Tal desequilíbrio apresenta-se inserido na premissa do pensamento neoclássico, logo, a gênese da migração na teoria neoclássica deve-se fundamentalmente às disparidades nos níveis salariais entre a origem e o destino, os quais, por sua vez, espelham diferenças de renda e bem-estar entre os Estados.

A tese neoclássica, todavia, presume que o processo migratório, em longo prazo, tende a eliminar tais alteridades e assim, a migração entre as nações não seria mais necessária. O pensamento dependentista, em oposição, questiona a eficácia da mobilidade como solução equalizadora e afirma que a realocação do capital humano apenas acentuaria esta discrepância. Ao sintetizar tanto elementos da teoria dependentista quanto aspectos da teoria neoclássica da migração, preconiza-se, neste contexto, a importância dos efeitos redistributivos da migração como enfatizado por Borjas (1996).

1.4 TEORIA DO MERCADO DE TRABALHO SEGMENTADO

Diferentemente de outras teorias de migrações, as quais são, em sua essência, microeconômicas – tais como, a teoria do capital humano⁷ e a nova economia da migração⁸ – a teoria do mercado de trabalho segmentado apresenta um enfoque macroeconômico, logo, a origem dos processos migratórios residiria na demanda por mão de obra estrangeira (MASSEY et. al., 1993). Enquanto a teoria neoclássica, de prisma microeconômico, incorpora o poder de decisão individual ou familiar como determinante, a teoria do mercado dual eleva-se a partir do pressuposto de que, em uma sociedade pós-Revolução Industrial, o padrão de crescimento econômico conduz a uma segmentação do mercado de trabalho.

Não seria adequado afirmar a existência de uma única teoria do mercado de trabalho segmentado, considerando que há uma variedade de abordagens pelos autores no que tange às causas desta bifurcação. Contudo, parte-se do pressuposto de que as distintas correntes da teoria agem de forma complementar, ao invés de concorrentes, partindo essencialmente da premissa da dualidade do mercado laboral – setores primário e secundário. Segundo Massey (2007, p. 48), “jobs in the ‘primary sector’ provide steady work and high pay for native workers, but those in the ‘secondary sector’ offer low pay and little stability, repelling natives and generating a demand for immigrants”.⁵

O enfoque exposto pelos autores Bennet Harrison e Andrew Sum (1979) afirma que a diferenciação das empresas, bem como condições referentes ao comportamento da estrutura industrial – ou seja, além do papel do migrante – são consideradas essenciais para a segmentação do mercado, segundo Lima:

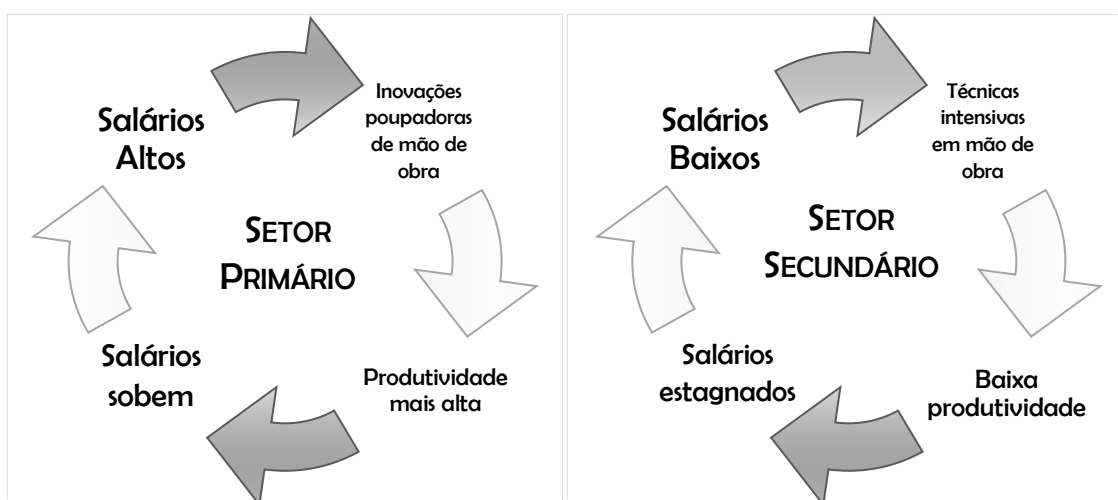
Focalizam-se características dos empregos, das firmas que os oferecem e a interação entre eles. Em uma maneira representativa do modo de pensar desse grupo de autores, Harrison sugere uma mudança de ênfase que deixe de lado a preocupação com os defeitos dos trabalhadores do secundário para dar mais atenção aos defeitos do sistema de mercado. São realçadas as características de demanda de mão de obra que podem ser responsáveis pela segmentação (LIMA, 1980, p. 238).

⁷ **Teoria do capital humano:** parte da premissa de que o trabalho humano pode significar um meio para a ampliação da produtividade econômica, e, destarte, das taxas de lucro do capital. Aplicada à migração, a mobilidade e o investimento no migrante se projetam como um investimento a nível micro para que se tenham resultados na esfera macro (SJAASTAD, 1962).

⁸ **Nova economia da migração:** eleva o componente da família e o setor doméstico – com a mobilidade como meio para melhores condições socioeconômicas – como entidades a serem consideradas no processo dos fluxos migratórios (JENNISSSEN, 2004).

Segundo Harrison (1979), como consequência da acumulação capitalista exercida pelas empresas (setor primário), o conceito de *dualismo tecnológico* (conforme exposto na figura 2), eleva-se como intensificador da segmentação do mercado de trabalho. O avanço na produtividade das empresas *centro* se deve não apenas à alta qualificação de seus empregados, como também à intensidade de capital das técnicas produtivas que estas detêm e ao poder de mercado (capacidade de repasse de seus custos para os preços); exatamente o oposto ocorre no tocante às empresas do setor secundário.

Figura 02 – Ciclo: dualismo tecnológico em mercado segmentado



Fonte: LIMA, 1980.

Michael Piore e Peter Doeringer, como defensores de outra abordagem da teoria do mercado de trabalho segmentado, acreditam que são as características pessoais – níveis de experiência, treinamento, educação e *background* – dos trabalhadores que definem o tipo de trabalho em que eles serão alocados, enfatizando uma estratificação do mercado laboral baseada no *lado da oferta* da mão de obra (DOERINGER; PIORE, 1970 *apud* LIMA, 1980). Ademais, Piore (1979) apresenta três possíveis explicações para a demanda por trabalhadores estrangeiros nas sociedades industriais modernas: (1) a escassez de mão de obra geral, (2) a necessidade de preencher as posições inferiores na hierarquia do mercado de trabalho e (3) a escassez de mão de obra no setor secundário em um mercado de trabalho segmentado (PIORE, 1979 *apud* JENNISSEN, 2004). Estes três fatores apresentam-se interligados, ao passo que a escassez de mão de obra geral pode propiciar, também, um quadro com oferta de trabalho em posições inferiores na hierarquia do mercado laboral – setor secundário. Esta demanda por mão de obra, por sua vez, se

relaciona a uma condição de ausência de motivação laboral (frente a cargos com baixo prestígio no setor secundário) e mudanças demográficas e sociais – baixa natalidade e avanços no nível educacional dos trabalhadores – em economias modernas (MASSEY et. al., 1993).

Piore (1979), rejeita a tese neoclássica (abordada na seção anterior) do “*push and pull factors*”, a qual destaca como premissa para a decisão do indivíduo de migrar a existência de elementos de repulsão (país de origem: baixos salários e desemprego) e atração (país receptor: vantagens no mercado de trabalho e constante demanda), respectivamente. Na análise de Piore (1979 *apud* MASSEY, 1993), apenas o efeito de atração de migrantes por parte dos países de destino elevar-se-ia como preponderante no processo migratório, destacando como princípio quatro características fundamentais de economias industrializadas e desenvolvidas: a inflação estrutural, a carência de motivação laboral, a dualidade na economia e a demografia da oferta de mão de obra.

Cabe, nesta análise, correlacionar a teoria do mercado de trabalho segmentado com o estudo da economia interna canadense, a fim de compreender quais são as principais razões da segmentação do mercado de trabalho do Canadá – considerando suas políticas migratórias que visam o recrutamento de mão de obra estrangeira. Em referência a esta dualidade do mercado laboral canadense, destacam-se duas leituras: a primeira em relação ao perfil dos imigrantes recrutados e a segunda no que tange à integração destes imigrantes no mercado de trabalho.

Ao tratar do tema do perfil dos imigrantes, como parte da política migratória do Canadá, o sistema de pontos, a princípio, estende a possibilidade de imigração para quaisquer candidatos que forem elegíveis em virtude de sua educação, treinamento, habilidades e outras qualificações especiais, bem como para aqueles financeiramente capazes de provisão até o seu estabelecimento permanente (GREEN; GREEN, 1999). Outrossim, desde meados da década de 1990, as práticas de seleção de imigrantes têm colocado mais peso nos quesitos da formação acadêmica e experiência profissional, favorecendo, assim, os chamados *economic immigrants* (imigrantes econômicos) em detrimento dos imigrantes da classe familiar e dos refugiados.

No tocante à integração destes imigrantes no mercado de trabalho, contudo, conforme estudo realizado, em 2013, pela *International Organization for Migration* (Organização Internacional para as Migrações) – aplicado, também, à análise da teoria neoclássica das migrações no presente trabalho – sobre o processo para reconhecimento

de qualificações e competências de migrantes, concluiu-se que os novos imigrantes enfrentam enclaves significativos de integração no mercado laboral do Canadá.

Guo (2010) utiliza o conceito do *triple glass effect* (efeito de vidro triplo) no debate acerca das consequências da desvalorização da aprendizagem e experiência de campo adquiridas previamente no país de origem do imigrante, ilustrando, por conseguinte, as diversas camadas de obstáculos incorporadas em sua vida profissional no país de destino. Tal ilustração engloba os conceitos de *glass gate* (portão de vidro), *glass door* (porta de vidro) e *glass ceiling* (teto de vidro).

A primeira camada, *glass gate*, atua impedindo a inserção dos imigrantes em áreas profissionais restritas (ex.: medicina, direito). Destarte, a experiência profissional, o conhecimento e as habilidades específicas dos imigrantes são, constantemente, consideradas deficientes e desvalorizadas pela simples razão de estarem em um formato distinto daquele conhecido pelas organizações, agências ou instituições acadêmicas. Ressalta-se que o reconhecimento das certificações e da experiência do imigrante não significa de imediato uma posição de trabalho, elevando a importância de um convite ou intenção de contratação de uma empresa, anterior à chegada do imigrante.

Segundo Guo (2010), na busca por assegurar um emprego, muitos imigrantes atingem a segunda camada – *glass door* – a qual bloqueia o acesso dos imigrantes a melhores posições e com salários mais altos. A este nível, os empregadores são os principais intervenientes. Os empregadores podem recusar-se a oferecer trabalho aos imigrantes por diferentes razões: falta de experiência profissional em território canadense (experiência prévia é desvalorizada ou vista como inferior), questões étnicas, inglês/francês com acento estrangeiro, burocracia para contratação, entre outras.

A terceira esfera – *glass ceiling* – impede os imigrantes, uma vez contratados, de ascenderem para cargos superiores de gestão ou liderança em uma empresa, muitas vezes por questões de diferenças étnicas e culturais. Ademais, alguns imigrantes podem ocupar os mesmos cargos que seus colegas de trabalho nativos, porém com salários não equiparados, causando, à vista disso, disparidades relevantes na renda total da população (renda nacional).

No contexto da teoria do mercado de trabalho dual, Guo (2010) conclui que os conceitos de *glass gate*, *glass door* e *glass ceiling* convergem para produzir o *triple glass effect*. Este efeito de barreiras estruturais, por sua vez, pode elevar como corolário o desemprego ou o subemprego para o imigrante, efeitos negativos no desempenho econômico do país e o próprio processo de segmentação do mercado de trabalho.

1.5 DEBATE TEÓRICO SOBRE AS MIGRAÇÕES

As teorias utilizadas no presente trabalho – teoria da interdependência complexa, teoria da dependência, teoria neoclássica das migrações e teoria do mercado de trabalho segmentado – com o fim de uma melhor compreensão dos processos e mecanismos contemporâneos da migração, tendem a operar em níveis de análise um tanto divergentes. Embora tais teorias carreguem implicações muito distintas no tocante à formulação de políticas migratórias, todavia, as proposições, as suposições e as hipóteses derivadas de cada perspectiva não apresentam-se inerentemente contraditórias, mas complementares. Tal argumento é sustentado por Jones:

A range of theories has arisen to explain, discuss, or otherwise dissect the process of migration. Among them, several approaches have emerged as accepted. Some of them explain the reasons for migration, while others explain how and why the process continues once it has begun. It has also become accepted among scholars of migration that these theories do not operate independently of each other, but are all complementary. However, these models all emphasize international migration (JONES, 2009, p. 06).⁶

Segundo Massey et. al. (1993), na formulação de políticas migratórias por um determinado Estado, deve-se levar em consideração qual modelo teórico será suportado e em que circunstâncias serão feitas recomendações aos formuladores de políticas públicas. Ressalta-se que compete aos tomadores de decisões políticas a busca por regular a migração internacional através de certos mecanismos, tais como: a alteração no nível dos salários e nas condições de trabalho nos países de destino, a promoção do desenvolvimento econômico nos países de origem, o estabelecimento de programas de seguro social, a redução da desigualdade de renda nos locais de origem, ou até mesmo através da combinação de todas estas ações.

Seria possível inferir, ainda, que (dependendo do modelo teórico adotado) estas medidas poderiam ser consideradas infrutíferas devido aos imperativos estruturais para a mobilidade humana no modelo econômico internacional. Aplica-se a esta assertiva a teoria da dependência com a premissa da assimetria econômica do Sistema como causa primordial para as migrações internacionais.

Seja qual for o método, dada à evolução das sociedades multiétnicas disseminadas ao redor do globo e (com enfoque na temática deste trabalho) à multiétnicidade atual presente no Canadá, as decisões políticas sobre fluxos migratórios podem influenciar na

queda, sobrevivência ou êxito de cada Estado envolvido em um, ou mais, *sistemas de migração* (MASSEY et. al., 1993).

Ao estabelecer um diálogo entre as teorias expostas, relacionando-as à conjuntura do Canadá, destacam-se tanto elementos de convergência quanto de divergência. Logo, infere-se que as quatro correntes teóricas aqui analisadas apresentam em comum a tentativa de explicar o porquê de a mobilidade humana ocorrer.

Um exemplo de indicador que incentive a migração seria o desequilíbrio entre os países dentro de um sistema migratório. Nesta dimensão, cabe mencionar a disparidade salarial, segundo a teoria neoclássica (RAVENSTEIN, 1889), e a desigualdade econômica global – países *centro*, *periferia* e *semiperiferia* – pela teoria da dependência (WALLERSTEIN, 1996). Segundo Gould, acerca da ausência de equilíbrio no âmbito internacional como causa para a migração:

Despite their important differences, the causes of internal and international migration remain essentially similar, rooted in the wide and widening economic differentials between source and destination. Thus the attention moves to the global scale, but continues to recognize the complexity of forms of international migration (GOULD, 2009, p. 177).⁷

A teoria neoclássica, em princípio, concentra-se nas discrepâncias de salários e condições de trabalho entre os países de origem e destino do migrante, como também sobre os custos da migração para estes países (JENNISSEN, 2004). A teoria neoclássica – análise macro – comumente concebe a mobilidade humana como o movimento dos fatores de produção com o propósito da maximização de resultados. Ao passo que no nível micro, o enfoque ocorre sobre a tomada de decisão do indivíduo, ou seja, do migrante.

A teoria da dependência, por sua vez, atua sob a perspectiva das diferenças sócio-econômicas do Sistema Internacional como um todo. Ao considerar que grande parte das migrações internacionais ocorre de países da *periferia* para países *centro* (geralmente, do Sul para o Norte), a distribuição de custos e benefícios tende a ser, frequentemente, desproporcional.

Parte-se da premissa de que os países *centros* são mais desenvolvidos devido ao crescimento de suas economias centradas na acumulação de capital. Contudo, apesar de seus sistemas de educação eficientes; devido à baixa densidade demográfica, a mão de obra qualificada disponível é geralmente insuficiente para atender a demanda. O

resultado desta equação consiste na constante entrada de mão de obra estrangeira (seja esta de maneira legal, ou não autorizada). A força de trabalho imigrante, uma vez no país de destino, pode dominar diversos setores da economia – rede de transportes, serviços de saúde, indústria turística e outros tantos segmentos da indústria manufatureira e de serviços – os quais sustentam a condição de desenvolvimento deste Estado moderno. Deste modo, para os países de destino os benefícios econômicos, ainda que persistam alguns entraves, são positivos (GOULD, 2009).

À medida que, de acordo com a teoria da dependência, para os países de origem destes imigrantes os benefícios se revelam negativos. Considera-se que, nesta região, prevaleça uma ampla necessidade de trabalhadores qualificados. Logo, com o advento da migração, há uma significativa *fuga de cérebros* (mão de obra altamente qualificada extraída por um país desenvolvido), a qual não seria compensada adequadamente pelos países *centro* (GOULD, 2009).

Constata-se que os resultados esperados destes processos migratórios revelam um ponto divergente entre as duas teorias. Assim, enquanto a visão neoclássica pressupõe que a realocação de mão de obra e as remessas de capital, em longo prazo, equiparariam os níveis de empregos e salários (BORJAS, 1989), a teoria da dependência, todavia, afirma que a migração apenas intensificaria a assimetria econômica global (MASSEY et. al., 1993).

Neste contexto, a teoria da interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1977), cuja a ótica vem a ser neoliberal, encara as migrações internacionais como um fenômeno benéfico para os países envolvidos. A mobilidade humana, então, seria uma das quatro formas de interdependência e interação global, segundo Koslowski:

For instance, Keohane and Nye identified four [types of] global interactions: communication – the movement of information, including beliefs and ideas; transportation – the movement of physical objects, including merchandise; finance – the movement of money and instruments of credit; and travel – the movement of persons (Keohane; Nye, 1971 *apud* Koslowski, 2005, p. 08).⁸

A teoria do mercado de trabalho segmentado (ou teoria do mercado de trabalho dual) e as teorias de relações internacionais – teoria da interdependência complexa e teoria da dependência – geralmente ignoram os processos de decisão em nível micro, concentrando-se em forças que operam em níveis muito mais elevados de agregação.

Infere-se, por conseguinte, que a teoria do mercado de trabalho dual interpreta a migração como uma resposta intencional às demandas estruturais das economias industriais modernas. Ao passo que, de acordo com Massey et. al. (1993) as teorias de interdependência complexa e dependência referem-se à migração como uma consequência natural da globalização econômica e penetração no mercado através das fronteiras nacionais. Ressalta-se que, como corolário deste processo, a teoria da interdependência complexa prevê efeitos positivos e, em contrapartida, a teoria da dependência sublinha pontos negativos. Segundo Massey, no tocante a esta integração econômica global:

Today's international migrant flows did not emerge in a vacuum. They are intimately connected to broader processes of economic integration that for the past half century have been shrinking the globe. Places that are linked to one another by flows of goods, capital, commodities and information are also linked by flows of people, in a process that has come to be labeled "globalization" (MASSEY, 2007, p. 41).⁹

Assim, enquanto a teoria da interdependência reside no conceito dos *vínculos de dependência mútua* entre duas economias (KEOHANE; NYE, 1977), a teoria do mercado de trabalho segmentado traz um enfoque na dinâmica interna da economia de um país e na bifurcação de seu mercado de trabalho.

Ao final deste capítulo, supõe-se que ao clarificar os pressupostos subjacentes e proposições fundamentais das teorias expostas, bem como aplicar os esquemas teóricos sobre os elementos empíricos dos fluxos migratórios canadenses, seja possível lançar as estruturas necessárias para a análise geral proposta (nos capítulos seguintes), a saber, a relação entre o desenvolvimento econômico e os fluxos migratórios no Canadá.

2 A POLÍTICA MIGRATÓRIA CANADENSE

O Canadá, segundo a *Organization for Economic Cooperation and Development* (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), apresenta o índice de entrada de imigrantes anualmente de 0,7% em relação a sua população total, o qual o categoriza como o país com maior fluxo de imigrantes em situação permanente (legal) dentre os Estados mais desenvolvidos na América do Norte e Europa.

Desta forma, o país tem utilizado a imigração a fim de incentivar seu crescimento populacional e sua força de trabalho, tornando-se um dos principais destinos mundialmente, com em média 200.000 a 275.000 imigrantes adentrando o país por ano (*Statistics Canada: Facts and Figures*, 2012). Sua política de imigração econômica atual possui um embasamento no modelo neoclássico do uso do imigrante como capital humano, aplicando uma ênfase no recrutamento de mão de obra com as habilidades adequadas – educação, experiência profissional e proficiência em idiomas (inglês e francês) – para fomentar o mercado de trabalho canadense e dinamizar sua economia (FERRER; PICOT; RIDDELL, 2012).

O Canadá, então, atrelado a sua experiência relativamente positiva na gestão da imigração, da multietnicidade e da diversidade cultural durante as últimas décadas, tem atraído a atenção de estudiosos e formuladores de políticas migratórias de países tradicionais na migração (Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, por exemplo), os quais chegam a inferir o termo “modelo canadense” de imigração (REITZ, 2009).

Contudo, este cenário propício não exclui significativos entraves, conforme o trecho seguinte – extraído de uma entrevista realizada pela Universidade de Toronto (2012) direcionada à especialista em leis migratórias, Audrey Macklin. Segundo Macklin:

Historically, the Canadian immigration system has been admired around the world. The nucleus of the system has been a reliance on permanent immigration whereby Canada sought people who would come, settle permanently, and contribute economically, culturally, demographically, and socially. Underpinning this nation-building mission was the idea that people would bring their families; this would foster settlement and integration because people flourish when they live with their families. Additionally, services that family members could provide, such as childcare, would help the economically active to be even more productive. In short, Canada has promoted robust human capital economic immigration along with a family class program. In addition, we have a refugee stream that recognizes Canada's international obligation to provide a safe haven for those facing persecution. One problem of this centralized system

is that it has always been backlogged. Furthermore, with respect to the economic class, it is difficult to ensure that people who arrive in Canada with skills and credentials are, in practice, able to work in Canada in accordance with their skills and qualifications; this “brain waste” phenomenon is manifested by the “taxi-driving doctor” (MACKLIN, 2012, p. 01).¹⁰

O texto discorre acerca das tendências emergentes na política de migração canadense. Segundo Audrey, historicamente, o Canadá tem promovido um admirável sistema de migração que tem como núcleo a entrada de imigrantes visando à contribuição para o país de forma econômica, cultural, demográfica e social. A evolução de tais políticas, entretanto, enfrenta problemas no que tange ao aproveitamento desta mão de obra altamente qualificada; Audrey faz uso do termo “*brain waste*” (desperdício de cérebros). Logo, há uma preocupação, em especial com os *economic immigrants*, em relação à manutenção e ao futuro dos sistemas federal e provincial de migração aplicados (MACKLIN, 2012).

Os temas que serão discutidos nesta segunda parte do trabalho, desta forma, abrangem: traçar um panorama histórico da política migratória canadense desde a colonização, com enfoque nas províncias com maior volume de imigrantes; caracterizar as diretrizes migratórias (com seus pontos fortes e lacunas); elencar as principais razões que levam o Canadá à busca por imigrantes de alta qualificação (*economic immigrants*), explanando acerca de sua inserção no mercado de trabalho canadense; e, por fim, elaborar uma comparação entre as políticas migratórias do Canadá e de seu vizinho, os Estados Unidos.

2.1 HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO NO CANADÁ

“The movement of nationals of one country into another for the purpose of resettlement is central to Canadian history, from the Aboriginal peoples, whose ancestors migrated across the Bering Strait from Asia, to the most recent arrivals”¹¹ (TROPER; LAMBERT, 2014). A história da imigração canadense não se trata de um crescimento natural da população; ao contrário, a imigração tem sido e continua a ser tanto um catalisador para o desenvolvimento econômico do Canadá quanto um espelho das atitudes e valores canadenses.

Logo, a fim de analisar o fenômeno da migração para o Canadá, cabe compilar dados relevantes acerca da história da migração no país, a qual remonta a milhares de anos e abrange o período desde a chegada dos primeiros povos (paleoamericanos), a influência da ocupação europeia até a multietnicidade dos dias atuais. Subdivide-se, assim, a análise proposta em alguns marcos históricos, como também em cinco ondas distintas – considerando a imigração aborígine como um movimento anterior à primeira onda de imigração no Canadá.

Em princípio, estabelece-se que as civilizações aborígenes seriam primárias à ocupação dos europeus. Através de investigações arqueológicas, deste modo, foram descobertas civilizações compostas por grupos peculiares de povos indígenas. O que se segue são diversos tratados e leis promulgadas entre colonos europeus e os primeiros povos, dando início à consolidação da primeira onda de imigração. Segundo um guia de estudos sobre os direitos e as responsabilidades da cidadania canadense, publicado pela *Citizenship and Immigration Canada (CIC)*:

The arrival of European traders, missionaries, soldiers and colonists changed the native way of life forever. Large numbers of Aboriginals died of European diseases to which they lacked immunity. However, aboriginals and Europeans formed strong economic, religious and military bonds in the first 200 years of coexistence which laid the foundations of Canada (CIC, 2012, p. 14).¹²

A primeira significativa onda de imigração não-indígena para o Canadá ocorreu ao longo de quase dois séculos, com uma lenta, porém, progressiva ocupação das províncias de Quebec e Acadia por parte da França; contando com um número inferior de colonizadores norte-americanos e europeus, além de militares britânicos. Esta onda culminou com o afluxo de 46.000 a 50.000 britânicos que fogem da Revolução

Americana, situando-se, principalmente, nos territórios que hoje constituem o sul de Ontário, a região leste de Quebec, New Brunswick e Nova Scotia (ROBERT, 2005).

Uma segunda onda de imigração consistiu em cerca de 30.000 norte-americanos estabelecendo-se em Ontário, entre o final de 1780 e 1812, devido à promessa de arrendamento de terras. Esta segunda onda com imigrantes provenientes da Grã-Bretanha e Irlanda foi encorajada após o fim da Guerra de 1812, incluindo soldados que haviam servido no conflito. Os governadores coloniais do Canadá, preocupados com uma outra tentativa de invasão norte-americana e para reprimir a influência linguística francófona de Quebec, apressaram-se a promover a consolidação da ocupação territorial no interior do país, em especial no que hoje localiza-se Ontário. Quando a Grande Fome Irlandesa (1846-1849) abateu a Irlanda, a segunda onda de imigração irlandesa veio a aumentar, resultando em milhares de pessoas migrando para o Canadá, ainda que uma parte relevante tenha se direcionado aos Estados Unidos (*Citizenship and Immigration Canada*, 2012).

No período prévio a 1885, ocorreriam restrições à imigração por parte do governo canadense; porém, ao invés de decisões políticas previamente aplicadas, estas foram sobretudo em resposta às grandes ondas de imigração já existentes. Tais restrições, todavia, não eram orientadas para um grupo ou etnia específicos, ao menos, como política oficial. Até a introdução da primeira legislação do *Chinese Head Tax* (imposto chinês sobre cabeça) aprovado, em 1885, o qual agia como resolução *vis-à-vis* um número crescente de trabalhadores chineses no *Canadian Pacific Railway*. Os aumentos subsequentes do *Chinese Head Tax*, em 1900 e 1903, limitaram consideravelmente a entrada de mão de obra chinesa para o Canadá (ROBERT, 2005). Os imigrantes ideais ainda eram agricultores independentes britânicos ou norte-americanos que pudessem se estabelecer na região oeste do país (TROPER; LAMBERT, 2014).

A terceira onda de imigração vinda, predominantemente, da Europa Continental atingiu o pico antes da Primeira Guerra Mundial. Em 1910, foi originalmente criada a Cidadania Canadense sob a lei do Ato de Imigração de 1910 a fim de designar os imigrantes britânicos que haviam sido “domiciliados” no Canadá. A partir de então, para quaisquer indivíduos britânicos que chegassem com a intenção de consolidar sua residência em território canadense seria necessária uma permissão oficial. O conceito de *domicílio* foi definido para representar o imigrante que tivesse sido residente no Canadá durante três anos – com isenção de qualquer período gasto em prisões ou instituições

mentais (FLOURNOY; HUDSON, 1929). Em 1913, mais de 400.000 estrangeiros migraram para o Canadá⁹ (CIC, 2012). Um status complementar de Nacionalidade Canadense foi criado, em 1921, o qual concedia aos dependentes de cidadãos canadenses (que ainda não residissem no país) o direito à cidadania.

Em 1923, como complementar ao *Chinese Head Tax*, o governo aprovou a Lei de Imigração Chinesa que impedia os chineses de entrar no Canadá por completo, entre 1923 e 1947. Ademais, os anos 1930 experimentaram um declínio no fluxo migratório devido à recessão da Grande Depressão. As autoridades migratórias, preocupadas com o colapso na economia, não atuaram com o objetivo de estimular as admissões de imigrantes, mas a fim de impedi-las. Acredita-se que, em 1933 quando Hitler governava a Alemanha, milhões de adversários políticos e judeus poderiam ter sobrevivido se o Canadá ou outros países tivessem oferecido-lhes asilo (TROPER; LAMBERT, 2014).

As medidas adotadas pela política migratória canadense nestes episódios podem ser relacionadas às premissas da Teoria da Dependência (FRANK, 1980; WALLERSTEIN, 1996). Assim, ao proibir a entrada de imigrantes chineses ou retrair consideravelmente as admissões nos anos da Depressão, o Canadá contraía uma postura de país *centro* em relação aos países da *periferia* e *semiperiferia*, agravando as formas de desigualdade no modelo econômico internacional. Ao analisar o caso conforme a teoria dependentista, o Canadá agiu a fim de manter seu alto posicionamento sem considerar as demandas de outros Estados, mantendo dessa forma o desenvolvimento desigual e combinado, característica do modo de produção capitalista.

Em contrapartida, na década seguinte – durante o período anterior e pós-Segunda Guerra Mundial – aproximadamente 48.000 esposas de soldados com 22.000 crianças aterrissaram no Canadá (CIC, 2012). Em 1946, o Canadá foi o segundo país na, então, *British Commonwealth*, a estabelecer a sua própria Lei de Nacionalidade, com a promulgação da Lei de Cidadania Canadense, a qual se tornou efetiva em 1947.

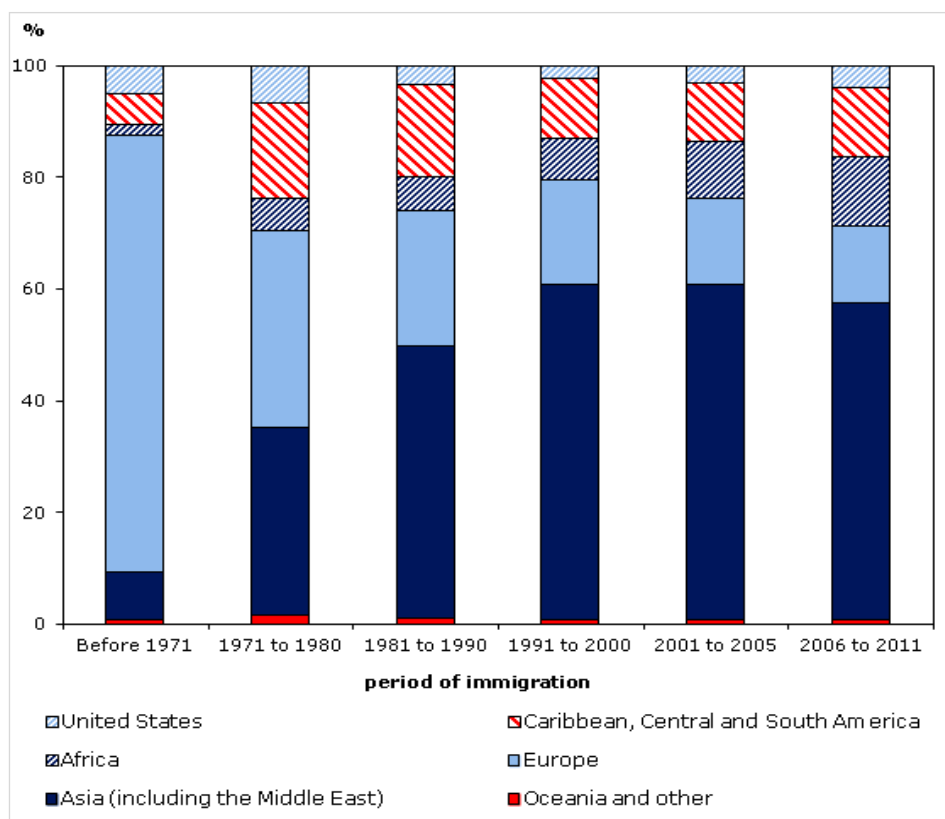
A quarta onda de imigração seria oriunda também do continente europeu. De onde veio receber por volta de um milhão e meio de imigrantes. Nos anos 1950, destarte, o Canadá assumia um caráter mais multiétnico e com um número significativo de residentes falantes de outras línguas estrangeiras além dos dois idiomas já propagados: inglês e francês. Houve, por exemplo, um grande volume de imigrantes ucranianos (como mencionado anteriormente no presente trabalho).

⁹ Vide anexo I: Canada – Permanent residents as a percentage of Canada's population, 1860-2012.

Segundo a agência *Citizenship and Immigration Canada*, a imigração desde os anos 1970 passou a ser permeada principalmente por minorias visíveis de países em desenvolvimento: mais de 6.000 ugandenses (1972), mais de 6.000 chilenos (1973), quase 9.000 indonésios (1975), entre outros. Tal política, deste modo, foi em grande parte influenciada pela Lei de Imigração que foi revista em 1967 – introduzindo o Sistema de Pontos (*the point system*) para a seleção de trabalhadores e empreendedores altamente qualificados – e continua a ser uma política oficial do governo.

A quinta onda de imigração veio acompanhada pelo Ato de Imigração de 1976, o qual se manteve em vigor até 2002, quando seria aprovado o *Immigration and Refugee Protection Act* (IRPA), permanecendo vigente até o momento atual. No presente, a maioria dos imigrantes vem da Ásia do Sul e da China e esta tendência deverá continuar. Conforme indicado na figura 03, no período de 2006 a 2011, cerca de 60% dos imigrantes no Canadá eram naturais da Ásia (incluindo o Oriente Médio).

Figura 03 – Região de origem dos imigrantes por períodos

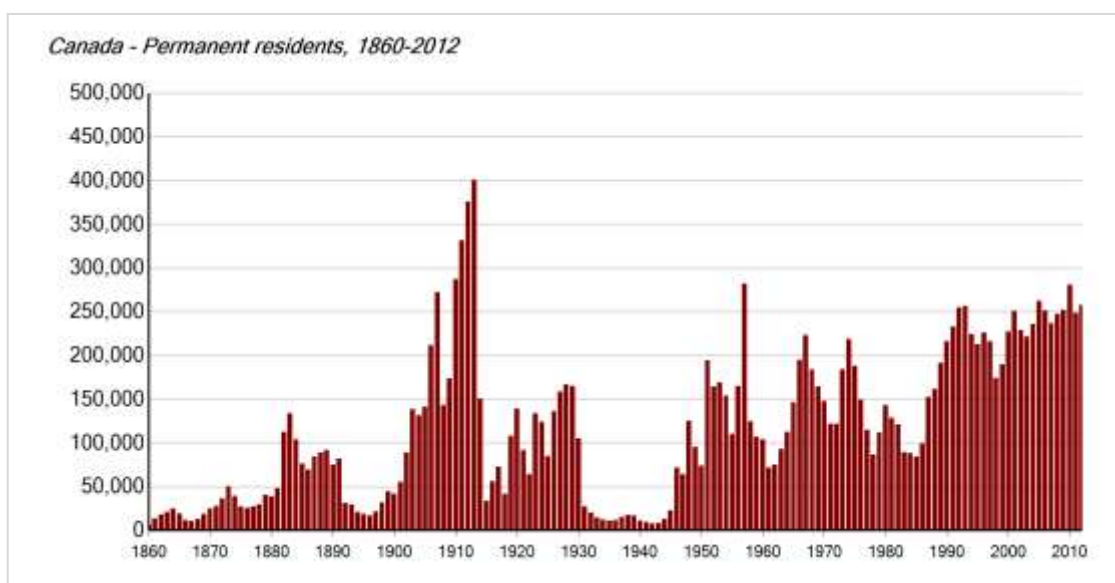


Fonte: Citizenship and Immigration Canada

No que tange às práticas discriminatórias direcionadas aos chineses em tempos passados (*Chinese Head Tax* e Lei de Imigração Chinesa), um pedido de desculpas oficial do governo canadense acompanhado de compensações foram anunciados em junho de 2006 (ROBERT, 2005).

O processo migratório, portanto, tem prosseguido com algumas alterações legislativas (analisadas no decorrer deste trabalho), em conjunto com ligeiras oscilações (entre 225.000 a 275.000 imigrantes anualmente) de acordo com a figura 04 acerca do fluxo migratório entre os anos 1860 a 2012.

Figura 04 – Fluxo migratório para o Canadá de 1860 a 2012



Fonte: Canada Facts and Figures, 2012

Infere-se, assim, que ao longo dos séculos, os elementos aborígenes ou franceses, bem como os costumes dos imigrantes britânicos, europeus e dos mais recentes imigrantes se combinaram para formar uma cultura canadense. Cultura esta que também foi fortemente influenciada pela de seu vizinho geográfico, econômico e linguístico, os Estados Unidos. A tendência, desde então, apresenta os canadenses apoiando o multilateralismo e o desenvolvimento socioeconômico de seu país (composto por dez províncias e três territórios) por meio da imigração.

2.2 PANORAMA DA POLÍTICA MIGRATÓRIA CANADENSE

“I am a Canadian, a free Canadian, free to speak without fear, to stand for what I think right, or free to choose those who shall govern my country. This heritage of freedom I pledge to uphold for myself and all mankind” (DIEFENBAKER, 1960).¹³

No tocante à política migratória do Canadá, cabe inferir que a opinião pública, composta por cidadãos canadenses, tem sido um elemento de suporte à imigração por um longo tempo, conforme expresso na declaração acima de Diefenbaker (13º Primeiro Ministro do Canadá). Em diversos países transatlânticos elevam-se evidências de um sentimento anti-imigrantes expressivo e certa oposição – por parte da população – às políticas multiculturais direcionadas a estrangeiros e grupos minoritários. O Canadá, conquanto, perante este cenário, tem apresentado um diferencial ao atrair anualmente milhares de imigrantes de quase 200 países ao redor do globo (BLOEMRAAD, 2012).

Em comparação com os cidadãos de outros países desenvolvidos e comumente receptores de imigrantes, os canadenses tendem a ser mais abertos frente à imigração. Em uma pesquisa comparativa realizada em 2010, apenas 27% dos entrevistados no Canadá concordaram que a imigração pode representar mais um problema do que uma oportunidade. A França foi o país que chegou mais perto da opinião emitida no Canadá com uma percepção da imigração como um problema; porém, significativamente mais elevada, 42% dos entrevistados. As objeções mais frequentes provinham do Reino Unido, onde 65% das pessoas questionadas encaravam a migração mais como um entrave do que um fenômeno que fosse de encontro aos interesses do país (BLOEMRAAD, 2012).

A identidade canadense é formada pelo multiculturalismo preconizado em sua sociedade, segundo a agência *Citizenship and Immigration Canada*:

Canada is often referred to as a *land of immigrants* because, over the past 200 years, millions of newcomers have helped to build and defend our way of life. Many ethnic and religious groups live and work in peace as proud Canadians. The largest groups are the English, French, Scottish, Irish, German, Italian, Chinese, Aboriginal, Ukrainian, Dutch, South Asian and Scandinavian. Since the 1970s, most immigrants have come from Asian countries. [...] Together, these diverse groups, sharing a common Canadian identity, make up today's multicultural society (CIC, 2012, p. 12, 13).¹⁴

Esta abordagem positiva *vis-à-vis* a migração é compatível com a Teoria da Interdependência Complexa ao residir na premissa da existência de vínculos de dependência mútua entre os países (KEOHANE; NYE, 1977). Ou seja, mediante o respaldo da entrada progressiva de estrangeiros, os canadenses corroboram a necessidade destes imigrantes e de uma relação recíproca com seus respectivos países de origem.

De fato, uma das razões citadas para esta excepcionalidade canadense é a posição geográfica do Canadá, apresentando-se como um fator que torna difícil para os imigrantes não autorizados a adentrar seu território, atenuando as preocupações muitas vezes expressas em outros países (os Estados Unidos ou países europeus, por exemplo) acerca da entrada de imigrantes ilegais e os resquícios desta situação sobre o estado de bem-estar dos nativos. Outro fator consiste em que, atualmente, a maioria dos imigrantes do Canadá são selecionados através de um sistema de pontos que admite pessoas com habilidades específicas a fim de contribuir para a economia do país, os chamados *economic immigrants* (BLOEMRAAD, 2012).

Antes de 1960, a política migratória canadense era focada, principalmente, em imigrantes com baixa qualificação com o objetivo de ocupar a parte oeste do país e visando atender à crescente demanda por mão de obra para setores como a mineração. Durante este período de admissões, a imigração limitou-se a indivíduos provenientes de países de origem tradicionais, como os Estados Unidos, o Reino Unido ou o resto da Europa. O Canadá, todavia, em 1962, abandonou esta política de busca por países “tradicionais” em favor da admissão migratória com base em características individuais dos candidatos. A partir de 1967, o sistema de pontos formal seria adotado (FERRER; PICOT; RIDDELL, 2012).

A partir da Lei de Imigração de 1976, o Canadá, em 2002, aprovou o *Immigration and Refugee Protection Act* (Lei de Imigração e Proteção de Refugiados). O IRPA, como substituto à Lei de 1976, corresponde aos principais objetivos do programa: reunir famílias, cooperar para o desenvolvimento econômico do país e fomentar a proteção aos refugiados.

Segundo o *Statistics Canada* (2012), os imigrantes, destarte, estariam aptos a migrar e se tornar residentes permanentes¹⁰ e, posteriormente, cidadãos canadenses

¹⁰ **Residentes permanentes:** imigrantes que obtiveram o status de residente permanente ao residir por pelo menos 730 dias (dois anos) dentro de um período de cinco anos no Canadá. Os residentes permanentes têm todos os direitos garantidos pela *Canadian Charter of Rights and Freedoms* (Carta

através de três categorias principais: *family class* (classe familiar); *humanitarian class* ou *refugees* (classe humanitária ou refugiados); *economic* ou *independent class* (classe econômica ou independente) e uma certa fusão de outras categorias. Ademais, há a possibilidade para alguns imigrantes de adquirir o status de residência permanente diretamente do status de residência temporária através da *Canadian Experience Class* (Classe de Experiência Canadiana) ou de outros programas especiais (como o *Live-in Caregiver*).

A classe familiar é composta por estrangeiros – cônjuges e parceiros (*common-law partners*), filhos dependentes, pais e avós, exceto noivos – patrocinados por parentes próximos ou familiares já residentes no Canadá e que sejam maiores de 18 anos de idade (CIC, 2012). Salienta-se que, de acordo com a Teoria Neoclássica das Migrações, esta classe migratória se enquadraria no conceito de *migração sequencial*, sob o axioma dos fatores pessoais como motivo para migração (LEE, 1966).

A classe de refugiados abrange: indivíduos em refúgio assistidos pelo governo, refugiados com patrocínio privado, refugiados autorizados a desembarcar no Canadá e dependentes de refugiados que antes viviam no exterior. Com base na introdução do IRPA, este último grupo de refugiados é concebido como “*Protected persons in Canada*” (povos protegidos no Canadá).

Os imigrantes econômicos, como enfoque deste trabalho e tema do subcapítulo seguinte, consistem em pessoas selecionadas por suas habilidades e capacidade de contribuir para a economia do Canadá: *federal skilled workers* (trabalhadores federais qualificados), *business immigrants* ou *entrepreneurs* (imigrantes de negócios ou empresários), *provincial e territorial nominees* (candidatos provinciais e territoriais), *live-in caregivers* (cuidadores de bebês, crianças ou idosos) e *Canadian Experience Class* (Classe de Experiência Canadiana).

A título excepcional, o IRPA garante à agência *Citizenship and Immigration Canada* a autoridade para conceder o status de residência permanente para indivíduos e famílias que não se qualificariam em nenhuma das categorias expostas, em situações em que existam fortes considerações humanitárias e compassivas (*Humanitarian and Compassionate class*) ou por razões políticas não previstas na legislação (*Statistics Canada: Facts and Figures*, 2012).

Canadense de Direitos e Liberdades), tais como os direitos de igualdade, direitos legais e de mobilidade, a liberdade de religião, de expressão e de associação. Aos residentes não são concedidos, porém, o direito ao sufrágio.

2.3 ECONOMIC IMMIGRANTS

Uma resposta frequente apontada para a questão da excepcionalidade canadense em relação à aceitação de seu intenso fluxo migratório baseia-se em seu sistema de seleção de imigrantes (BLOEMRAAD, 2012). Desde a sua implementação, o sistema de pontos, por exemplo, já se aplicava sobretudo à imigração econômica. Ou seja, por meio deste sistema a política migratória canadense não se direcionava mais para estrangeiros admitidos como refugiados ou com a finalidade de reunificação familiar. Com efeito, uma vez que o sistema de pontos foi introduzido, estes canais de imigração – antes priorizados – cederam espaço à categoria da imigração econômica (FERRER; PICOT; RIDDELL, 2012).

Ao considerar esta ênfase conferida ao imigrante econômico, cabe relacionar a política migratória canadense à Teoria Neoclássica das Migrações. De acordo com esta teoria, a mobilidade humana é concebida como a realocação dos fatores de produção, ou seja, o migrante qualificado representa um investimento em capital humano e provedor de lucro. A análise macroeconômica da teoria neoclássica fundamenta-se nas disparidades salariais e de condições de trabalho entre os países de origem e de destino inseridos em um processo migratório (RAVENSTEIN, 1889). Por conseguinte, o Canadá, na qualidade de um país economicamente desenvolvido, faz uso de *pull factors* (fatores de atração) a fim de recrutar imigrantes altamente qualificados de outras nações, nas quais as possibilidades de ascensão profissional possam parecer desfavoráveis ao candidato à migração.

Neste contexto de recrutamento de mão de obra qualificada (ou capital humano), o sistema federal de pontos tem sido utilizado na seleção da subcategoria: *federal skilled workers* (trabalhadores federais qualificados), até 2014. Os candidatos são avaliados a partir de seis critérios principais considerados durante a triagem: (1) proficiência no idioma: inglês e/ou francês; (2) nível educacional; (3) experiência profissional; (4) idade; (5) proposta prévia de emprego no Canadá e (6) adaptabilidade (*Citizenship and Immigration Canada*, 2014).

Observa-se, na tabela 01, como são calculados os pontos para cada atributo. No caso de o candidato atingir 67 pontos (ou mais) de 100 no total, torna-se possível candidatar-se ao programa. Se esta pontuação não for alcançada, o candidato é aconselhado a não se candidatar.

Tabela 01 – Sistema de pontos: fatores de seleção em 2014

Fator de Seleção	Pontos Máximos
Proficiência no idioma	28
Nível educacional	25
Experiência profissional	15
Idade	12
Proposta prévia de emprego	10
Adaptabilidade	10
Total	100
Pontuação mínima: 67 de 100	

Fonte: Citizenship and Immigration Canada (CIC)

Segundo Papademetriou e Sumption (2011), nas últimas décadas, o sistema de pontos tem se destacado como relativamente eficiente para os formuladores de políticas públicas por ser transparente, flexível e ajustável à evolução das necessidades econômicas do Canadá (demanda por profissionais específicos, expansão ou retração da economia, etc.). Ou, ainda, por responder às evidências acerca de resultados quantitativos dos processos migratórios. Todavia, considerando que os empregadores não estão envolvidos na seleção, o sistema de pontos, muitas vezes, admite profissionais que são incapazes de encontrar trabalho conforme seu alto nível de habilidade, uma vez em território canadense.

Um dos fatores principais causadores do subemprego ou, até mesmo, do desemprego destes imigrantes consiste nas dificuldades que eles encontram no credenciamento de suas qualificações, segundo Guo e Shan (2013):

Although Canada has been extolled as an open and tolerant society, it has been criticized for failing to accept differences as valid and valuable expressions of the human experience. One manifestation of such criticism pertains to the non-recognition of immigrants' prior credentials and work experience, a practice that is seen by many as the key social policy issue facing Canada today (GUO; SHAN, 2013, p. 230).¹⁵

Conforme a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado (DOERINGER; PIORE, 1970), tal conjuntura resulta na bifurcação do mercado laboral – em setores primário e secundário – como também prejudica a integração destes novos imigrantes e os benefícios econômicos em longo prazo que esta imigração poderia trazer ao país.

O sistema de pontos, então, ainda que tenha suas vantagens, tem sido alvo de críticas. Sistemas envolvendo a atuação dos empregadores, pelo contrário, permitem às empresas selecionarem os profissionais que necessitam, sujeito a regulamentos governamentais. Ou seja, o fato de ser selecionado por um empregador torna-se uma evidência de que as competências (nível de empregabilidade) deste imigrante são essenciais, garantindo, assim, um emprego ao chegar ao Canadá. No entanto, um sistema plenamente acionado pela iniciativa privada levanta também preocupações de que os empregadores poderiam manipulá-lo a fim de contratar um trabalhador por um salário injusto ou, ainda, que os trabalhadores se tornariam muito dependentes de seus empregadores (PAPADEMETRIOU; SUMPTION, 2011).

Desta forma, o governo canadense, com o atual ministro da migração e cidadania, Chris Alexander, tem atuado com a estratégia de implantar um novo sistema como substituto ao sistema de pontos (CIC, 2014), reduzindo o número de imigrantes nomeados por suas habilidades que não logram encontrar uma posição de acordo com suas qualificações (BLOEMRAAD, 2012).

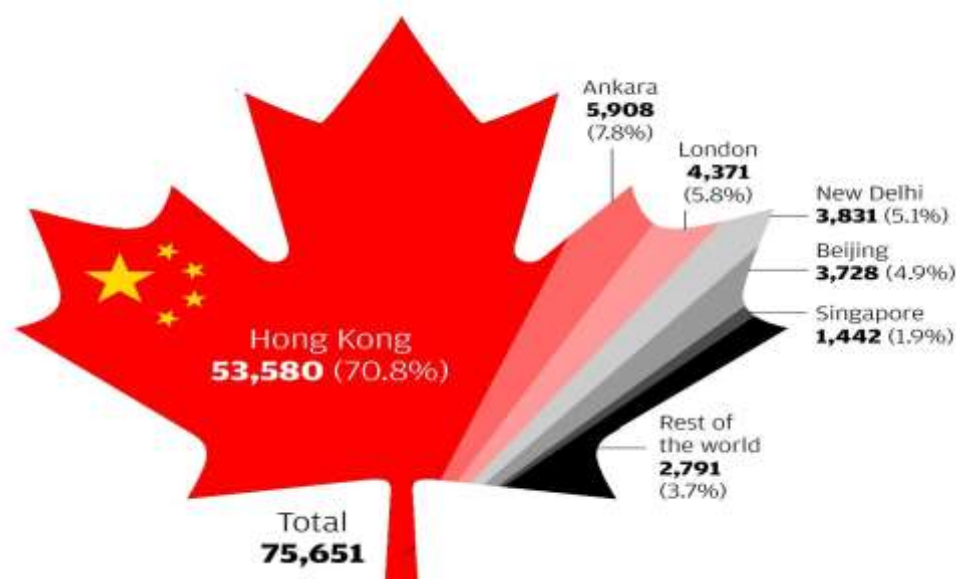
O sistema *Express Entry* (Entrada Expressa), em vigor a partir de janeiro de 2015, remete ao conceito de um sistema “híbrido” de migração, o qual correlaciona um sistema federal de seleção de imigrantes e a participação dos empregadores em consonância com a necessidade de profissionais específicos (CIC, 2014). Infere-se, deste modo, que embora a migração altamente qualificada não possa ser considerada inelástica frente às políticas públicas de migração, o volume de imigrantes com alta qualificação tende a depender, cada vez menos, puramente de incentivos ao fluxo migratório no cerne do sistema federal.

Na categoria dos imigrantes econômicos existem, também, outras subcategorias além dos *federal skilled workers*, que não são articuladas pelo sistema de pontos ou o *Express Entry*. Ainda assim, estas pessoas são escolhidas por suas habilidades e capacidade específicas para o Canadá: *business immigrants* ou *entrepreneurs* (imigrantes de negócios ou empresários), *provincial e territorial nominees* (candidatos provinciais e territoriais), *live-in caregivers* (cuidadores de bebês, crianças ou idosos) e *Canadian Experience Class* (Classe de Experiência Canadiana).

Os imigrantes de negócios (*business immigrants*) são residentes permanentes com base em sua capacidade de estabelecer-se economicamente no Canadá através de uma atividade empresarial ou investimento direto. Nesta subcategoria são contemplados: empresários, trabalhadores por conta própria e investidores. O cônjuge ou parceiro (*common-law partner*) e os filhos dependentes do imigrante (menores de 19 anos) também estão incluídos neste grupo. Ao passo que os imigrantes empresários (*entrepreneurs*) abrangem residentes permanentes selecionados na condição de que estes possam administrar e controlar um negócio com lucros de ao menos CAN\$ 300.000, mantendo seu negócio no Canadá por no mínimo um ano, nos três anos seguintes a sua chegada ao país. Há, ainda, os imigrantes autônomos, os independentes ou os investidores, aos quais compete o princípio de estar apto a comprovar um capital significativo para seu próprio negócio, bem como para o desenvolvimento econômico da província em que estejam alocados (*Citizenship and Immigration Canada, 2012*).

Atualmente, o programa federal de imigração para empreendedores e investidores estrangeiros se cessou sem data prevista para retomada (*CIC, 2014*). Ao analisar, na figura 05, a origem e o volume de investimentos e pedidos de visto, em 2013, constata-se uma predominância do continente asiático, em especial da China, nas transações.

Figura 05 – Origem e volume de investimentos e pedidos de visto em 2013



Fonte: CanadaVisa.com

Os nomeados provinciais e territoriais (*provincial e territorial nominees*) são residentes permanentes designados por uma província ou território que firmaram acordos com o Governo do Canadá para selecionar imigrantes que possam satisfazer às suas necessidades econômicas locais. Embora esses candidatos devam atender a critérios de admissão de saúde e de segurança federais, eles não estão sujeitos às exigências do sistema de seleção de trabalhadores federais qualificados para determinar a elegibilidade de seu processo de imigração (FERRER; PICOT; RIDDELL, 2012).

Segundo Sumption (2014), as províncias do Canadá apresentam uma influência substancial e crescente sobre a seleção dos imigrantes. Enquanto Quebec adquiriu o controle sobre os critérios de seleção, já em 1978, a grande mudança política ocorreu em 1995, com o advento do *Provincial Nominee Program* (programa de nomeado provincial). Sob o PNP, o governo federal assinou acordos com as províncias e territórios autorizando-os a conceber os seus próprios critérios e nomear indivíduos para migrar para a sua jurisdição. O programa avançou rapidamente após 2005, quando o governo canadense expandiu os limites das nomeações provinciais. As entradas aumentaram de 5% dos imigrantes econômicos em 2005 para 25% em 2012.

Os cuidadores (*Live-in Caregivers*) são trabalhadores temporários estrangeiros, aos quais é concedida a residência permanente após a sua participação no programa *Live-in Caregiver*. A princípio, os cuidadores devem ser qualificados (com experiência comprovada) para a assistência às crianças, às pessoas doentes ou idosas, ou às pessoas com deficiência, no domicílio de seu empregador. Aos candidatos aprovados é atribuído o status de residente temporário e uma autorização de trabalho. Após dois anos, há a possibilidade de se candidatar, então, ao status de residente permanente (CIC, 2012).

Os imigrantes abarcados pela Classe de Experiência Canadiana (*Canadian Experience Class*), instituída em 2008, são pessoas que podem se tornar residentes permanentes de acordo com sua experiência canadense. Eles devem ter a intenção de residir em uma província ou território que não seja Quebec e ter mantido o status de residente temporário durante todo o período de estudo (em tempo integral) ou de formação, bem como durante o período de experiência de trabalho no Canadá.

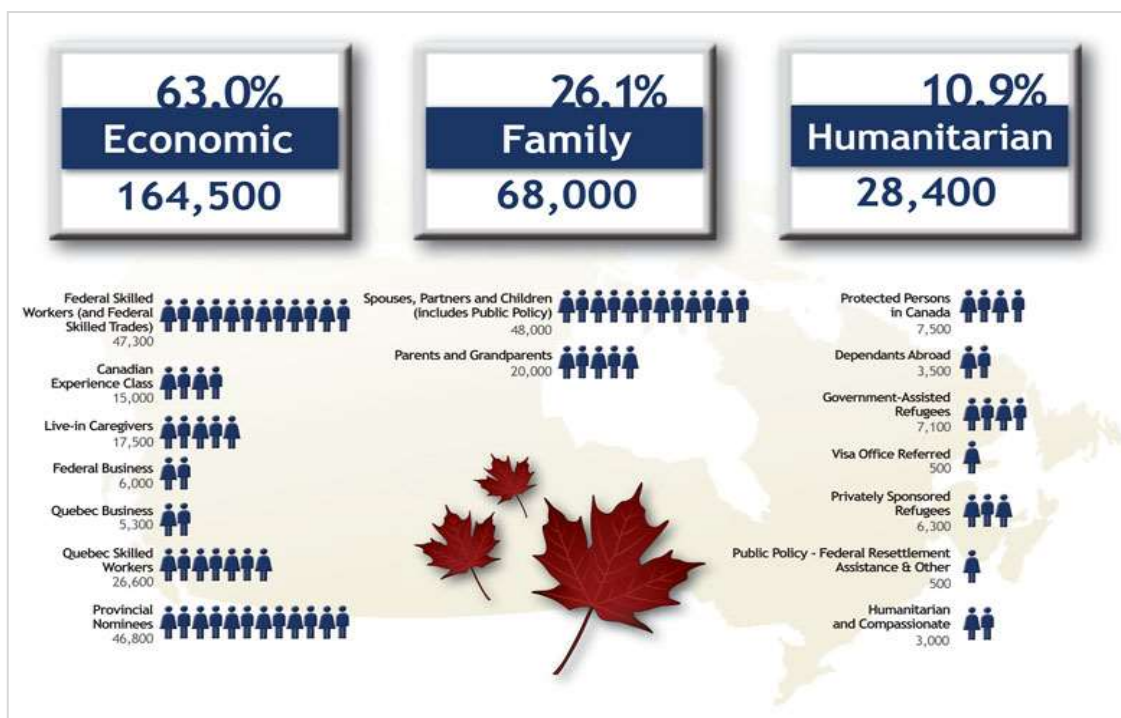
Segundo Ferrer, Picot e Riddell (2012), a política de imigração econômica canadense tem constatemente evolvido, ao redirecionar seu foco na busca por suprir a escassez de profissionais em curto prazo (anos 1970 e 1980) para um modelo de planejamento que priorize o capital humano, a integração em longo prazo e a constituição da nação (décadas de 1990 e início de 2000).

Neste âmbito, o Canadá fixa anualmente uma meta de entrada de imigrantes, sendo esta uma estimativa do número de pessoas que a agência *Citizenship and Immigration Canada* (CIC) espera admitir naquele período. Leva-se em conta as diferenças no comportamento dos candidatos, tanto antes de aplicar para a imigração quanto após terem recebido o visto (alguns candidatos demoram mais tempo do que outros para chegar ao Canadá depois de concedida a entrada). Salienta-se que estas são metas “planejadas”. Logo, fatores além do controle da CIC podem afetar os números reais de admissão, tais como: questões de segurança no país de origem que influenciam o processo de imigração (CIC, 2014).

Para 2014, o governo canadense estabeleceu acolher entre 240.000 a 265.000 novos residentes permanentes no escopo de contribuir para a economia do país. Segundo a CIC, seu planejamento reforça o compromisso do Governo do Canadá para incrementar o nível de empregos e o crescimento econômico.

Nota-se, na figura 06, que a categoria de imigrantes econômicos – em especial, *federal skilled workers* (47.300), *provincial nominees* (46.800) e *Quebec skilled workers* (26.600) – apresenta-se como um componente dominante, compreendendo 63% da meta de 2014.

Figura 06 – Metas para a entrada de imigrantes no Canadá em 2014



Fonte: Citizenship and Immigration Canada (CIC)

2.4 MIGRAÇÃO: CANADÁ vs. ESTADOS UNIDOS

A tradição de ser uma nação formada pelas migrações destaca-se como uma das similaridades entre o Canadá e os Estados Unidos, além de sua proximidade geográfica, cultural e linguística. Contudo, esta regra não se aplica ao investigar o controle dos movimentos migratórios e a evolução da política de migração nesta área do continente norte-americano. A princípio, as diferenças entre o Canadá e os Estados Unidos existem no tocante à importância atribuída à imigração para as respectivas economias, à organização de seus processos migratórios, aos regulamentos formais, ao tamanho e composição dos fluxos de imigrantes (BOYD, 1976) e à aceitação da opinião pública.

Esta parte da análise, assim, propõe tanto compreender quais os fatores que levam dois países aparentemente tão próximos a conduzirem políticas migratórias discrepantes quanto refletir acerca de como o “modelo canadiano” de migração poderia ser efetivo frente às lacunas da questão migratória nos Estados Unidos (REITZ, 2009).

Identifica-se como elemento em comum – entre o Canadá e os EUA – e razão primordial para a contínua admissão de imigrantes a necessidade de mão de obra estrangeira, seja por habilidades específicas ou somente por trabalhadores motivados a aceitar posições de baixo prestígio. Neste sentido, segundo Platonova e Urso (2012), os conceitos de escassez de mão de obra altamente qualificada e escassez de um volume significativo de trabalhadores gerais são divergentes:

Despite the frequent use of the notion of labour and skill shortages in the current global policy discourse, there is no universally accepted definition of these terms. In general, shortages occur when demand for a particular type of labour exceeds the available supply at the current wage and conditions of employment, and in particular location. The detailed understanding of the type of labour needed can differ depending on the source of information. Hence, labour market shortages and skills are ambiguous concepts that are hard to measure and to reflect accurately in policy measures (PLATONOVA; URSO, 2012, p. 11).¹⁶

Ainda que o Canadá e os Estados Unidos estejam historicamente conectados à imigração, na finalidade de intensificar a sua produtividade e melhorar o nível de empregos, as assimetrias residem inicialmente no tratamento direcionado aos estrangeiros e na dinâmica interna de suas economias. Tais elementos tendem a definir o perfil dos imigrantes admitidos. Logo, tanto a escassez de mão de obra geral quanto

aquela de habilidades específicas são moldadas pelas complexas relações que existem entre os padrões de produção e de emprego, fatores sociais e políticas governamentais, incluindo a regulação do mercado de trabalho, a proteção social e o desenvolvimento de recursos humanos por meio da educação (PLATONOVA; URSO, 2012).

O perfil do imigrante no Canadá evidencia um nível educacional superior frente aos indivíduos que migram para os Estados Unidos. Isto se deve, em parte, ao fato de como o Canadá busca admitir a maior parte de seus imigrantes com base em suas qualificações profissionais e acadêmicas (*economic immigrants*). A meta de admissão de imigrantes para 2014, por exemplo, foi firmada em 63% de imigrantes econômicos (*Citizenship and Immigration Canada*, 2014).

Ao passo que nos Estados Unidos, as pessoas migram (de maneira legal ou não autorizada), principalmente, segundo seus laços familiares com nativos ou residentes permanentes que já estejam em território estadunidense. Aproximadamente dois terços de seus imigrantes são para reunificação familiar (ORRENIUS; ZAVODNY, 2014). Ou seja, não há de fato um controle prévio sobre as possibilidades de inserção destes imigrantes no mercado de trabalho ou de sua compatibilidade com as habilidades específicas em escassez. Segundo Sumption (2012), como corolário, o gerenciamento da alocação de funções é delegado aos empregadores, ainda que com certas limitações por parte do governo:

The United States does not perform systematic analysis of occupational skill needs for the purposes of immigration policy. It has no list of statistically defined shortage occupations (despite occasional interest among some policymakers in creating one), and with a few exceptions immigration policy does not tend to target specific occupations. The basic approach of the US employment-based immigration system, by contrast, has been to delegate the decisions about how workers should be distributed across occupations to employers. [...] This delegation to employers is not absolute. First, US immigration laws have placed strict controls on the *number* of immigrants that can be admitted. Second, immigration laws and policies still shape and limit immigration flows by imposing criteria on employers, workers, and their jobs (SUMPTION, 2012, p. 160).¹⁷

Os Estados Unidos apontam claramente uma preferência por um sistema conduzido por empregadores devido a sua rápida reação às oscilações de demanda e oferta no mercado de trabalho. Todavia, ressalta-se que permitir que os empregadores determinem a composição ocupacional do fluxo de imigrantes não anula a essencialidade da tomada de decisões estratégica do governo sobre as circunstâncias das

contratações e as diretrizes do processo de seleção dos imigrantes (PLATONOVA; URSO, 2012).

O Canadá, em contraposição, tem colocado maior ênfase em seu sistema federal de migração, contando com uma série de critérios para o sistema de pontos e outras condições para as demais categorias. Estas medidas, entretanto, refletem certa dificuldade em prever a duração da demanda por determinados tipos de mão de obra, bem como a probabilidade destes trabalhadores em ter sucesso na integração econômica e social, uma vez no país de destino (PLATONOVA; URSO, 2012).

Elencam-se, deste modo, indagações em ambos os países. No Canadá, os formuladores de políticas públicas receiam acerca dos obstáculos da integração dos imigrantes no mercado de trabalho e se o sistema de pontos pode atender às necessidades destes profissionais. Nos Estados Unidos, o governo preocupa-se que os fluxos de imigrantes são predominantemente de baixa qualificação e não autorizados, enquanto números em imigração de trabalhadores altamente qualificados são insuficientes. Diante das preocupações levantadas pelos dois países em matéria de políticas migratórias, cabe inferir a relevância de um sistema híbrido de imigração (como mencionado anteriormente) que una os componentes mais eficazes das duas abordagens (PAPADEMETRIOU; SUMPTION, 2011).

Neste ponto, o Canadá tem feito diversas mudanças nas últimas décadas para responder as suas demandas, incluindo a implementação de um novo sistema a partir de janeiro de 2015 – *Express Entry* (CIC, 2014). À medida que os Estados Unidos tem agido de maneira limitada no que tange às políticas que regem a imigração legal, sem nenhuma modificação substancial desde os anos 1990, com exceção de deliberações restritivas para o bloqueio físico da entrada ilegal de imigrantes (ORRENIUS; ZAVODNY, 2014).

De acordo com Bloemraad (2006), na segunda metade dos anos 1900, quase quatro em cada cinco residentes estrangeiros norte-americanos (Canadá e EUA) obtinham cidadania. Cinquenta anos mais tarde, houve pequenas variações nos níveis de cidadania no Canadá: em 2001, cerca de três quartos dos passaportes canadenses eram de pessoas nascidas no exterior. Em contraste, o nível de cidadanias auferidas nos Estados Unidos atingia o índice mais baixo do século. Em 2000, apenas dois em cada cinco imigrantes chegavam a se naturalizar.

Na matéria “*The US vs. Canada*” (Os EUA vs. Canadá), publicada, em 2011, pela revista “*The Economist*” discutindo sobre as diferenças entre a política migratória

do Canadá e dos EUA, o fator geográfico incorporaria um papel preponderante. Segundo “*The Economist*”, o Canadá teria poucas razões para se preocupar com a imigração ilegal proveniente dos Estados latino-americanos. “Other factors allow Canada to be more inviting. To put it another way, the **United States's buffer zone** from the eager masses is a shallow river. That reduces unauthorized migration to Canada and eases public anxiety about it (*The Economist*, 2011, grifo nosso).¹⁸

Contudo, a seleção federal com enfoque em imigrantes econômicos e a posição geográfica do Canadá *per se* não explicam a experiência única de migração do país. A visão canadense de imigração como a construção da nação, apoiada por instituições e políticas de apoio, é fundamental. Este *ethos* nacional faz-se sustentado por políticas governamentais de multiculturalismo, leis anti-discriminatórias e programas que visam promover a integração dos novos habitantes, implicando em uma compreensão mais ampla da inserção dos imigrantes na sociedade do que aquela encontrada nos Estados Unidos (BLOEMRAAD, 2012).

Toma-se como exemplo da baixa aceitação na questão da migração a controversa possibilidade de uma reforma migratória, na atual administração democrata do presidente estadunidense Barack Obama (2009-data atual). Assim, diante de oposições tanto do Congresso quanto de parte da própria opinião pública, as alterações permanecem mais como tentativas (KILLOUGH, 2014).

Segundo “*The Economist*” (2011), a ênfase do multiculturalismo canadense conduz a uma distinção normativa interessante entre os Estados Unidos e o Canadá. Os EUA também apoiam o pluralismo e isto, de certa forma, demonstra estruturas semelhantes nos dois países. Conquanto, nos Estados Unidos, considera-se deveras raro um nativo defender a imigração. Neste interím, os canadenses estão preocupados com casos de *brain waste* (desperdício de cérebros) de seus imigrantes? E, como garantir que suas credenciais estrangeiras sejam devidamente reconhecidas no mercado de trabalho?

De fato, os Estados Unidos deveriam ser mais abertos, ao menos, à imigração altamente qualificada por não apenas poder contribuir com a economia no país, mas atenuar a ansiedade acerca dos imigrantes como um todo (*The Economist*, 2011). Logo, mudanças e novos programas na política migratória do Canadá serviriam de modelo para outros Estados desenvolvidos, uma vez que estas buscam incentivar à imigração baseada no emprego e como dinamizadora de regiões com economias vulneráveis, atuando como um estímulo econômico e exemplo de integração (ORRENIUS; ZAVODNY, 2014).

3 O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO CANADÁ: 2002 – 2012

“Our understanding of the effects of immigration is often distorted by emotive political arguments. An economic analysis uncovers some interesting questions. The left stresses the benefits, the right the costs. I have been looking for facts” (KAY, 2002).¹⁹

A migração, como um tema complexo e multifacetado, vem a se relacionar com diversos elementos da economia, os quais serão aprofundados no presente capítulo. A decisão de migrar, por sua vez, é afetada pelo ambiente econômico que a permeia, bem como por fatores sociológicos e políticos em uma economia internacional. Ademais, a migração – na categoria de atividade econômica por si própria – também tem seu papel de interação dentro de um sistema econômico internacional que se torna cada vez mais globalizado (REAL, 2009).

Conforme a análise da trajetória da imigração canadense e caracterização de sua política migratória no capítulo anterior, cabe inferir que o Canadá é um *país de imigrantes*. Por exemplo, segundo estimativas do *Statistics Canada* (2011), um a cada cinco cidadãos canadenses é estrangeiro, sublinhando um índice de 20,6% da população total do país. À vista disso, não é de se surpreender que no âmbito acadêmico e literário persista um interesse sólido na forma como estes imigrantes se inserem no mercado de trabalho e na economia macro do Canadá em geral (DUNGAN; FANG; GUNDERSON, 2012).

Nesta dimensão, uma vez que se compreende quem está migrando e o que determina o padrão de seleção dos imigrantes, faz-se possível, em um primeiro momento, *quantificar* o impacto da migração no crescimento econômico do Canadá e, em seguida, *qualificar* estes efeitos sobre o desenvolvimento social e humano do país. Utiliza-se, então, o modelo auferido como um laboratório na formulação de políticas migratórias ideais. O enfoque desta terceira e última parte da pesquisa, destarte, consiste no estudo do impacto das migrações no desenvolvimento econômico do Canadá, com um recorte temporal abrangendo o período de 2002 a 2012 (de acordo com a disponibilidade de dados).

Após um panorama da dinâmica interna da economia canadense, os resultados de maior relevância para a investigação acerca do crescimento econômico do país

incluem: os níveis de emprego e desemprego (englobando nativos e imigrantes); os gastos governamentais, impostos e saldos líquidos do Estado e, por fim, o PIB real e PIB per capita atrelados à demanda agregada e à produtividade. Uma vez alcançados estes resultados, a análise direciona-se a um aprofundamento conceitual do termo *desenvolvimento* e à aplicação de índices qualitativos do nível de bem-estar da população canadense, tais como: o Coeficiente de Gini, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o *Canadian Index of Wellbeing* (Índice de Bem-estar Canadano).

No tocante à metodologia geral utilizada, segundo Real (2009), pode-se argumentar que qualquer tentativa de explorar a relação entre as migrações e o desenvolvimento econômico deva ser realizada, principalmente, por meio de dados estatísticos e modelos matemáticos. Efetivamente, existe uma extensa literatura partindo desta abordagem. Todavia, infelizmente, dados quantitativos sobre a migração em seus diferentes aspectos nem sempre são acessíveis, restringindo de certa forma o alcance empírico do trabalho.

Além disso, as teorias já expostas aplicadas à temática da migração – teoria da interdependência complexa, teoria da dependência, teoria neoclássica das migrações e teoria do mercado de trabalho segmentado – agem como complementares à análise empírica. Assim, um modelo teórico pode se destacar por suas percepções e críticas (neste caso, sobre eventos migratórios), porém, fundamentadas por dados estatísticos. Logo, a análise do impacto das migrações no desenvolvimento econômico do Canadá se dará mediante uma combinação destes dois métodos, a saber, o empírico e o teórico (REAL, 2009).

3.1 DINÂMICA DA ECONOMIA CANADENSE

O Canadá, localizado na região norte do continente americano, consiste de dez províncias e três territórios¹¹, representando o segundo maior país do mundo em área total e o quarto maior em área territorial. O país é membro da OECDE (*Organization for Economic Cooperation and Development*), como também do G7 (*Group of Seven*), sendo considerado uma das nações mais desenvolvidas do globo (CIA, 2014).

O estudo da relação entre as migrações internacionais e o seu impacto para a economia do Canadá conduz, primeiramente, a uma análise macroeconômica do país, com enfoque em três tópicos principais: (1) o setor produtivo e as dimensões internacionais da economia; (2) o atual crescimento econômico pós-recessão e (3) as condições do mercado de trabalho e as famílias (*Statistics Canada*, 2014).

3.1.1 O setor produtivo e as dimensões internacionais da economia

Tradicionalmente, o Canadá tem sido uma nação comercial e rica em recursos naturais. Logo, o comércio tanto nacional quanto internacional continua a ser o motor de sua *performance* econômica. Em 1988, o Canadá promulgou o livre comércio com os Estados Unidos. O México, em 1994, também aderiu ao acordo do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), com mais de 444 milhões de pessoas e mais de US\$ 1 trilhão em trocas comerciais, em 2008. Segundo a CIC (2012), a economia do Canadá inclui três principais tipos de setores produtivos:

- Serviços – atua em áreas como transporte, educação, saúde, construção, comunicações, varejo, turismo e governo.
- Fábricas – manufacturam produtos para comércio interno ou exportação, incluindo: papel, equipamentos de alta tecnologia, tecnologia aeroespacial, automóveis, máquinas, alimentos, roupas, entre outros.
- Recursos naturais – envolvem silvicultura, pesca, agricultura, mineração e energia. Uma grande porcentagem das exportações do Canadá são produtos provenientes de recursos naturais; o desenvolvimento de muitas regiões do país ainda depende da economia destes recursos.

¹¹ Dez províncias: Alberta, British Columbia, Manitoba, New Brunswick, Newfoundland and Labrador, Nova Scotia, Ontario, Prince Edward Island, Quebec e Saskatchewan. Três territórios: Northwest territories, Nunavut e Yukon.

Identifica-se a relevância, para a economia do Canadá, tanto do setor de produtos (*goods*) quanto de serviços (*services*). Na figura 07, é exposto o crescimento dos níveis de emprego em ambos os segmentos. Ainda que o setor de produtos tenha experimentado uma queda drástica durante a fase de recessão (2008/2010), nos anos subsequentes, houve uma melhora significativa. Em relação ao setor de serviços, constata-se uma estabilidade gradual no período analisado.

Figura 07 – Níveis de emprego nos setores de produtos e serviços



Fonte: Statistics Canada, 2014

No tocante às dimensões internacionais, o Canadá mantém relações estreitas com os Estados Unidos, o qual age com uma recíproca política comercial. Quase três quartos das exportações canadenses são destinados aos EUA; infere-se que esta seria a mais ampla relação comercial bilateral globalmente. As exportações anuais, girando em torno de bilhões de dólares, abrangem: produtos energéticos, bens industriais, máquinas, equipamentos automotivos, produtos agrícolas e florestais, etc. (CIC, 2012).

Segundo o *Observatory of Economic Complexity*¹² (2014), além dos EUA, o Canadá também cultiva relações comerciais com diversos países. Os cinco principais países de exportação incluem: EUA (62%), China (7%), Japão (3.6%), Reino Unido (2.7%) e México (2.5%). Já os cinco maiores em importação são: EUA (46%), China (14%), México (5.4%), Japão (4%) e Alemanha (3.8%). Esta política de cooperação econômica pode ser aplicada à Teoria da Interdependência Complexa (KEOHANE; NYE, 1977), a qual parte da premissa de uma inevitável interdependência entre os Estados, empresas e instituições internacionais a fim de assegurar um maior desenvolvimento para os entes envolvidos.

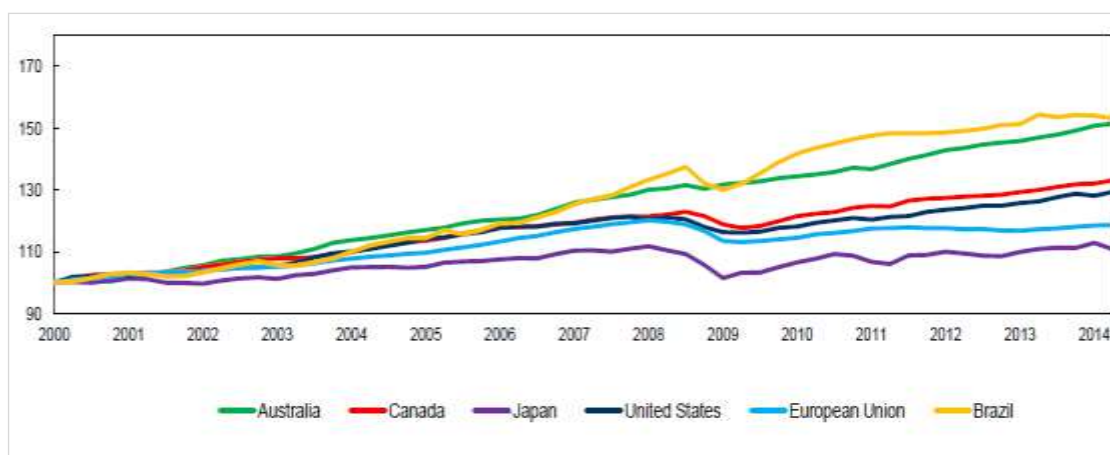
¹² Disponível em: < <http://atlas.media.mit.edu/profile/country/can/>>. Acesso em: 20 novembro 2014

3.1.2 O atual crescimento econômico pós-recessão

O atual crescimento econômico do Canadá tem sido um tanto quanto sólido e, cabe inferir, até mesmo maior em comparação aos outros países da OECD, desde o período final da recessão de 2008/2010, segundo o estudo, publicado pela OECD (2014), intitulado “*Economic Surveys Canada*” (pesquisas econômicas do Canadá). As ações para este crescimento têm sido projetadas a fim de fortalecer e reequilibrar os níveis de exportações e investimentos. Contudo, as saídas de não *commodities* têm sido fracas, ampliando o déficit em conta corrente e afetando o ânimo do setor empresarial.

Conforme o relatório, emitido pelo *Statistics Canada* (2014), “*An overview of recent macroeconomic developments in Canada*” (um panorama dos recentes desenvolvimentos macroeconômicos do Canadá), o país tem experimentado um crescimento generalizado nos principais setores industriais. Observa-se, na figura 08, o crescimento do PIB real do Canadá em comparação às outras potências mundiais. Nota-se um crescimento mais acelerado por parte do Brasil e da Austrália (em 1º e 2º lugar, respectivamente), porém, em seguida, há o índice do Canadá (na 3ª posição).

Figura 08 – Níveis de crescimento do PIB



Fonte: Statistics Canada, 2014

Ao analisar a ilustração acima, propõe-se, ainda, que mesmo que os níveis de crescimento do PIB estejam progredindo, esta conjuntura não conduz automaticamente a um nível de desenvolvimento social e humano equiparável. Salienta-se, deste modo, a diferença conceitual entre *crescimento* e *desenvolvimento* econômico (mencionada anteriormente) e a importância da redistribuição destes ganhos para a população.

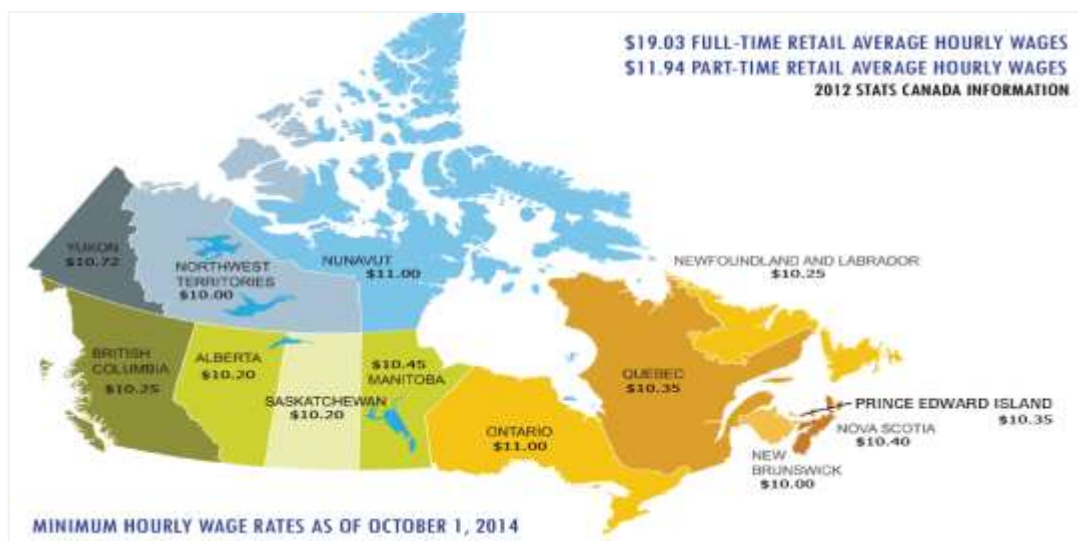
3.1.3 As condições do mercado de trabalho e as famílias

Em relação aos empregos, cerca de metade da deterioração das taxas de emprego e desemprego causada pela recessão foi revertida. Segundo a organização OECD (2014, p. 05): “Labour force participation has remained near the pre-recession peak, and unemployment is only one percentage point higher than the pre-recession low”.²⁰

No entanto, os elevados níveis de endividamento das famílias continuam a constituir um risco considerável. Em particular, no caso de um choque externo na economia internacional, como, por exemplo, um grande aumento das taxas de juros de longo prazo globais, resultando em um acréscimo do desemprego. Os consumidores canadenses provavelmente poderiam cortar seus gastos em maior grau se tivessem níveis de dívida mais baixos (OECD, 2014).

A fim de estabelecer uma estimativa da renda média do trabalhador canadense, analisa-se na figura 09, o valor dos salários mínimos estipulados por província e acima (à direita) o valor que geralmente parte dos empregadores oferece:

Figura 09 – Salário mínimo por hora no Canadá (províncias e territórios)



Fonte: Retail Council of Canada, 2014

Os desafios permanecem para a economia do Canadá, a qual (junto com outras economias), se encontra suscetível a ser afetada por grandes mudanças na composição da população, globalização contínua e aumento de exigências de qualificação resultantes de avanços tecnológicos. Enfrentar esses desafios exigirá uma força de trabalho qualificada, móvel e flexível (*Statistics Canada*, 2014).

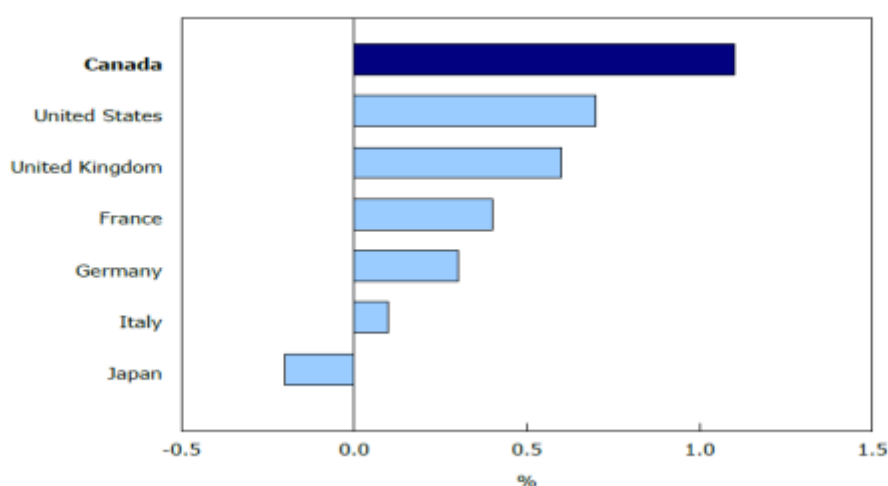
3.2 IMPACTO SOBRE EMPREGOS E SALÁRIOS

“In theory, immigration can have a complex impact on various dimensions of the domestic labor market, including wages, employment, labor force participation and unemployment”.²¹ Segundo, Dungan, Fang e Gunderson (2012, p. 03), as migrações podem causar um impacto sobre várias dimensões do mercado de trabalho. Eleva-se, então, um debate aqui acerca deste impacto sobre empregos, salários e quaisquer outros componentes envolvidos neste processo.

Primeiramente, uma das razões para apontar a imigração como uma oportunidade econômica para o Canadá reside na premissa do baixo crescimento demográfico como causador da escassez de mão de obra canadense; logo, seria um problema a ser compensado pela imigração (REITZ, 2009).

Neste contexto, entre 2002 e 2012, o crescimento populacional do Canadá apresentou uma taxa estável, oscilando entre 1,08% e 1,15% ao ano (OECD, 2014). Em julho de 2014, a população do Canadá foi estimada em 35.540.400, um aumento de 386,1 mil em relação ao ano passado (2013/2014). A taxa de crescimento da população (+1,1%) foi a maior entre os países do G7, superando os EUA (+0,7%), o Reino Unido (+0,6%), a França (+0,4%), a Alemanha (+0,3%), a Itália (+0,1%) e o Japão (-0,2%)¹³.

Figura 10 – Taxa de crescimento populacional: países do G7



Fonte: Statistics Canada, Eurostat, US Canseus Bureau of Japan, National Institute of Statistics of Italy, 2014

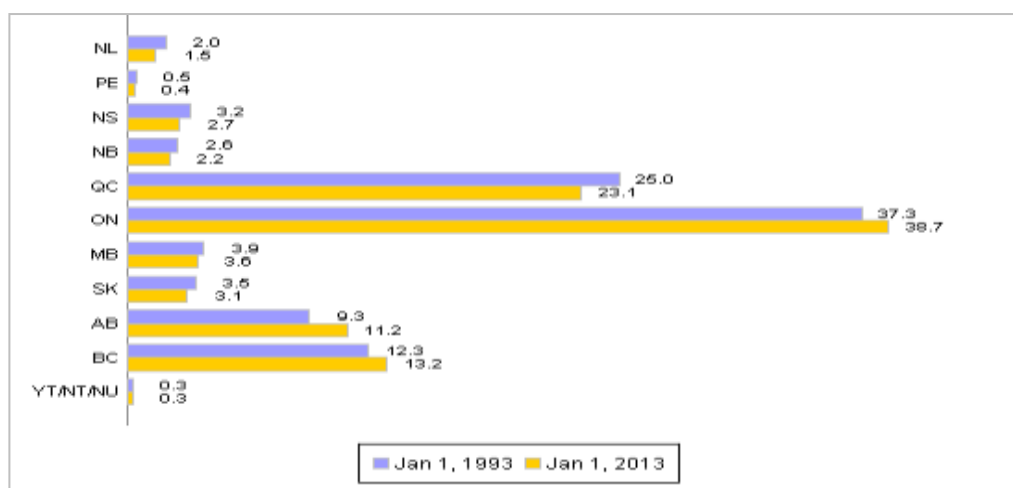
¹³ Dados e tabela retirados do artigo publicado pelo *The Daily* (boletim oficial emitido pelo *Statistics Canada*) sobre o crescimento populacional do Canadá.

No tocante ao Canadá, infere-se que as taxas positivas de crescimento populacional foram impulsionadas principalmente pela migração internacional. Em 2013/2014, a migração internacional líquida foi responsável por quase dois terços (66,5%) do aumento total da população canadense. A nível provincial, a migração também foi o principal fator para o crescimento da população de Prince Edward Island, Quebec, Ontario, Manitoba, Saskatchewan, Alberta e British Columbia. Em contraste, o aumento populacional manteve-se relativamente baixo nas províncias do Atlântico e foi negativo em Newfoundland and Labrador (*The Daily*, 2014).

Enquanto esta realocação da mão de obra estrangeira vá de encontro à Teoria Neoclássica das Migrações (RAVENSTEIN, 1889), argumenta-se, contudo, que ainda que a imigração possa ser utilizada como instrumento econômico, isto não anula igualmente possíveis problemas de integração e alocação dos recém-chegados. Cabe indicar como um dos entraves relacionados à imigração do Canadá: a concentração populacional de imigrantes em províncias metropolitanas e a maior demanda por estrangeiros em províncias mais ao norte do país (regiões, tipicamente, mais geladas).

Ademais, a parcela da população de cada província e território tem evoluído de maneira assimétrica ao longo do tempo. Nos últimos 30 anos, a participação da população do leste do Canadá diminuiu, enquanto a atividade econômica dos residentes da área oeste aumentou. Em 2013, conforme se observa na figura 11, mais de 85% dos canadenses viviam em apenas quatro províncias: Ontario (38,7%), Quebec (23,1%), British Columbia (13,2%) e Alberta (11,2%). Ou seja, há uma maior oferta de mão de obra na região metropolitana e maior demanda nas outras províncias (*The Daily*, 2014).

Figura 11 – População canadense por região (%)



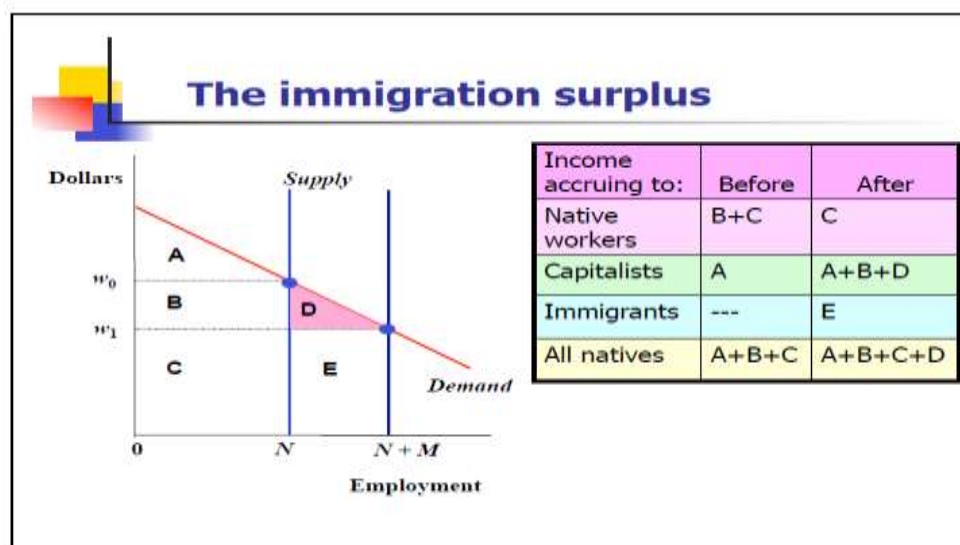
Fonte: Employment and Social Development Canada

No que diz respeito à dimensão de como os próprios imigrantes tem se inserido no mercado de trabalho canadense, a literatura se encontra em acordo (incomum) que os imigrantes têm enfrentado barreiras na busca por equiparar-se economicamente com os nativos ou integrar-se no mercado laboral (DUNGAN; FANG; GUNDERSON, 2012).

Há duas visões opostas acerca de como os imigrantes podem afetar o nível de empregos e salários dos nativos no mercado de trabalho. Uma das perspectivas parte do pressuposto de que imigrantes e nativos tenham habilidades semelhantes e compitam pelos mesmos cargos, impulsionando, assim, para baixo a média salarial. A outra visão postula que as funções de imigrantes e nativos não são intercambiáveis, mas sim se complementam (BORJAS, s/d)¹⁴.

Analisa-se, inicialmente, um modelo em que ocorra uma substituição perfeita de mão de obra nativa através da imigração, no qual habilidades e competências sejam equiparáveis. Presume-se, então, que os imigrantes e os nativos sejam substitutos perfeitos na produção, tendo como resultado deste processo um *excedente da migração* (*immigration surplus*), conforme identificado na figura 12:

Figura 12 – Modelo de excedente da migração



Fonte: BORJAS, 2010

Quando ocorre uma imigração, a curva de oferta se desloca de N (mão de obra nativa) para $N+M$ (mão de obra migrante) e os salários (*wages*) caem de w_0 para w_1 . Em relação às vantagens na renda (*income accruing*), há uma perda na renda dos

¹⁴ Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/Immigration.html>> Acesso em 11 dezembro 2014.

trabalhadores nativos, representada pelo espaço *C*. Entretanto, há um ganho ($A+B+D$) para os detentores de capital devido ao aumento da capacidade produtiva proporcionada pela maior oferta de mão de obra. Assim, cada ponto sobre a curva de demanda de mão de obra representa a contribuição dos trabalhadores contratados. A área *ABC* mede, então, o valor do produto nacional antes da imigração (BORJAS, 2010).

Ainda que haja uma perda de vantagens para os trabalhadores nativos, com o declínio dos salários, a imigração promove um *excedente da migração*. A área *D* ilustra este excedente – ela mede o acréscimo na renda nacional que ocorre como resultado da migração e se destina aos nativos. O excedente da migração existe porque o salário de mercado iguala a produtividade dos imigrantes contratados. Ademais, há a expectativa de um aumento da demanda agregada, em longo prazo. A área *E*, por fim, refere-se ao total de salários pagos aos imigrantes (BORJAS, 2010).

Segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012, p. 05), a respeito dos efeitos positivos da ampliação da oferta de mão de obra: “The increased supply of labour can be particularly important to the extent that it reduces skill shortages and production bottlenecks. This can also keep down the prices of domestic goods and services”.²²

Ressalta-se que a redistribuição deste aumento na renda nacional torna-se essencial a fim de cumprir com os efeitos benéficos da migração para o país de destino como um todo. Como enfatizado por Borjas (1996), os efeitos redistributivos da migração seriam potencialmente muito mais relevantes que os ganhos líquidos em termos de renda nacional, ao considerar que os trabalhadores nativos podem perder renda enquanto os empresários poderiam ganhar.

Em referência ao Canadá – no qual prevalece a imigração de trabalhadores altamente qualificados – no caso de as qualificações dos imigrantes serem reconhecidas e utilizadas, os salários dos empregados locais altamente qualificados tendem a cair (em termos relativos, pelo menos). Ao passo que os salários dos trabalhadores menos qualificados podem subir, ao atuarem como complementares aos trabalhadores mais qualificados (DUNGAN; FANG; GUNDERSON, 2012). Esta análise, então, se aplicaria a um modelo em que as habilidades dos trabalhadores nativos e imigrantes são semelhantes.

Tal conjuntura de similiaridade de habilidades pode ser relacionada ao paradigma migratório do Canadá, porém, não em absoluto. Ainda que a imigração seja altamente qualificada (dada à seleção do sistema federal); conforme discutido anteriormente, as qualificações e experiências adquiridas no país de origem dos

imigrantes nem sempre são reconhecidas pelas instituições canadenses (alheias ao controle governamental) logo no início da migração, levando em média dois anos.

Borjas (1985 *apud* Barret; Duffy, 2007) propõe que o advento de uma paridade ocupacional ou salarial entre trabalhadores nativos e imigrantes seria de difícil ocorrência. Chiswick, Lee e Miller (2002), contudo, discordam desta assertiva. Com base em um modelo de “assimilação” de imigrantes, trabalha-se com hipóteses sobre a mobilidade profissional de imigrantes a partir de sua última profissão no país de origem ao seu “primeiro” emprego no país de destino e os empregos subsequentes. Assim, infere-se que devido à capacidade falha de transferência de habilidades e certificações internacionais, há um declínio hierárquico da última posição na origem para o primeiro cargo no país de destino. Salienta-se, entretanto, que através de investimentos diretos ou indiretos na formação e experiência pós-imigração a mobilidade se faria viável.

Tal modelo é conceituado como um padrão “*U-Shaped*” de ocupação, ilustrando o declínio e a ascendência da integração profissional do imigrante. A aplicação deste modelo depende do nível de qualificações do imigrante, sendo mais propenso à simetria ocupacional ou salarial, em geral, os imigrantes econômicos. Segundo os autores:

The analysis implies that the initial occupational status of immigrants may be a poor approximation of their ultimate occupational attainment. Those who have the highest pre-immigration level of skills, more highly transferable skills and who are **economic migrants** [...] appear to have the most successful occupational attainments (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002, p. 17, grifo nosso).²³

Pode-se elevar o conceito da *bifurcação* do mercado de trabalho para representar este possível período de adequação do imigrante canadense, segundo a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado (PIORE; DOERINGER, 1970). À vista disso, de acordo com os preceitos da Teoria, os trabalhadores nativos ocupariam o setor primário (com salários mais altos), enquanto os imigrantes altamente qualificados estariam inseridos no setor secundário e, conseqüentemente, com salários mais baixos – até a obtenção do reconhecimento de suas certificações, ao menos.

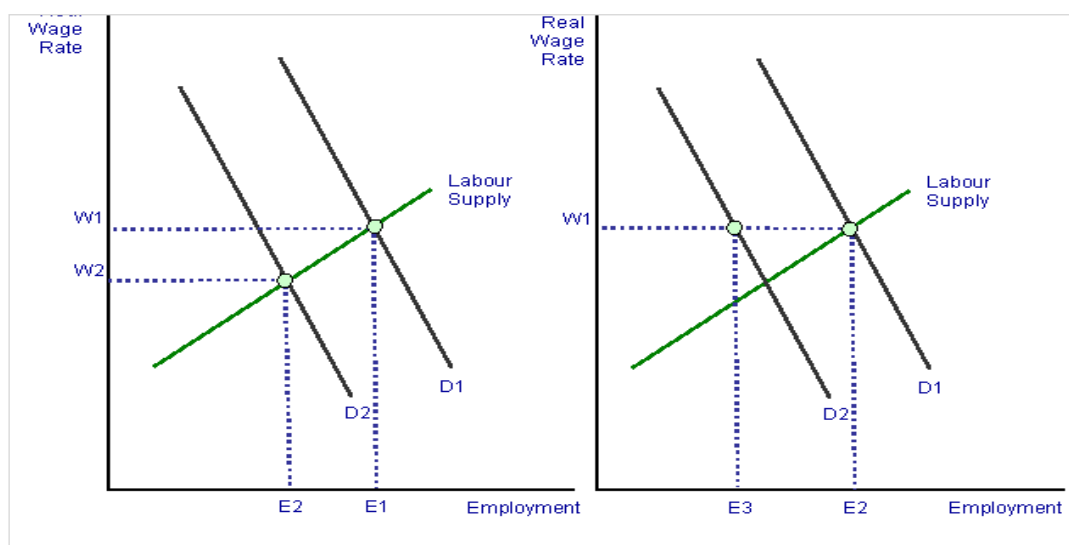
A segunda ótica do impacto da imigração sobre empregos e salários – a qual entende que as habilidades e capacidades de imigrantes e nativos não são intercambiáveis, mas sim complementares – se aplica a este último caso. Logo, os nativos beneficiam da imigração, essencialmente, devido à complementaridade produtiva entre os trabalhadores imigrantes e outros fatores de produção. Tais

benefícios tendem a se tornar maiores quando os imigrantes atuam de forma complementar ao estoque local de mão de obra (BORJAS, 1994). Infere-se, portanto, que o influxo de imigrantes pode beneficiar o Canadá tanto em um processo de substituição perfeita de mão de obra – com o acréscimo na renda nacional e, em longo prazo, da demanda agregada – quanto em um sistema complementar, ao preservar o nível dos salários e adicionar mão de obra.

O impacto das imigrações sobre empregos vai seguir o mesmo padrão que o de salários. Destarte, os trabalhadores nativos são mais propensos a serem deslocados de suas posições se estes forem substitutos próximos dos imigrantes. Ao passo que o nível de empregos pode aumentar se os nativos e imigrantes forem complementares.

Segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012), em um modelo de substituição de mão de obra, a probabilidade de *ajustamento de empregos* – ou seja, de realocação de funções onde os nativos perderiam seus empregos frente à imigração – depende muito do grau em que os salários internos são flexíveis. Uma vez que os salários são inflexíveis (como é frequentemente o caso em países europeus), a maior parte do ajustamento ocorrerá nos empregos. Dado que os salários sejam flexíveis (como é o caso do Canadá, por exemplo), os ajustes de emprego serão menores. Nota-se, na figura 13, o diferente impacto do acréscimo na oferta de mão de obra através da imigração, considerando salários flexíveis ou inflexíveis:

Figura 13 – Impacto da oferta de mão de obra (salários flexíveis e inflexíveis)



Fonte: RILEY, 2012¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<http://tutor2u.net/economics/revision-notes/a2-micro-wage-determination-competitive-markets.html>>. Acesso em: 01 dezembro 2014.

Na primeira simulação, na qual os salários são flexíveis, a reta D se desloca para a esquerda ($D2$) ao ocorrer um declínio da demanda por mão de obra, dada à chegada dos imigrantes. Esta diminuição da demanda resulta em uma alteração no nível de empregos (E), o qual se desloca para $E2$, bem como um declínio no nível dos salários (W). No segundo exemplo em que os salários são inflexíveis, não é possível uma modificação no nível dos salários reais, conseqüentemente, ocorre uma grande contração no nível de empregos ($E3$), sendo esta mais elevada que em um mercado mais flexível. Ou seja, com a adequação dos salários às mudanças do mercado de trabalho no caso canadense, o ajustamento de empregos, quando necessário, é menor.

Ao analisar as taxas de emprego e desemprego no Canadá, entre 2000 e 2012, confirmam-se algumas hipóteses e conceitos expostos acima. Aplica-se uma maior taxa de desemprego aos imigrantes em comparação aos nativos, porém, constata-se relativa estabilidade nos níveis em geral. Observa-se a tabela 02:

Tabela 02 – Taxas de emprego e desemprego no Canadá (2000 a 2012)

Taxas – Emprego e Desemprego	2000	2012
Taxa de Emprego (15 a 24 anos)	56,3	54,5
Taxa de Emprego (25 a 54 anos)	79,9	81,4
Taxa de Emprego (55 a 64 anos)	48,1	59,8
Desemprego (homens/nativos)	5,7	7,6
Desemprego (homens/imigrantes)	6,1	8,3
Desemprego (mulheres/nativas)	6,2	6,4
Desemprego (mulheres/imigrantes)	8,7	8,6

Fonte: OECD (Organization for Economic Cooperation and Development)

Indaga-se acerca da persistente taxa de desemprego dos imigrantes e, em contraposição, há a continuidade das entradas anuais dos recém-chegados. Isto se deve, conforme a Teoria Neoclássica das Migrações (RAVENSTEIN, 1885), à discrepância salarial entre o país de origem e o país de destino do migrante. Segundo Nickell (2010, p. 54): “Earnings within occupation are typically several times higher in high GDP per capita countries than in low GDP per capita countries”.²⁴

3.3 IMPACTO SOBRE GASTOS GOVERNAMENTAIS

“Canada’s existing immigrant-selection policies during the last 25 years have resulted in an inflow of immigrants that is very high and has significant implications for the economic well-being of Canadians...” (GRUBEL; GRADY, 2011, p. 40)²⁵

Este trecho extraído de um estudo sobre migração internacional elaborado pelo *Fraser Institute* exprime uma das faces do debate acerca do impacto das imigrações sobre os gastos governamentais. Segundo Grubel e Grady (2011), a política migratória do Canadá, ao longo dos anos, tem implicado em efeitos negativos para o estado de bem-estar dos canadenses. Os autores estimam que, como resultado de baixos rendimentos dos imigrantes e do auxílio de políticas públicas com seus impostos de renda progressivos e benefícios sociais universais, em 2000, os imigrantes teriam recebido (de impostos pagos por cidadãos canadenses) uma transferência fiscal líquida anual de 18,3 bilhões de dólares.

Contudo, não há consenso sobre o impacto líquido da imigração para as finanças públicas do Canadá. De fato, a taxa de desemprego para o imigrante canadense apresenta-se constantemente mais elevada em comparação aos trabalhadores nativos (OECD, 2014). Como pode-se identificar no subcapítulo anterior, a taxa de desemprego do imigrante, em 2012, fechou em 8,3 (homens) e 8,6 (mulheres). Uma análise simplista conduziria à assertiva de que grande parte destes imigrantes que contabilizam o nível de desemprego automaticamente usufruam dos benefícios do governo canadense.

Neste contexto, todavia, faz-se pertinente elencar alguns componentes essenciais da questão do desemprego para os imigrantes, bem como considerar algumas hipóteses levantadas em contrapartida ao primeiro argumento dos resultados negativos da imigração para as finanças públicas.

Conforme analisado no estudo da política migratória do Canadá (no capítulo anterior do presente trabalho), ainda que na economia canadense os imigrantes possuam níveis acadêmicos e profissionais avançados, um motivo constante para o seu desemprego remete aos entraves para o reconhecimento das certificações estrangeiras. Desta forma, enquanto o governo do Canadá recruta imigrantes com base em suas qualificações no país de origem, muitos ao chegar ao país de destino se deparam com empregadores e organizações profissionais canadenses que não se submetem à

validação da educação e experiência estrangeiras (GUO; SHAN, 2013). Ressalta-se que a definição das normas para o reconhecimento de quase todas as credenciais profissionais não se enquadra dentro do controle do governo federal e, portanto, não são determinadas pelas leis federais ou diretrizes da agência *Citizenship and Immigration Canada*. Conquanto, a CIC estabeleceu, em 2007, o *Foreign Credentials Referral Office* (Escritório de referência para credenciais estrangeiras) a fim de fornecer uma espécie de serviço de auxílio aos imigrantes, de diminuir seu tempo de adequação ao mercado de trabalho canadense e, por conseguinte, incrementar os níveis de emprego (CIC, 2013).

Ademais, o acesso aos programas de transferência fiscal líquida tende a ser maior para os imigrantes menos qualificados, variando de acordo com a classe. Em ordem decrescente (de alto para baixo uso) incluem: os refugiados, a classe familiar, os familiares assistidos, os trabalhadores federais qualificados e os imigrantes de negócios (DUNGAN; FANG; GUNDERSON, 2012). Logo, faz-se relevante salientar que mais de 60% dos imigrantes admitidos situam-se na categoria dos *economic immigrants*, consistindo nas duas últimas classes mencionadas (CIC, 2012).

Baker e Benjamin (1995), em um artigo intitulado “*The receipt of transfer payments by immigrants to Canada*” (o recebimento de pagamentos de transferência de imigrantes para o Canadá), propõem que, durante o período de uma vida, os imigrantes têm menores taxas de participação no Seguro Desemprego e Assistência Social que os nativos. As explicações para esta situação enunciam que, frequentemente, as famílias de imigrantes têm mais assalariados, aumentando, assim, o nível de impostos pagos. Ademais, argumenta-se que os imigrantes (recém-chegados) são menos propensos a utilizar os serviços sociais por estarem focados em se inserir no mercado de trabalho, ou por ainda não se qualificarem para os benefícios disponíveis aos cidadãos.

Segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012), neste âmbito, as evidências são mistas. Discute-se se há maior probabilidade de os imigrantes aderirem aos programas de benefícios quanto mais tempo estiverem no Canadá – dado o período de “assimilação” do sistema canadense – ou, se há maiores chances em relação aos novos imigrantes. Em ambos os casos, contudo, os imigrantes não utilizariam os benefícios em maior grau que os nativos. Destarte, Dungan, Fang e Gunderson (2012, p. 10) afirmam:

With respect to the receipt of transfer payments from such sources as unemployment insurance, welfare and housing subsidies, the Canadian evidence generally suggests that immigrants tend to access them less than, or at least no more than, persons born in Canada.²⁶

Analisa-se, na tabela 03, um resumo dos gastos governamentais, bem como dos impostos arrecadados, medidos a partir da porcentagem do PIB no Canadá:

Tabela 03 – Despesas e impostos no Canadá (2002 a 2012)

Despesas em:	2002	2012
Saúde pública	6,7	7,7
Gastos sociais	17,1	18,1
Assistência ao desenvolvimento	0,28	0,32
Impostos sobre:	2002	2012
Receita total	33,7	30,7
Renda e lucros	15,4	14,5
Produtos e serviços	8,9	7,5
Média do trabalhador ¹⁶	32,1	30,8

Fonte: OECD

Pressupõe-se que embora, entre 2002 e 2012, tenha ocorrido um aumento dos gastos governamentais e uma diminuição dos impostos arrecadados, tais índices não representam grandes oscilações. Constata-se, deste modo, que apesar dos encargos do envelhecimento da população (DUNGAN; FANG; GUNDERSON, 2012), a política de altos índices de entrada de imigrantes tem permitido ao governo canadense experimentar relativa estabilidade em relação à poupança social do Estado.

Como contra-argumento, Grubel e Grady (2011) sugerem, ainda, um modelo para a seleção de imigrantes – com uma lista específica de ocupações em demanda – no qual os trabalhadores possuam contratos válidos frente aos empregadores canadenses previamente a sua chegada. Neste âmbito, em resposta às duas faces deste debate, eleva-se a criação do sistema *Express Entry* que prevê uma mais ampla participação do setor privado, porém, sem abandonar os princípios vigentes da política migratória canadense.

Compreende-se, afinal, segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012, p.10): “Immigrants not only access transfer payments and public services, but they also contribute to taxes and they share in the cost of public goods while, by definition, not reducing their availability to others”.²⁷

¹⁶ Medida a partir do custo da mão de obra: mede a relação entre a quantidade de impostos pagos por um trabalhador solteiro e sem filhos e o custo do trabalho total correspondente para o empregador.

3.4 IMPACTO SOBRE PIB E PRODUTIVIDADE

“Canada has a long-standing tradition of welcoming newcomers, but immigration must meet our national economic, cultural and social needs in a highly effective manner” (KENNEY, 2013).²⁸

Este trecho foi extraído de uma reportagem¹⁷ do jornal “*Financial Post*” (2013), a qual intriga por seu título que se inicia com “*Unwelcome to Canada...*” (não seja bem-vindo ao Canadá...). A matéria expunha uma crítica ao ex-ministro da *Citizenship and Immigration Canada*, Jason Kenney, o qual discorria sobre a cautela a se adotar no tocante à admissão de novos imigrantes. A abordagem do ministro ilustra uma das preocupações dos formuladores de políticas públicas no Estado: os efeitos econômicos das imigrações canadenses. Logo, investiga-se, nesta parte do trabalho, o impacto da entrada de imigrantes sobre o PIB real e PIB *per capita* atrelados à produtividade e à demanda agregada.

A princípio, para compreender as implicações da imigração de mão de obra no Canadá, retorna-se à análise anterior do impacto das migrações sobre empregos e salários. Assim, a dinâmica do mercado de trabalho pode assumir duas formas: complementaridade ou substituição no que tange aos imigrantes recém-chegados (BORJAS, s/d).

No contexto do Canadá, em um modelo de complementaridade definido, existe a possibilidade dos imigrantes canadenses escolherem como residência províncias em que haja uma maior demanda por trabalhadores qualificados e baixos níveis de imigração e desemprego, tais como: Northwest Territories, Manitoba ou Saskatchewan (*The Globe and Mail*, 2014). A entrada dos imigrantes qualificados proporcionaria uma complementaridade de mão de obra, sendo esta geradora de capital.

Esta relação complementar de capital/trabalho, em longo prazo, resultaria em um nível superior de produtividade nas fábricas e empresas, aumento dos empregos e, eventualmente, acréscimo do PIB real e PIB *per capita* e da demanda agregada (NICKELL, 2010). Ressalta-se, a título conceitual, que a *demand agregada* consiste na “quantidade de bens ou serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está

¹⁷ Disponível em: <<http://business.financialpost.com/2013/03/05/unwelcome-to-canada-were-setting-immigration-records-but-its-nothing-to-trumpet/>>. Acesso em 28 novembro 2014.

disposta a adquirir em determinado período de tempo e por determinado preço” (SANDRONI, 1999, p. 160).

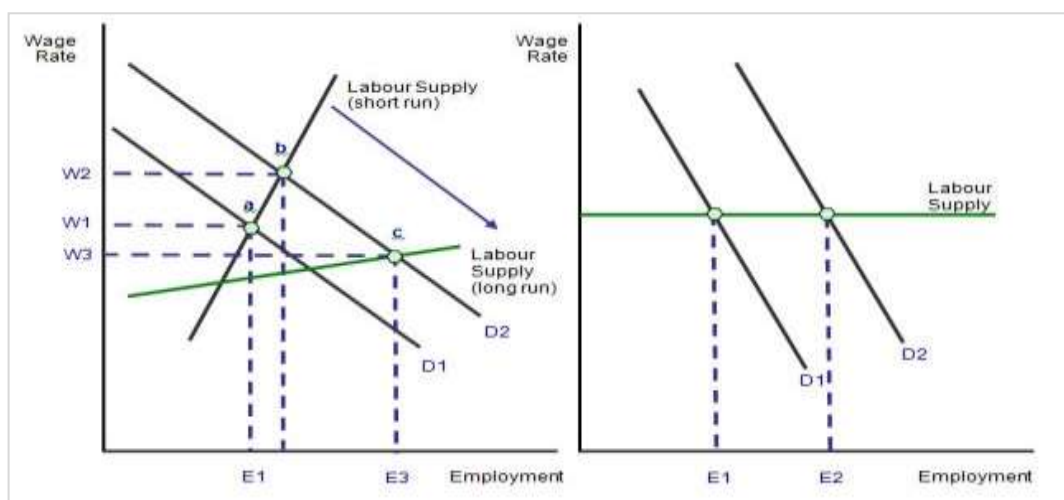
Este argumento, acerca da relevância da imigração para o incremento do produto, da produtividade e da demanda agregada, é sustentado por Riley (2012, s/p):

Strong inflows of labor into the economy can have the effect of increasing the labor supply – this puts downward pressure on real wages. If immigration provides a boost to the labor supply and to average labor productivity, there is the prospect of an outward shift in a country's long run aggregate [demand].²⁹

Em outra situação do modelo de complementaridade, presume-se que os imigrantes canadenses, em um período inicial, poderiam se alocar em posições complementares, porém, com salários mais baixos e menor prestígio no mercado de trabalho. Tais posições, as quais os nativos altamente qualificados dificilmente buscariam, tendem a incorporar o setor secundário, segundo a Teoria do Mercado de Trabalho Dual (PIORE; DOERINGER, 1970). Ainda assim, o impacto econômico que esta migração causaria seria semelhante ao primeiro exemplo exposto, representando uma maior produtividade (em curto prazo), bem como uma alta no PIB e na demanda agregada, em um período mais tardio.

Segundo Riley (2012), o grau de elasticidade da *curva de oferta de trabalho* também exerce um papel essencial frente à probabilidade de avanço na produtividade, sendo diretamente influenciado pela imigração, conforme nota-se na figura 14:

Figura 14 – Elasticidade da curva de oferta de trabalho



Fonte: RILEY, 2012

Supõe-se que este modelo de elasticidade seja aplicado à imigração do Canadá. Na primeira simulação, a reta DI representa a demanda por mão de obra em seu nível normal com a equivalência do valor salarial ($w1$) e do nível de empregos ($E1$). Dado o aumento da demanda por mão de obra, a reta D se desloca para a direita ($D2$). Todavia, pela falta de trabalhadores disponíveis e/ou habilitados e na ausência da imigração, os empregadores são obrigados a aumentar o valor dos salários a fim de melhorar sua atratividade e a probabilidade de contratação, porém com a mesma capacidade produtiva. Os pontos A e B na curva de oferta de trabalho (*labour supply*) correspondem a estes dois momentos. Em longo prazo, considerando a incompatibilidade do nível de produção com o valor dos salários, o ponto C identifica uma queda drástica do nível dos salários ($w3$) para que o aumento da produtividade ($E3$) fosse factível (RILEY, 2012).

No segundo exemplo, a curva é perfeitamente elástica devido à imigração. Destarte, mesmo com o aumento da demanda ($D2$), não há um deslocamento, mas sim um ponto ao longo da curva. A expansão da produtividade é representada por $E2$ e o nível dos salários se mantém estável. Em relação ao Canadá, constata-se, portanto, que a *curva de oferta de trabalho* torna-se inelástica (ou seja, os empregadores canadenses não tem mobilidade para contratar e ampliar sua produtividade) se há falta de mão de obra e ausência da imigração (RILEY, 2012).

Agora, em um modelo de substituição perfeita de mão de obra, entende-se que os imigrantes possam ocupar o setor primário do mercado de trabalho; ou seja, geralmente, os cargos de trabalhadores nativos. No caso do Canadá, parte-se do pressuposto de que os imigrantes residissem em uma província com alta densidade demográfica e, conseqüentemente, maior competitividade no mercado de trabalho – por exemplo, Ontario, British Columbia ou Quebec (*The Daily*, 2014). Se ao competir pelas mesmas posições que os nativos os imigrantes fossem mais qualificados e conquistassem os empregos, os recém-chegados teriam assumido o papel de substitutos à mão de obra nativa.

Havendo, assim, um excesso de oferta de trabalhadores, os salários caem (porém, de maneira gradual e compatível com um mercado de salários flexíveis), o qual em um determinado espaço de tempo faz com que mais profissionais entrem no mercado de trabalho. Tal situação, deste modo, elevaria a demanda por mão de obra, o nível de empregos e, em conseqüência, o PIB real e PIB *per capita* e a demanda agregada, sendo estes últimos em longo prazo. Em função destes fatores o desemprego tenderia a voltar ao equilíbrio (BARRELL et al., 2007). Isto poderia significar, em

concomitância, menores custos de produção, os quais se converteriam em preços mais baixos para os consumidores, ou seja, redução da inflação (RILEY, 2012).

Em referência ao Canadá – considerando uma economia aberta e com governo¹⁸ – verifica-se, na tabela 04, um resumo do crescimento do PIB real e da renda disponível das famílias, bem como dos níveis do PIB e PNB (Produto Nacional Bruto) *per capita*, medidos anualmente, nos anos de 2002 e 2012:

Tabela 04 – Níveis de crescimento econômico, produto e renda no Canadá

Crescimento econômico (%)	2002	2012
PIB real	2,9	1,7
Poupança/ famílias: renda disponível	3,5	5,0
Produto e Renda	2002	2012
PIB per capita	29.893	41.773
PNB per capita	29.145	41.024

Fonte: OECD

Nota-se a evidente queda no nível de crescimento do PIB real, a qual se deu devido ao período da recessão global de 2008/2010, atingindo o Canadá consideravelmente, porém sem afetar suas metas de imigração¹⁹. Segundo a OECD (2014), a recuperação do país tem sido estável. Estima-se que o crescimento anual do PIB deverá aumentar para 2,7% em 2015 – um ponto acima das taxas potenciais de quase 2%. Esta recuperação da economia aplicada à Teoria da Interdependência Complexa (KEOHANE; NYE, 1977) exemplifica como a cooperação diplomática e comercial com outros Estados tem um papel vital a fim de assegurar a manutenção do crescimento econômico do Canadá.

Salienta-se que apesar das expectativas de índices positivos de crescimento do PIB real, os níveis da taxa de empregos no Canadá não logram acompanhar com o mesmo desempenho (*Statistics Canada*, 2014). Eleva-se, destarte, a essencialidade da constante redistribuição dos ganhos do *crescimento* econômico para o componente das famílias, a fim de fomentar o *desenvolvimento* como um todo.

¹⁸ Economia aberta às relações comerciais (importação e exportação, por exemplo) com outras economias, sujeita à participação do governo como agente regulador.

¹⁹ Vide anexo II – Permanent residents by category.

3.5 DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO

Ao investigar a relação entre o desenvolvimento econômico e as migrações internacionais para o Canadá adentramos, paralelamente, em outro universo, consistindo no debate conceitual entre *crescimento* econômico e *desenvolvimento*. Segundo Oliveira (2002, p. 40), acerca desta controvérsia:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

O conceito de desenvolvimento foi adotado inicialmente sob a ótica econômica, entretanto, em meados de 1970, esta visão seria modificada (SIEDENBERG, 2006). Aponta-se, assim, a existência de duas distintas correntes de pensamento econômico. “O crescimento como sinônimo perfeito de desenvolvimento” pode ser indicado como verdade pela corrente clássica e neoclássica. Em contrapartida, eleva-se uma corrente formada por economistas de orientação crítica com influências da tradição marxista²⁰. Destarte, pela segunda corrente, o crescimento econômico é conceituado como uma variação *quantitativa* do produto, ao passo que o desenvolvimento é definido por alterações *qualitativas* no modo de vida da população, nas instituições e nas estruturas produtivas (SOUZA, 1993).

Infere-se que “o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). Com base nesta assertiva, foi delimitada a organização do presente trabalho, o qual tem enfoque na investigação do fenômeno das migrações como determinante para o desenvolvimento do Canadá. Ou seja, a fim de explorar a temática do desenvolvimento fez-se necessário, antes, identificar o impacto das migrações para o crescimento econômico canadense. Ao partir do pressuposto de que as migrações atuam como agente causador para este crescimento, a análise é evoluída, então, para o tema do desenvolvimento da população (abrangendo nativos e imigrantes) e sua relação com as migrações.

²⁰ O pensamento marxista, criado a partir do modelo dos pensadores Marx e Engels, propunha analisar a ótica burguesa da época (séc. XIX), ao defender a cessão da exploração do homem por seu semelhante e apresentar um novo método de interpretação e redirecionamento da sociedade capitalista.

Neste contexto, na finalidade de mensurar o desempenho do país, em primeiro lugar, é necessário confrontar o nível do produto agregado com o tamanho da população, resultando na variável do PIB *per capita* (BRAGA; PAULANI, 2007). De acordo com a OECD (2014), enquanto o PIB é o indicador mais importante para captar a atividade econômica, ele não deve ser encarado como uma medida totalizante para o bem-estar das sociedades, uma vez que não inclui vários aspectos do nível de vida das pessoas. Em contraposição, o PIB *per capita*, segundo a OECD (2014, p. 34): “is a core indicator of economic performance and commonly used as a broad measure of average living standards or economic well-being; despite some recognised shortcomings”.³⁰ No tocante ao Canadá, conforme se verificou no subcapítulo anterior, o PIB *per capita* fechou em 29.893 e 41.773 de dólares em 2002 e 2012, respectivamente.

Em segundo lugar, avalia-se de que maneira a renda gerada no país é distribuída entre a população. Dado que se a renda for substancial, como no caso do Canadá, porém, sua divisão for um tanto desigual, o resultado na qualidade de vida dos habitantes será negativo (BRAGA; PAULANI, 2007). Apresenta-se compatível com esta pesquisa o Coeficiente de Gini. Este método mede a extensão em que a distribuição de renda ou de gastos com consumo entre os indivíduos ou as famílias, dentro de uma economia, caracteriza-se como desigual. Um índice de Gini de 0, por exemplo, representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita (*The World Bank*, 2014).

Ao final, investiga-se até que ponto a renda produzida pelo país é direcionada para a disponibilização de benefícios sob a forma, por exemplo, de índices mais elevados de saúde, educação, lazer, entre outros. Ou seja, a qualidade de vida torna-se o foco (BRAGA; PAULANI, 2007). Para esta parte da análise será utilizado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o *Canadian Index of Wellbeing*²¹ (Índice de Bem-estar Canadano). O IDH, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), é uma medida resumo do desempenho médio do desenvolvimento humano, contando com três dimensões: longevidade, índice de educação e renda *per capita*. O CIW, por sua vez, busca distinguir entre as atividades que são benéficas e aquelas que são prejudiciais ao bem-estar geral. O índice trata as atividades benéficas como ativos e as nocivas como déficits, proporcionando uma contabilidade mais precisa do nível de desenvolvimento da população canadense (CIW, 2014).

²¹ Disponível em: <https://uwaterloo.ca/canadian-index-wellbeing/>> Acesso em: 24 dezembro 2014.

Ao iniciar utilizando o Índice de Gini, cabe salientar que embora esta abordagem facilite a comparabilidade entre perfis distributivos de renda, não é possível uma padronização completa e alguns resultados se referem a anos distintos. Isto posto, segundo a CIA (*Central Intelligence Agency*), em uma comparação entre 141 países²² pelos parâmetros do Coeficiente de Gini, o Canadá assumia a 37ª classificação entre os países com maior igualdade de distribuição de renda. Apenas a título de comparação, o Brasil se classificou em 126º na avaliação, ainda que o crescimento de seu PIB tenha sido superior ao do Canadá (conforme já citado). Assim, observa-se a tabela 05:

Tabela 05 – Níveis de igualdade de distribuição de renda (0-100)

Posição	País	Índice de Gini	Ano
1º	Suécia	23	2005
2º	Eslovénia	23,7	2012
3º	Montenegro	24,3	2010
4º	Hungria	24,7	2009
5º	Dinamarca	24,8	2011
6º	República Checa	24,9	2012
7º	Noruega	25	2008
8º	Luxemburgo	26	2005
9º	Eslováquia	26	2005
10º	Áustria	26,3	2007
...
37º	Canadá	32,1	2005
126º	Brasil	51,9	2012

Fonte: CIA

Segundo *The Conference Board of Canada* (2014)²³, a desigualdade distributiva de renda no Canadá tem aumentado nos últimos 20 anos, resultando no índice indicado acima. Neste âmbito, Walks (2013) declara que a análise aplicada ao Canadá – fundamentada no Coeficiente de Gini – sugere que a assimetria na renda vem a diferir

²² Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>> Acesso em: 25 dezembro 2014.

²³ Organização, sem fins lucrativos, dedicada à pesquisa de diversos segmentos relacionados ao Canadá.

não apenas indivíduos ou famílias, mas incorpora-se de maneira proporcional a um nível local (bairros ou municípios). Cabe inferir, contudo, que este índice tem se mantido estável (cerca de 30 pontos) desde os anos 2000.

Como medida para reduzir o nível de desigualdade, destaca-se que transferências governamentais (como assistência social, seguro-desemprego, subsídios às famílias, etc.) desempenham um papel essencial. Em comparação às outras potências globais, nas quais em alguns casos o sistema fiscal exerce baixa influência sobre o Índice, o sistema fiscal canadiano promove a redução da desigualdade em 27%. Ou seja, o coeficiente de Gini cai de 0,441 para 0,324, um número significativo, ainda que possa ser melhorado. Em contraste, o sistema fiscal e de transferências dos EUA tem o menor efeito sobre a desigualdade de renda (somente 22%) dentre os 17 países desenvolvidos analisados. A Alemanha, cuja desigualdade antes dos impostos e transferências é pior do que os EUA, possui um índice de atuação fiscal superior. Assim, depois de impostos, seu Coeficiente cai para 0,295 (*The Conference Board of Canada*, 2014).

Em suma, percebe-se que os índices de concentração de renda no Canadá têm se tornado uma questão recorrente na formulação de políticas públicas. Todavia, em matéria de desenvolvimento, ao comparar sua economia interna com outras economias globais, o país vem apontando uma posição satisfatória, ainda que longe da ideal.

Seguindo o Índice de Gini, o outro indicador empregado, no presente trabalho, para a avaliação do nível de desenvolvimento no Canadá consiste no IDH, um indicador de qualidade de vida, adotado desde 1990 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Acerca do IDH, segundo Braga e Paulani:

Uma das formas de se avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos à **saúde** e **educação**, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população. Dentre os indicadores de qualidade de vida, a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer, ou **expectativa de vida**, são dos mais expressivos. Espera-se que, quanto mais desenvolvido o país, menor seja a taxa de mortalidade infantil e maior seja a expectativa de vida de seus habitantes (BRAGA; PAULANI, 2007, p. 265, grifo nosso).

Logo, publicado pela ONU, em 2014, o documento “*Human Development Report*” (relatório de desenvolvimento humano) divulgou os resultados da comparação do IDH de 187 países no período de 2013. O IDH varia entre zero e 01, portanto, o Canadá alcançou a 8ª posição, permanecendo entre os países classificados com alto desenvolvimento humano. Verifica-se na tabela 06:

Tabela 06 – Índice de desenvolvimento humano (2013)

Posição	País	Índice de IDH
1º	Noruega	0,944
2º	Austrália	0,933
3º	Suíça	0,917
4º	Países Baixos	0,915
5º	Estados Unidos	0,914
6º	Alemanha	0,911
7º	Nova Zelândia	0,910
8º	Canadá	0,902
9º	Singapura	0,901
10º	Dinamarca	0,900

Fonte: ONU

Enquanto o índice acima se refere ao país como um todo, analisa-se também o crescimento do IDH de todas as províncias e territórios individualmente, entre os anos 2000 e 2011. Infere-se que ocorreram melhorias no IDH da maioria das jurisdições, avançando a 0,3% ao ano. As duas jurisdições com o melhor índice foram Newfoundland and Labrador e Nunavut, com um crescimento de 0,48% e 0,54% ao ano, respectivamente. Por outro lado, apesar do crescimento acelerado, o território de Nunavut manteve sua posição, sendo considerado o nível mais baixo entre 2000 e 2011. Salientam-se alguns pontos de atenção no índice. As três regiões com maior IDH em 2011 (Alberta, Ontario e British Columbia) tiveram um crescimento abaixo da média no período pesquisado. Ao passo que as últimas três regiões na classificação (Nunavut, Prince Edward Island e New Brunswick) apresentaram um progresso acima da média. Destarte, tanto a nível provincial (ou de territórios) quanto em todo o país, os resultados do IDH, em geral, foram positivos (GEE; HAZELL; SHARPE, 2012).

A base do *Canadian Index of Wellbeing* (como último índice) também muda o foco apenas do crescimento econômico, ao incluir outros domínios críticos do cotidiano da população identificados pelos canadenses. O CIW é calculado através de oito indicadores de desenvolvimento, os quais tendem a contribuir ou afetar o bem-estar das pessoas. A porcentagem de evolução de cada indicador, a fim de compreender de maneira mais clara seus efeitos, durante os anos de 1994 a 2010 é exibida na tabela 07.

Nota-se que apenas dois domínios, educação e padrão de vida, chegaram perto de evoluir à taxas tão altas quanto às do PIB. Alguns indicadores não demonstraram melhora, enquanto outros experimentaram um crescimento relativo.

Tabela 07 – Porcentagem evolutiva CIW (1994 a 2010)

Indicador	Evolução (%)
Vitalidade comunitária	+ 10,3%
Participação democrática	+ 7%
Educação	+ 21,8%
Meio ambiente	- 10,8 %
Saúde	+ 4,9%
Lazer e cultura	- 7,8%
Padrão de vida	+ 14,3%
Uso do tempo	+ 1,3%

Fonte: CIW

No tocante ao nível de desenvolvimento geral do Canadá, propõe-se que os relatórios e indicadores utilizados a fim de viabilizar a análise chamam a atenção para a discrepância entre os níveis de crescimento econômico (produto, demanda agregada, etc.) e os índices de bem-estar da população. Outrossim, salienta-se um impacto persistente da recessão de 2008/2010 sobre o grau de desenvolvimento em seus mais diversos aspectos – econômico, social, humano e sustentável (CIW, 2014).

Contudo, eleva-se a relevância deste aprofundamento no estudo dos índices de desenvolvimento do Canadá, em parceria com seus níveis de crescimento. Tais evidências ressaltam que ainda que o Canadá, como a maior parte dos países, tenha desafios difíceis a enfrentar pela frente (CIW, 2014), esta conjuntura não anula seu status atual de Estado desenvolvido em comparação aos outros países ao redor do globo.

Ao final deste subcapítulo, retorna-se à temática inicial, a qual propunha uma investigação sobre o impacto das migrações no desenvolvimento do Canadá. Infere-se que a premissa da migração canadense como agente determinante para o *crescimento* econômico do Canadá conduz à assertiva de um fenômeno similar no tocante ao *desenvolvimento* do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o título deste trabalho “O Desenvolvimento Econômico e as Migrações: Percepções sobre a Política Migratória do Canadá” somos conduzidos, primeiramente, a um debate acerca de dois tópicos recorrentes na sociedade atual e no âmbito das relações internacionais, os quais vêm a apresentar estreita sinergia. A migração, deste modo, opera como um sintoma primário e causa do desenvolvimento, tanto do migrante quanto da nação receptora. E, o desenvolvimento, por sua vez, consiste na principal causa do movimento de pessoas em escala global, bem como da atração de imigrantes por parte dos países de destino.

Com base nesta ligação entre o desenvolvimento econômico e as migrações internacionais, o presente trabalho apresentou como enfoque o Canadá, considerando a continuidade de suas políticas migratórias e uma análise comparativa do período de 2002 a 2012 (de acordo com a disponibilidade de dados). O problema de pesquisa – e, portanto, objetivo geral – indagou se a entrada de imigrantes no Canadá revela-se, de fato, como um fator determinante para o desenvolvimento econômico do país. A fim de responder o problema e elevar uma hipótese, a análise foi dividida em três capítulos, os quais convergem com os objetivos específicos.

Nesta dimensão, constatou-se que a formulação da política migratória canadense – para suprir suas lacunas de natureza econômica – evidencia-se em constante evolução. Ou seja, a fim de atender às mudanças não apenas do contexto interno do país, bem como do volume e composição do seu fluxo de imigrantes, as decisões tomadas pelos formuladores de políticas de migração se aplicam a uma variedade de instrumentos, premissas e abordagens teóricas distintas. O primeiro capítulo (conforme o primeiro objetivo específico) do trabalho visou, então, explanar e contextualizar quatro teorias – teoria da interdependência, teoria da dependência, teoria neoclássica das migrações e teoria do mercado de trabalho segmentado – que atuam de forma complementar.

A teoria da interdependência, por exemplo, discorreu acerca dos vínculos múltiplos entre os países com relação ao fluxo de mercadorias, informação, tecnologia e, em especial, pessoas. Aplicada à política migratória canadense, o conceito de interdependência poderia sugerir um aumento, ainda que seletivo, da entrada de

imigrantes para o Canadá. Toma-se como exemplo a manutenção de imigrantes admitidos mesmo durante a recessão de 2008/2010.

A teoria da dependência, em seguida, expressou uma análise oposta, ao criticar a assimetria econômica global e a intensificação deste problema provocada supostamente pela migração. Segundo esta teoria, poderíamos sugerir que as diretrizes da imigração fossem mais tangíveis aos imigrantes que não atendem a todos os pré-requisitos impostos. A teoria aponta, também, a questão da *fuga de cérebros*. Assim, ao confrontar tal fenômeno com a política migratória canadense, eleva-se de fato um conflito de interesses entre o Canadá e o governo dos países de origem que perdem parte de seu contingente de mão de obra qualificada. Uma prática que poderia ser fomentada seria estreitar suas relações diplomáticas e comerciais com estes países (em grande parte, em desenvolvimento), porém, de uma maneira vantajosa para ambos. Por conseguinte, os resquícios da diminuição de mão de obra qualificada seriam recompensados.

Para a teoria neoclássica, as migrações consistem em nada mais do que a mobilidade de capital humano entre países. Ao considerar a conceituação de *capital humano*, uma recomendação à política migratória canadense reside na facilitação do investimento profissional e acadêmico sob o imigrante recém-chegado. O objetivo primordial de propiciar uma maior e mais rápida integração deste imigrante ao mercado de trabalho e à sociedade em geral estaria associado ao investimento humano defendido pela Teoria.

A teoria do mercado de trabalho segmentado se aplica a um ponto chave da política migratória canadense contemporânea, o qual condiciona parte dos imigrantes altamente qualificados a se alocarem no setor secundário do mercado de trabalho, mesmo com suas qualificações e experiência prévias. Logo, são essenciais medidas que propiciem a validação das certificações pelas instituições acadêmicas e profissionais responsáveis. Neste âmbito, a criação do *Foreign Credential Referral Office*, pelo governo canadense, destaca-se como um início para solução deste entrave.

Após a estrutura teórica, o segundo capítulo do trabalho – e, conseqüentemente, segundo objetivo – propôs aprofundar o entendimento no tocante à política migratória do Canadá. Ou seja, quem são os imigrantes e o que determina o padrão de seleção utilizado. Cabe inferir que ao longo do capítulo, comprova-se que a política migratória

canadense caracteriza-se tanto por seu enfoque em imigrantes econômicos (*economic immigrants*) e multiculturalismo difundido na população quanto pela constante evolução conforme a alteridade nas demandas domésticas do Canadá. Ademais, a comparação entre as políticas migratórias dos Estados Unidos e do Canadá (desenvolvida no segundo capítulo) nos levam ao uso do conceito do “modelo canadiano” de imigração. Contudo, questiona-se até que ponto um modelo de imigração aplicado para determinado país se adequaria a outro com diferenças significativas. Infere-se, então, que alguns elementos de um modelo de política migratória podem se tornar compatíveis com outro país desde que sejam respeitadas certas variáveis (posição geográfica do Estado, composição e volume do fluxo migratório, limitações legislativas, etc.).

A fim de responder o problema de pesquisa, a análise do impacto das migrações no desenvolvimento econômico do Canadá é realizada, por fim, no terceiro capítulo (em consonância com o último objetivo específico). A abordagem ocorre mediante uma combinação de dois métodos, a saber, o empírico e o teórico. Destarte, buscou-se, em um primeiro momento, *quantificar* o impacto da migração no crescimento econômico do Canadá e, em seguida, *qualificar* estes efeitos sobre o desenvolvimento social e humano do país. A seção foi dividida na diferenciação conceitual entre crescimento e desenvolvimento, na interpretação de medidores de crescimento econômico e, ao final, na transição do crescimento para o desenvolvimento no Canadá e sua relação com as migrações.

Retorna-se à hipótese inicial do trabalho, a qual propunha, com base na assertiva da influência positiva do país na economia internacional, equiparada ao seu intenso fluxo migratório, que a entrada de imigrantes no Canadá, visando atender às demandas domésticas do país, tem agido como um fator determinante para o seu desenvolvimento econômico. Neste âmbito, há duas questões importantes associadas à hipótese levantada: (1) a integração econômica dos imigrantes admitidos e (2) a redistribuição dos ganhos de crescimento econômico auferidos a fim de assegurar um nível maior de desenvolvimento e bem-estar para a população canadense.

No que tange ao processo de integração econômica dos imigrantes, ao longo desta análise, comprovou-se que o entrave principal tem sido o reconhecimento de certificações estrangeiras. Deste modo, tomar medidas que garantam uma inserção real dos imigrantes torna-se imperativo. Os líderes precisam estar envolvidos no

desenvolvimento e implementação de estratégias eficazes para atrair, integrar e manter os imigrantes e a fim de assegurar a competitividade sustentável. A implementação do *Express Entry* aponta-se como uma alternativa.

No que diz respeito ao aumento dos ganhos do crescimento econômico, infere-se que ganhos quantitativos não direcionam automaticamente a um nível de desenvolvimento – econômico, social, humano e sustentável – equiparável da população canadense (abrangendo nativos e imigrantes). No entanto, eleva-se a relevância do aprofundamento realizado acerca dos índices de desenvolvimento canadense, em parceria com seus níveis de crescimento. Tais evidências indicam que ainda que o Canadá, como a maior parte dos países, tenha desafios difíceis a enfrentar esta conjuntura não anula seu status atual de Estado desenvolvido em comparação aos outros países.

Confirma-se, a vista disso, conforme proposto na hipótese deste trabalho – o impacto positivo das migrações no desenvolvimento do Canadá – que a premissa da migração canadense como agente determinante para o *crescimento* econômico do Canadá conduz à assertiva de um fenômeno similar no tocante ao *desenvolvimento* do país.

Cabe sublinhar, por fim, que dado um Sistema Internacional assimétrico, faz-se necessário não apenas adotar um posicionamento que prevaleça os interesses domésticos canadenses. Ao contrário, uma vez que a política migratória (com enfoque nos imigrantes econômicos) seja declarada como vantajosa para o Canadá, aponta-se a urgência que as necessidades desenvolvimentistas dos países de origem destes imigrantes (*periferia e semiperiferia*) sejam também consideradas nesta equação. Como sugestão para pesquisas futuras indaga-se até que ponto este desenvolvimento do Canadá se estende aos seus imigrantes residentes no país e aos respectivos países de origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETT, Alan; DUFFY, David. **Are immigrants integrating into its labor market?** ESRI Working Paper No. 199, 2007.

BLOEMRAAD, Irene. **Understanding “Canadian Exceptionalism” in Immigration and Pluralism Policy.** Transatlantic Council on Migration. Migration Policy Institute. Berkeley, 2012.

BORJAS, George. J. **Economics of Migration.** International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences. Section 3.4, Art. 38. 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02268/borjas-2000.pdf>. Acesso: 10 junho 2014.

BORJAS, George. J. **Economic Theory and International Migration.** International Migration Review, v. 23, n. 3, 1989.

BORJAS, George. J. **Immigration.** The concise encyclopedia of Economics. s/d. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/Immigration.html>. Acesso em: 19 dezembro 2014.

BOYD, Monica. **Immigration Policies and Trends: A Comparison of Canada and the United States.** Demography, v. 13, n. 1, p. 83-104, Population Association of America, 1976

BRAGA, Márcio; PAULANI, Leda Maria. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia.** 3 Ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

CASTLES, Stephen. MILLER Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world.** New York. The Guilford Press, 2003.

CHISWICK, Barry R.; LEE, Yew L.; MILLER, Paul W. **Longitudinal Analysis of**

Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis. Discussion Paper No. 452. Institute for the Study of Labor, IZA. 2002.

CIA – Central Intelligence Agency. **The world fact book – North America: Canada.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>. Acesso em: 27 Nov. 2014.

CIC – Citizenship and Immigration Canada: Facts and Figures 2012. **Immigration overview: Permanent and temporary residents.** Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/resources/statistics/menu-fact.asp>. Acesso em: 30 Jan. 2014.

CIW – Canadian Index Wellbeing. **How are Canadians really doing?** CIW Report. 2012.

CORCORAN, Terrence. **Unwelcome to Canada: We're setting immigration records, but it's nothing to trumpet.** Financial Post. 2013.

DIEFENBAKER, John. **"I am a Canadian, a free Canadian." The Canadian bill of rights.** Diefenbaker Canada Centre, 1963. Disponível em: http://www.usask.ca/diefenbaker/galleries/virtual_exhibit_new/the_bill_of_rights/index.php. Acesso em: 02 Dez. 2014.

DOERINGER, Peter; PIORE, Michael. **Internal labor markets and man power analysis.** Harvard Univ., Cambridge, Mass.; Massachusetts Inst. of Tech., Cambridge. 1970

DORE, Elizabeth. **Teoria da Dependência.** IN: TOM, Bottomore (org). Dicionário do Pensamento Marxista. 2 Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

DUNGAN, Peter; FANG, Tony; GUNDERSON, Morley. **Macroeconomic Impacts of Canadian Immigration: Results from a Macro-Model.** Discussion Paper, n. 6743. IZA, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Maximising the Development Impact of Migration**. Brussels, 2013

FERRER, Ana; PICOT, Garnett; RIDDELL, Craig. **CANADA**. In: **Labour Shortages and Migration Policy**. Brussels. International Organization for Migration, 2013.

Disponível em:

http://publications.iom.int/bookstore/free/Labour_Shortages_and_Migration_Policy.pdf

FLOURNOY, Richard; HUDSON, Manley. **A Collection of nationality laws of various countries**. F.B. Rothman., 1929.

FRANK, Andre G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. 7 Ed. São Paulo. Brasiliense, 1980.

GEE, Kar-Fai; HAZELL, Elspeth; SHARPE, Andrew. **The human development index in Canada: estimates for the Canadian provinces and territories (2000-2011)**. CSLS Research Report, 2012.

GOULD, W.T.S. **Population and development**. London. Routledge, 2009.

GREEN, A., GREEN, D. **The economic goals of Canada's immigration policy, past and present**. Canadian Public Policy, J. 25, n.4, p. 425-451, 1999.

GRUBEL, Herbert; GRADY, Patrick. **Immigration and the Canadian welfare state**. Studies in immigration and refugee policy. Fraser Institute, 2011

GUO, Shibao; SHAN, Hongxia. **CANADA**. In: **Recognition of qualifications and competences of migrants**. Brussels. International Organization for Migration, 2013.

HARRISON, Bennett; SUM, Andrew. **The Theory of "Dual" or Segmented Labor Markets**. Journal of Economics Issues, v. XIII, n 3, Boston. 1979.

JONES, Terry-Ann. **Migration Theory in the Domestic Context North-South Labor Movement in Brazil**. Fairfield University. Sociology and Anthropology Faculty Publications, 2009.

KAY, John. **Migration ins and outs**. Financial Times. 2012. Disponível em: <http://www.johnkay.com/2002/05/21/migration-ins-and-outs>. Acesso em: 17 Dez. 2014.

KEOHANE, Robert; NYE Joseph. **Power and interdependence: World Politics in Transition**. Boston. Little, Brown and Company, 1977.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. 2. ed. New York. Harper Collins, 1989.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. 3. ed. New York. Harper Collins, 2001.

KILLOUGH, Ashley. **24 states now swing Obama over immigration**. CNN. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2014/12/10/politics/immigration-lawsuit/index.html>. Acesso em 12 Dez. 2014.

KOSLOWSKI, Rey. **International Migration and the globalization of domestic politics**. Routledge Taylor and Francis. Psychology Press, 2005.

KRUEL, Alexandra J.; ROQUEKLERING, Luís. **Breve apontamentos sobre desenvolvimentos**. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 01, p. 132-146. 2013.

LEE, Everet. **A Theory of Migration**. Demography, v. 3, n. 1, p. 47-57. Population Association of America, 1966.

LIMA, Ricardo. **Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação**. Rio de Janeiro. Rev. Pesquisa Plano Econômico, v. 10, n. 01, p. 217-272, 1980.

MACKLIN, Audrey. **Emergent trends in Canadian immigration policy**. Interview by Loretta Ho and Harbi Natt. Global Migration Research Institute. Toronto. 2012.

MARKUS, Andrew. **Attitudes to immigration and cultural diversity in Australia**. Journal of Sociology, p. 10-22, 2014.

MASSEY, Douglas S. et al. **Theories of International Migration: A Review and Appraisal**. Population and Development Review, v. 19, n. 3, p. 431-434, New York. Population Council, 1993. Disponível em:
https://cis.uchicago.edu/outreach/summerinstitute/2011/documents/sti2011-parks-theories_of_international_migration.pdf. Acesso em: 27 Ago. 2014

MASSEY, Douglas S. **International Migration in a globalizing economy**. New York. Foreign Policy Association. Great Decisions, p. 41-52, 2007. Disponível em:
<<http://www.humanities.manchester.ac.uk/socialchange/research/social-change/summer-workshops/documents/internationalmigration.pdf>>. Acesso em: 12 Mai. 2014.

MILONE, Paulo Cesar. **População e desenvolvimento: uma análise econômica**. São Paulo. Edições Loyola, 1991.

NIZAR, Messari; NOGUEIRA, João P. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Canada**. Disponível em:
<<http://atlas.media.mit.edu/profile/country/can/>>. Acesso em: 20 Nov. 2014.

OECD – **Organization for Economic Cooperation and Development**. Disponível em:
<<http://www.oecd.org/>>. Acesso: 12 Jan. 2014 – 03 Jan. 2015.

OLIVEIRA, Gilson B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/ago. 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Human Development Reports**. United Nations Development Programme. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en>>. Acesso em: 18 Dez. 2014.

ORRENIUS, Pia M.; ZAVODNY, Madeline. **A Comparison of the U.S. and Canadian Immigration Systems**. NRC Global High-Skilled Immigration Workshop, 2014. Disponível em: http://sites.nationalacademies.org/cs/groups/pgasite/documents/webpage/pga_152160.pdf. Acesso em: 09 Dez. 2014.

PAPADEMETRIOUS, Demetrios G.; SUMPTION, Madeleine. **Rethinking points system and employer selected immigration**. European University Institute. Washington DC. Migration Policy Institute, 2011.

PIORE, Michael J. **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979.

PLATONOVA, Anna; URSO, Giuliana. **Labour Shortages and Migration Policy**. Brussels. International Organization for Migration, 2012. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Labour_Shortages_and_Migration_Policy.pdf

RAVENSTEIN, E.G. **The laws of Migrations**. Journal of the Statistical Society of London. v. 48, n. 2. 1885.

RAZIN, Assaf. **Population Economics**. Cambridge. MIT Press, 1995.

REAL, Joel Lopez. **Essays on Macroeconomics and migration**. Departamento de Economía. Universidad Carlos III de Madrid. Madrid, 2009. Disponível em: http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/7382/joel_lopez_tesis.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 Dez. 2014

REITZ, Jeffrey G. **A experiência da imigração no Canadá tem lições a dar?** Universidade de Toronto, 2009.

RILEY, Geoff. **Determination of wages in the labor market**. 2012. Disponível em: <http://tutor2u.net/economics/revision-notes/a2-micro-wage-determination-competitive-markets.html>. Acesso: 01 Dez. 2014.

ROBERT, Jean-Claude. **Canada in the making**. 2005. Disponível em: http://www.canadiana.ca/citm/index_e.html. Acesso em: 11 Nov. 2014.

ROEL, Jennissen. **Macro-economic determinants of international migration in Europe**. Rijksuniversiteit Groningen. Dutch University Press, 2004. Disponível em: <http://irs.ub.rug.nl/dbi/43789b460aea8>. Acesso em 27 Set. 2014.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo. Atlas, 1993.

STATCAN – **Statistics Canada**. Disponível em: <http://www.statcan.gc.ca/start-debut-eng.html> Acesso: 10 Fev. 2014 – 04 Jan. 2015.

THE CONFERENCE BOARD OF CANADA. **Income Inequality**. Disponível em: <http://www.conferenceboard.ca/hcp/details/society/income-inequality.aspx>. Acesso em: 19 Dez. 2014.

THE DAILY. **Canada's population estimates: age and sex**. Statistics Canada Publication, 2014.

THE ECONOMIST. **Immigration: the United States vs. Canada**. 2011. Disponível: <http://www.economist.com/blogs/democracyinamerica/2011/05/immigration>. Acesso em: 14 Dez. 2014

THE WORLD BANK. **Gini Index: World Bank Estimate**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>. Acesso em: 20 Jul. 2014.

TROPER, Harold; LAMBERT, Maude-Emmanuelle. **Immigration. Historica Canada**, 2014. Disponível em: <http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/immigration/>. Acesso em: 20 Nov. 2014

VASCONCELOS, Marco A.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo. Saraiva, 1998.

WALKS, Alan. **Income Inequality and Polarization in Canada's Cities: An Examination and New Form of Measurement**. Research Paper 227. University of Toronto, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The inter-state structure of the modern world-system**. In: International theory: positivism and beyond. S. Smith; K. Booth; M. Zalewski. Cambridge. Cambridge University Press, 1996.

ANEXO I – Permanent residents as a percentage of Canada's population, 1860-2012

Year	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869
Number	6,276	13,589	18,294	21,000	24,779	18,958	11,427	10,666	12,765	18,630
% of Population	0.2	0.4	0.6	0.6	0.7	0.6	0.3	0.3	0.4	0.5
Year	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
Number	24,706	27,773	36,578	50,050	39,373	27,382	25,633	27,082	29,807	40,492
% of Population	0.7	0.8	1.0	1.3	1.0	0.7	0.6	0.7	0.7	1.0
Year	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Number	38,505	47,991	112,458	133,624	103,824	76,169	69,152	84,526	88,766	91,600
% of Population	0.9	1.1	2.6	3.0	2.3	1.7	1.5	1.8	1.9	1.9
Year	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Number	75,067	82,165	30,996	29,633	20,829	18,790	16,835	21,716	31,900	44,543
% of Population	1.6	1.7	0.6	0.6	0.4	0.4	0.3	0.4	0.6	0.9
Year	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
Number	41,681	55,747	89,102	138,660	131,252	141,465	211,653	272,409	143,326	173,694
% of Population	0.8	1.0	1.6	2.5	2.3	2.4	3.5	4.2	2.2	2.6
Year	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Number	286,839	331,288	375,756	400,870	150,484	33,665	55,914	72,910	41,845	107,698
% of Population	4.1	4.6	5.1	5.3	1.9	0.4	0.7	0.9	0.5	1.3
Year	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Number	138,824	91,728	64,224	133,729	124,164	84,907	135,982	158,886	166,783	164,993
% of Population	1.6	1.0	0.7	1.5	1.4	0.9	1.4	1.6	1.7	1.6
Year	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Number	104,806	27,530	20,591	14,382	12,476	11,277	11,643	15,101	17,244	16,994
% of Population	1.0	0.3	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2
Year	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Number	11,324	9,329	7,576	8,504	12,801	22,722	71,719	64,127	125,414	95,217
% of Population	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.6	0.5	1.0	0.7
Year	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Number	73,912	194,391	164,498	168,868	154,227	109,946	164,857	282,164	124,851	106,928
% of Population	0.5	1.4	1.1	1.1	1.0	0.7	1.0	1.7	0.7	0.6
Year	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Number	104,111	71,698	74,856	93,151	112,606	146,758	194,743	222,876	183,974	164,531
% of Population	0.6	0.4	0.4	0.5	0.6	0.7	1.0	1.1	0.9	0.8
Year	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Number	147,713	121,900	122,006	184,200	218,465	187,881	149,429	114,914	86,313	112,093
% of Population	0.7	0.6	0.6	0.8	1.0	0.8	0.6	0.5	0.4	0.5
Year	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Number	143,137	128,641	121,175	89,186	88,272	84,347	99,355	152,079	161,588	191,555
% of Population	0.6	0.5	0.5	0.4	0.3	0.3	0.4	0.6	0.6	0.7
Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Number	216,452	232,806	254,790	256,641	224,385	212,865	226,071	216,035	174,195	189,951
% of Population	0.8	0.8	0.9	0.9	0.8	0.7	0.8	0.7	0.6	0.6
Year	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Number	227,456	250,637	229,048	221,349	235,823	262,242	251,640	236,753	247,247	252,172
% of Population	0.7	0.8	0.7	0.7	0.7	0.8	0.8	0.7	0.7	0.7
Year	2010	2011	2012							
Number	280,689	248,748	257,887							
% of Population	0.8	0.7	0.7							

ANEXO II – Canada Permanent Residents by Category

Immigration Overview

Canada - Permanent residents by category

Number distribution

Category	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Spouses and partners	39,681	44,227	45,457	45,304	44,912	44,208	43,904	40,763	38,536	39,533
Sons and daughters	3,618	3,037	3,232	3,191	3,338	3,254	3,025	2,957	2,740	2,715
Parents and grandparents	19,385	12,733	12,475	20,005	15,813	16,600	17,178	15,326	14,080	21,815
Others	2,438	2,278	2,209	2,016	2,179	1,519	1,100	1,177	1,094	945
Family class	65,122	62,275	63,373	70,516	66,242	65,581	65,207	60,223	56,450	65,008
Skilled workers - p.a.*	45,377	47,894	52,269	44,159	41,251	43,360	40,733	48,819	36,778	38,601
Skilled workers - s.d.**	59,847	65,556	77,970	61,782	56,601	60,372	55,221	70,537	52,007	52,868
Canadian experience class - p.a.*							1,775	2,533	3,973	5,943
Canadian experience class - s.d.**							770	1,384	2,054	3,416
Entrepreneurs - p.a.*	781	668	749	820	580	446	370	291	184	127
Entrepreneurs - s.d.**	2,197	1,799	2,095	2,273	1,577	1,255	943	796	522	352
Self-employed - p.a.*	446	366	302	320	204	164	182	174	113	89
Self-employed - s.d.**	981	824	714	632	375	341	360	326	236	153
Investors - p.a.*	972	1,671	2,592	2,201	2,025	2,832	2,871	3,223	2,980	2,616
Investors - s.d.**	2,723	4,428	7,023	5,830	5,420	7,370	7,432	8,492	7,606	6,743
Provincial/territorial nominees - p.a.*	1,417	2,086	2,643	4,672	6,329	8,343	11,800	13,856	15,295	17,200
Provincial/territorial nominees - s.d.**	3,001	4,162	5,404	8,664	10,764	14,075	18,579	22,574	23,122	23,699
Live-in caregivers - p.a.*	2,230	2,496	3,063	3,547	3,433	6,157	6,273	7,664	5,033	3,690
Live-in caregivers - s.d.**	1,075	1,796	1,489	3,348	2,685	4,354	6,182	6,247	6,214	5,322
Economic immigrants	121,047	133,746	156,313	138,248	131,244	149,069	153,491	186,916	156,117	160,819
Government-assisted refugees	7,508	7,411	7,424	7,326	7,572	7,295	7,425	7,264	7,364	5,430
Privately sponsored refugees	3,252	3,116	2,976	3,337	3,588	3,512	5,036	4,833	5,583	4,220
Refugees landed in Canada	11,264	15,901	19,935	15,883	11,696	6,995	7,206	9,040	10,743	8,586
Refugee dependants	3,959	6,259	5,441	5,953	5,098	4,057	3,183	3,560	4,183	4,858
Refugees	25,983	32,687	35,776	32,499	27,954	21,859	22,850	24,697	27,873	23,094
Retirees, DROC and PDRCC***	79	53	20	23	15	2	4	0	6	4
Temporary resident permit holders	97	148	123	136	107	113	106	109	88	67
H and C**** cases	2,376	2,984	3,111	4,313	4,347	3,453	3,142	2,900	2,687	2,928
Other H and C**** cases outside the family class / Public Policy	6,644	3,930	3,524	5,903	6,843	7,168	7,371	5,837	5,524	5,962
Other immigrants	9,196	7,115	6,778	10,375	11,312	10,736	10,623	8,846	8,305	8,961
Category not stated	1	0	2	2	1	2	1	7	3	5
Total	221,349	235,823	262,242	251,640	236,753	247,247	252,172	280,689	248,748	257,887

*Principal applicants
 **Spouses and dependants

***Deferred removal orders class and post-determination refugee claimants in Canada
 ****Humanitarian and Compassionate

NOTAS

¹ O estudo da migração faz parte do núcleo da economia do trabalho porque a análise do fluxo da mão de obra – seja interna ou entre os países – é um ingrediente central em qualquer discussão sobre o equilíbrio do mercado de trabalho. Trabalhadores respondem às diferenças regionais em termos de resultados econômicos, votando com seus pés. Esses fluxos de mão de obra melhoram a eficiência do mercado de trabalho (BORJAS, 2000, p. 01).

² A pauta de negócios externos – ou seja, conjuntos de questões relevantes para a política externa com a qual os governos estão em causa – tornaram-se maiores e mais diversificadas. Não é mais possível que todas as questões sejam subordinadas à segurança militar. [...] Quando há vários temas na pauta, muitos dos quais ameaçam os interesses dos grupos domésticos, mas não ameaçam claramente a nação como um todo, os problemas para a formulação de uma política externa coerente e consistente aumentam (KEOHANE; NYE, 2001, p 22).

³ As parcerias internacionais eficazes entre os países são essenciais para maximizar **os impactos positivos da migração nos países de origem, de destino e sobre os próprios migrantes**. [...] Todos os Estados deveriam se envolver no diálogo internacional e na cooperação com os parceiros relevantes para identificar prioridades comuns e fortalecer a governabilidade da migração bilateral e regional. O envolvimento efetivo da sociedade civil no planejamento global, regional, nacional e local em matéria de migração e desenvolvimento também deve ser uma meta (Comissão Europeia, 2013, p. 08, grifo nosso).

⁴ Pessoas diferentes são, claro, afetadas de maneiras distintas pelo mesmo conjunto de obstáculos. O que pode ser trivial para algumas pessoas – o custo do transporte de bens de consumo, por exemplo – pode ser inadmissível para outros. O efeito de um determinado conjunto de obstáculos depende também dos impedimentos com os quais o migrante é onerado. Para alguns migrantes, tais obstáculos são relativamente sem importância e a dificuldade de superá-los é, portanto, mínima; mas para outros, ao fazer o mesmo movimento, os impedimentos, entre os quais temos de contar os filhos e outros dependentes, aumentam significativamente as dificuldades impostas pelos obstáculos intervenientes. (LEE, 1966, p. 51).

⁵ Segundo Massey (2007, p. 48): “Empregos no ‘setor primário’ proporcionam um trabalho estável e de alta remuneração entre os trabalhadores nativos, mas aqueles no ‘setor secundário’ oferecem baixos salários e pouca estabilidade, repelindo nativos e gerando uma demanda por imigrantes”.

⁶ Uma série de teorias tem surgido para explicar, discutir ou, de certa forma, dissecar o processo de migração. Entre eles, várias abordagens surgiram e foram aceitas. Algumas delas explicam os motivos da migração, enquanto outras explicam como e por que o processo continua, uma vez já iniciado. Há também se tornado aceitável entre os estudiosos da migração que essas teorias não funcionam independentemente umas das outras, mas são complementares. Ainda que todos esses modelos enfatizem a migração internacional (JONES, 2009, p. 06).

⁷ Apesar de suas importantes diferenças, as causas da migração interna e internacional permanecem essencialmente similares, enraizadas na vasta (e em ampliação) diferença econômica entre origem e destino. Assim, a atenção se desloca para a escala global, mas

continua a reconhecer a complexidade das formas de migração internacional (GOULD, 2009, p. 177).

⁸ Por exemplo, Keohane e Nye identificaram quatro tipos de interações globais: comunicação – a circulação de informações, incluindo crenças e idéias; transporte – o movimento de objetos físicos, incluindo mercadorias; finanças – a circulação de dinheiro e instrumentos de crédito; e viagens – a circulação de pessoas (Keohane; Nye, 1971 *apud* Koslowski, 2005, p 08).

⁹ Os fluxos migratórios internacionais de hoje não surgiram do nada. Eles estão intimamente ligados a processos mais amplos de integração econômica que desde a metade do século passado vem “encolhendo o mundo”. Lugares que estão ligados entre si por fluxos de bens, capitais, mercadorias e informações também estão ligados por fluxos de pessoas, em um processo que vem sendo rotulado de “globalização” (MASSEY, 2007, p. 41).

¹⁰ Historicamente, o sistema de imigração canadense tem sido admirado em todo o mundo. O núcleo do sistema tem sido uma dependência na imigração permanente, na qual o Canadá tem procurado pessoas que viriam para se instalar definitivamente e contribuir de forma econômica, cultural, demográfica e social. Subjacente a esta missão de construção da nação foi a idéia de que as pessoas iriam trazer as suas famílias; isso iria promover a instalação e integração porque as pessoas se desenvolvem quando vivem com suas famílias. Além disso, os serviços que um dos membros da família poderia fornecer, tais como o cuidado das crianças, ajudaria aquele economicamente ativo a ser ainda mais produtivo. Em suma, o Canadá tem promovido uma forte imigração econômica de capital humano, juntamente com um programa da classe familiar. Ademais, temos um fluxo de refugiados que reconhece a obrigação internacional do Canadá de fornecer um refúgio seguro para aqueles que enfrentam perseguição. Um problema deste sistema centralizado é que ele está sempre em acúmulo. Outrossim, no que diz respeito à classe econômica, é difícil garantir que as pessoas que chegam ao Canadá, com competências e credenciais são, na prática, capazes de trabalhar no Canadá de acordo com as suas competências e qualificações; este fenômeno de “desperdício de cérebros” é manifestado pelo “motorista de táxi médico” (MACKLIN, 2012, p. 01).

¹¹ “O movimento de cidadãos de um país para outro com o objetivo de instalação é central para a história do Canadá, dos povos indígenas, cujos ancestrais migraram através do Estreito de Bering na Ásia, para as chegadas mais recentes” (TROPER; LAMBERT, 2014).

¹² A chegada de comerciantes europeus, missionários, soldados e colonos mudou a forma natural de vida para sempre. Um grande número de aborígenes morreram de doenças europeias, das quais eles não tinham imunidade. No entanto, indígenas e europeus formaram fortes laços econômicos, religiosos e militares nos primeiros 200 anos de convivência, lançando as bases do Canadá (CIC, 2012, p. 14).

¹³ “Eu sou um canadense, um canadense livre, livres para falar sem medo, para defender o que eu acho certo, ou a liberdade de escolher quem deve governar o meu país. Este patrimônio de liberdade, eu me comprometo a defender para mim e para toda a humanidade” (DIEFENBAKER, 1960).

¹⁴ O Canadá é muitas vezes referido como uma *terra de imigrantes*, porque, ao longo dos últimos 200 anos, milhões de recém-chegados têm ajudado a construir e defender o nosso modo de vida. Muitos grupos étnicos e religiosos vivem e trabalham em paz como canadenses com orgulho. Os maiores grupos são os ingleses, os franceses, os escoceses, os irlandeses, os alemães, os italianos, os chineses, os Aborígenes, os ucranianos, os holandeses, os asiáticos do Sul e os escandinavos. Desde os anos 1970, a maioria dos imigrantes vêm de países asiáticos. [...] Juntos, esses diversos grupos, que compartilham uma identidade canadense comum, compõem a sociedade multicultural de hoje (CIC, 2012, 12 p., 13).

¹⁵ Embora o Canadá tenha sido exaltado como uma sociedade aberta e tolerante, tem sido também criticado por não aceitar as diferenças como expressões válidas e valiosas da experiência humana. Uma manifestação de tal crítica se refere ao não reconhecimento das certificações e experiência de trabalho anteriores dos imigrantes, uma prática que é vista por muitos como a chave da questão política social que o Canadá enfrenta hoje (GUO; SHAN, 2013, p 230).

¹⁶ Apesar do uso frequente da noção de escassez de mão de obra e habilidades no discurso atual da política global, não há uma definição universalmente aceita destes termos. Em geral, a escassez ocorre quando a demanda por um determinado tipo de trabalho é superior à oferta disponível dado um salário vigente, condições de trabalho e localização específicos. A compreensão detalhada do modelo de trabalho necessário pode variar, dependendo da fonte de informação. Por isso, a escassez do mercado de trabalho e as competências são conceitos ambíguos que são difíceis de mensurar e refletir com precisão nas medidas políticas (PLATONOVA; URSO, 2012, p. 11).

¹⁷ Os Estados Unidos não realizam uma análise sistemática das capacidades profissionais necessárias para efeitos de política de imigração. Não há nenhuma lista de ocupações em escassez estatisticamente definidas (apesar do interesse ocasional entre alguns responsáveis pela política na criação de um). Com poucas exceções, a política de imigração não tende a direcionar ocupações específicas. A abordagem básica do sistema de imigração baseado no emprego nos EUA, ao contrário, tem sido a de delegar as decisões sobre como os trabalhadores devem ser distribuídos nas ocupações para os empregadores. [...] Esta delegação aos empregadores não é absoluta. Em primeiro lugar, as leis de imigração dos EUA têm colocado controles rigorosos sobre o número de imigrantes que podem ser admitidos. Em segundo lugar, as leis e as políticas de imigração ainda moldam e limitam os fluxos de imigração, impondo critérios sobre os empregadores, os trabalhadores e os seus postos de trabalho (SUMPTION, 2012, p. 160).

¹⁸ “Outros fatores permitem ao Canadá a ser mais convidativo. Em outras palavras, a **zona tampão dos Estados Unidos** das massas impacientes é um rio raso. Isso diminui a migração não autorizada para o Canadá e alivia a ansiedade do público sobre o assunto” (*The Economist*, 2011, grifo nosso).

¹⁹ “Nossa compreensão dos efeitos da imigração é muitas vezes distorcida por argumentos políticos emotivos. Uma análise econômica revela algumas questões interessantes. A esquerda salienta os benefícios, a direita os custos. Eu tenho buscado os fatos” (KAY, 2002).

²⁰ Segundo à Organização da OCDE (2014, p 05.): “A participação da força de trabalho manteve-se perto do pico pré-recessão e o desemprego é de apenas um ponto percentual maior do que o nível mais baixo pré-recessão”.

²¹ “Em teoria, a imigração pode ter um impacto complexo em várias dimensões do mercado de trabalho nacional, incluindo salários, emprego, participação de força de trabalho e desemprego”, segundo, Dungan, Fang e Gunderson (2012, p. 03).

²² Segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012, p 05.): “O aumento da oferta de trabalho pode ser particularmente importante na medida em que reduz a escassez de competências e os gargalos de produção. Isso também pode manter baixos os preços de bens e serviços no mercado interno”.

²³ A análise implica que o status profissional inicial dos imigrantes pode ser uma vaga aproximação de seu último trabalho. Aqueles que têm o mais alto nível de habilidades prévias a imigração, competências transferíveis mais altas e que são migrantes econômicos [...] parecem ser os mais bem sucedidos profissionalmente (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002, p 17, grifo nosso).

²⁴ Segundo Nickell (2010, p. 54): “Salários são tipicamente várias vezes mais altos em países com alto PIB per capita do que em países com baixo PIB per capita”.

²⁵ “As políticas de seleção de imigrantes no Canadá durante os últimos 25 anos resultaram em um alto influxo de imigrantes que tem implicações significativas para o bem-estar econômico dos canadenses...” (GRUBEL; GRADY, 2011, p 40)

²⁶ Destarte, Dungan, Fang e Gunderson (2012, p. 10) afirmam: No que diz respeito ao recebimento de pagamentos de transferência como seguro-desemprego, assistência social e subsídios habitacionais, as evidências geralmente sugerem que os imigrantes tendem a acessá-los menos, ou pelo menos não mais que, as pessoas que nascidas no Canadá.

²⁷ Segundo Dungan, Fang e Gunderson (2012, p.10): “Os imigrantes não só acessam os pagamentos de transferência e dos serviços públicos, mas também contribuem frente aos impostos e compartilham o custo dos bens públicos, enquanto, por definição, não reduzem a sua disponibilidade para os outros”.

²⁸ “O Canadá tem uma longa tradição de acolhimento de recém-chegados, mas a imigração deve atender as nossas necessidades econômicas, culturais e sociais nacionais de uma maneira altamente eficaz” (KENNEY, 2013).

²⁹ Fortes entradas de mão de obra na economia podem ter o efeito de aumentar a oferta de trabalho – o que coloca pressão sobre os salários reais. Se a imigração fornece um impulso para a oferta de trabalho e para a média produtiva do trabalho, há a perspectiva de uma visível mudança em longo prazo da [demanda] agregada de um país (RILEY, 2012).

³⁰ Segundo a OCDE (2014, p 34): é um indicador central do desempenho econômico e comumente usado como uma medida ampla do nível de vida médio ou bem-estar econômico; apesar de algumas deficiências reconhecidas.